

Em a 67



Proletários de todos os países, uní-vos !

OUTUBRO

Orgão trotsquista brasileiro

Pela reconstrução da IV. Internacional

N° 2

OUTUBRO 1972

EDITORIAL

As recentes vitórias do proletariado inglês, colocando em xeque a política econômica e social do governo conservador de HEATH, arrancando significativos aumentos salariais e mobilizando-se em seu terreno de classe contra a lei anti-greve; as greves e mobilizações do proletariado espanhol contra o regime fascista de FRANCO, assim como a crescente revolta estudantil dentro das universidades espanholas; a decomposição do regime bonapartista de POMPIDOU e o crescimento vertiginoso do descontentamento das massas francesas; a queda do governo de GOMULKA devido à mobilização do proletariado polonês organizando-se em soviets nos portos e fábricas do Báltico; todos estes acontecimentos, e muitas outras manifestações da iniciativa do proletariado internacional na luta de classes, caracterizam a época em que vivemos.

A leste e a oeste da Europa o proletariado se mobiliza pela defesa de seus direitos, em seu próprio terreno de classe, fazendo pesar uma séria ameaça sobre o imperialismo e a burocracia stalinista. Esta crise conjunta do imperialismo e da burocracia são componentes do período que definimos como sendo o da IMINÊNCIA DA REVOLUÇÃO E DA CONTRA-REVOLUÇÃO.

Este período se abre com a greve geral de maio-junho na França e a ascensão da revolução política na Tchecoslováquia. É somente nas novas relações de forças criadas a nível internacional que se pode compreender a construção do soviet de La Paz (Assembléia Popular) em 1971, do soviet de Irbid na Jordânia em setembro de 1970, assim como as manifestações de combate das massas no Chile, em Madagascar, e tantos outros países.

Apesar de toda esta disposição de luta, as massas podem ser derrotadas se sua vanguarda não for capaz de criar, neste período histórico, o instrumento indispensável da vitória: seu partido de classe, a IV INTERNACIONAL.

Compreendendo, portanto, a importância e a emergência desta tarefa his-

tórica, OUTUBRO e mais 17 organizações e grupos representando vários países e continentes encontraram-se em Paris no mês de julho de 1972 e decidiram constituir o COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL. OUTUBRO associa-se plenamente à resolução política desta conferência, cujo texto integral é publicado neste número.

Lamentavelmente, porém, no que concerne a nós brasileiros, a reunião de julho em Paris, diferentemente da de Santiago do Chile três meses antes, realizou-se na ausência da FRAÇÃO BOLCHEVIQUE-TROTSQUISTA e da ORGANIZAÇÃO COMUNISTA 1º DE MAIO. A I Conferência latino-americana pela reconstrução da IV INTERNACIONAL realizada em Santiago em abril de 1972 reunia, pela primeira vez, num encontro internacional, os combatentes do trotsquismo no Brasil. Aí estavam a FBT, o 1º de Maio e nós, OUTUBRO. É inútil acrescentar que não perdemos a ocasião de desenvolver a fundo várias discussões políticas, longe do clima repressivo existente no Brasil. Tratamos com cuidado sobretudo as questões do trotsquismo internacional, onde se revelam certas divergências.

Tão logo voltamos ao Brasil, a ditadura desferiu-nos um rude golpe, causando transtornos incalculáveis para o envio de delegados a Paris. Com efeito, a polícia prendeu dezenas de quadros da FBT e um militante de OUTUBRO.

Segundo o "Estado de São Paulo" de 5/7/72, a polícia intensificou a caça aos trotsquistas brasileiros após o assassinato de Salustro na Argentina. Entretanto, todo mundo sabe que nós, além de não possuímos nenhum tipo de relação com o ERP, fizemos conhecer nos momentos oportunos nossa mais clara e enérgica condenação a este tipo de ações isoladas das massas. É evidente portanto que, nas prisões efetuadas, o "combate ao terrorismo" não é nada mais senão um vulgar pretexto para justificar a utilização contra militantes proletários dos criminosos métodos da polícia brasileira. Os mesmos métodos inqualificáveis que desde há muito tempo



ela utiliza contra os guerrilheiros, contra simples suspeitos e, até mesmo, contra seus filhos e familiares.

A ditadura pretende, com o assassinato e o emprisonamento de militantes operários brasileiros, evitar a gigantesca crise social em gestação. O edifício econômico erguido às custas do arrôcho salarial, F.G.T.S. e mais outras obras primas do gênero é extremamente frágil para resistir a um ataque em regra da classe operária. Mais ainda nas inevitáveis condições de recessão que se aproximam e que tornarão inevitável a explosão dos problemas sociais. Compreendamos a situação:

A partir de 1964 os economistas burgueses tentaram por todos os meios driblar as leis de seu próprio sistema: tôda mercadoria é destinada ao mercado. Com uma mão propiciaram fabulosas facilidades aos investimentos estrangeiros, à instalação de indústrias e à produção de mercadorias, sem que, com a outra, desenvolvessem o indispensável mercado interno.

O govêrno esperava escoar a maior parte desta produção jogando-a no mercado internacional. Não entravam, entretanto, em seus cálculos as crescentes dificuldades dos imperialismos em asse

gurarem suas próprias sobrevivências. O diktat de NIXON em agosto de 1971 tornou desmesuradamente clara a importância que o imperialismo dá à defesa de seus mercados, considerados já demasiado pequenos. Nesta procura desesperada de novos mercados para sua economia sufocada, NIXON iria a Pequim e a Moscou. A Inglaterra, menos ambiciosa ou menos capacitada, contenta-se com a entrada no Mercado Comum Europeu. Estas dificuldades acarretaram repercussões nas exportações brasileiras em consequência das modificações na política econômica seguida pelos imperialismos. Os produtos brasileiros são taxados nos USA, e várias encomendas inglêsas foram anuladas em virtude da nova obrigação contratada pela Grã-Bretanha com o Mercado Comum, segundo a qual o aprovisionamento em um certo número de mercadorias deve ser feito nos países africanos. (1)

Esta situação conduziu Delfim Neto a reconhecer que os empresários brasileiros deveriam "agredir o mercado internacional", e que quem "ceder uma parte (aos exportadores brasileiros) não o fará com gosto". (Est. S. Paulo-29/8/72)

Nestas circunstâncias, a ditadura viu-se obrigada a retocar sua política

(1) É sabido por todos que no dia 15 de agosto de 1971, Nixon impôs uma tarifa al-fanegária de 10% a todos os produtos importados e, portanto, também aos produtos brasileiros. Os EUA representam o maior mercado importador do Brasil.

Os efeitos negativos sobre a exportação brasileira do alargamento do MCE são menos conhecidos, mas nem por isto menos intensos. O GLOBO de 29/1/72 dava alarmado a seguinte lista estabelecida pelo Itamarati dos produtos afetados:

Café em grão- A Inglaterra absorveu em 1970 13,2% do total exportado pelo Brasil. A tarifa do café será aumentada de 1,1% para 7%, sofrendo violenta concorrência do produto africano (total exportado em 1970: US\$ 23.985.780,00 FOB).

Carne de boi resfriada e congelada- As exportações brasileiras que haviam crescido de 1968 a 1969 de 490% sofrem um aumento de tarifa de 5% para 20%. O Brasil não poderá manter a concorrência com os produtos africanos (total exportado em 70: 12.071.097,00 FOB).

Manteiga de cacau- A Inglaterra é o terceiro mercado para o produto brasileiro. A tarifa passará de zero para 12%. Concorrência muito difícil com o cacau da Holanda que gozará de isenção (total exportado em 1970: US\$ 3.827.058,00 FOB).

Café solúvel- A Inglaterra abastecia 80% de seu mercado com café brasileiro. A tarifa passará de 4,2 para 19%. Concorrência muito difícil com países que gozam de preferências discriminatórias (total exp. em 70: US\$ 12.031.965,00 FOB).

É necessário sublinhar que o alargamento do Mercado Comum Europeu não diz respeito somente à Inglaterra mas também aos países escandinavos, onde o consumo de café per capita é o primeiro do mundo.

interna e a bulir nos interesses de seu fiel aliado contra as massas: o latifundiário, obrigada que estava a procurar um alargamento ao mercado interno.

Na etapa anterior, mil e um artifícios haviam sido inventados para encontrar uma saída permitindo o aumento do consumo interno sem tocar na estrutura agrária.

O plano de desenvolvimento da Sude ne permite aos industriais descontarem de seus impostos os investimentos feitos no Nordeste. Em outras palavras, enriquecerem-se com dinheiro devido ao Tesouro Público. A intenção é a de se criar um mercado consumidor nas cidades, proletarizando seus habitantes, solução que tem a inestimável vantagem de não tocar no latifúndio. Estas indústrias artificiais abrem falência uma após outra, não obstante medidas protecionistas de toda sorte.

Veio agora a vez da Transamazônica. Deixemos de lado, por um momento, todo o entreguismo e dilapidação das riquezas nacionais já denunciado milhares de vezes. Como é do conhecimento público, o governo pretende povoar suas margens com os nordestinos oriundos das zonas de "tensão social". Contudo, os resultados da Transamazônica restam muito incertos, ou, pelo menos, não serão imediatos.

Por conseguinte, o governo, na esperança de impedir ou pelo menos atenuar a crise econômica que se avizinha, atacou com a maior timidez possível a grande propriedade agrária nas "regiões de tensão social". Apesar de extremamente limitadas, a "reforma agrária" já levanta ameaças contra o governo. O senador Paulo Guerra, da Arena de Pernambuco ameaçou: "os latifundiários pernambucanos poderão até pegar em armas para impedir a execução das medidas previstas no Proterra". (Est. S. Paulo-11/8/72). O senador latifundiário foi vivamente apoiado pelo deputado Sérgio Cardoso de Almeida. Filinto Muller - chefe da Arena - por seu lado, não respondeu a Paulo Guerra, mas em privado reconheceu: "toda reforma agrária provoca desagrados". (Est. S. Paulo-11/8/72)

Além destes aspectos da crise política, há outros cuja importância não

pode ser negligenciada. Trata-se dos reflexos na Igreja da exploração cada vez mais cruel do povo brasileiro. A Igreja, cuja alta hierarquia estava comprometida até a medula dos ossos na preparação do golpe de 1964, já não pode mais conter a cólera de inúmeros padres desejosos de justiça social.

No "sesquicentenário da Independência", cem bispos rezaram uma missa na praça da Sé, concorrida por dezenas de milhares. Aí rezou-se sob a direção dos padres: "salários injustos, trabalho escravo, homem máquina, desrespeito pela pessoa humana... genocídio, extermínio de uma raça, uso obrigatório do dispositivo DIU, controle político da natalidade; festa é ser gente, é ser homem livre. É ter seus direitos respeitados; é ter vez, e voto, é dar força como homem e não como bicho". E a missa terminou cantando: "Liberdade... Liberdade... Abre as asas sobre nós."

É claro que a ditadura tenta fazer o que pode para impedir que as massas, organizando-se em seu próprio terreno, se introduzam na brecha aberta entre as classes dominantes. Todo um plano foi articulado, visando reduzir a migalhas o que ainda resta de militantes operários.

As massas há algum tempo já dão alguns sinais de uma lenta, mas real, recomposição. Não negamos, entretanto, que há uma imensa defasagem entre a crise que se anuncia e o preparo das massas, devido a sua atual fraqueza organizativa. Mas a situação objetiva das massas melhora a cada dia.

Uma excessivamente tímida assembleia foi realizada no início do ano letivo de 1971, na PUC-SP, contra o aumento das anuidades. Esta manifestação foi seguida de outras, de caráter organizativo, o que já conduziu ao restabelecimento da coordenação entre inúmeros centros acadêmicos e a realização de encontros reunindo dezenas deles. E a UNE que se reconstrói após ter sido completamente destruída pela repressão e pelo aventureirismo! Tudo isto é certamente muito embrionário. A força maior destes esforços de reconstrução da UNE é que eles se apoiam num enorme descontentamento dos estudantes e em uma

perceptível mudança do estado de espírito das massas, como o atesta a ameaça de greve de 15.000 estudantes de Mogi das Cruzes que obrigou o ministro da educação, Passarinho, a vir dialogar com os centros acadêmicos.

No meio operário há alguma coisa que muda. As chapas de oposições sindicais obtêm em alguns sindicatos de importância uma porcentagem expressiva de votos. Em um ou outro sindicato ela obtém vitórias, e já ocorreu até mesmo que os operários manifestassem nas ruas para assegurar a posse de seus escolhidos.

É somente levando em conta estes acontecimentos que podemos compreender o assassinato frio e calculado de militantes engajados na organização dos oprimidos e explorados, ou sucetíveis de fazê-lo.

Não obstante tôdas as dificuldades suplementares nascidas desta "nova" vaga de repressão, os militantes revolucionários brasileiros dão mostras de uma imbatível determinação. Vencendo tôdas as dificuldades, O BATENTE, órgão da TESICLA (Tendência Sindical Classista), veio ao mundo da luta de classes sob a iniciativa da Org. Comunista 1º de Maio. Saudamos seu aparecimento, e nossas apreciações são emitidas em artigo especial neste número, seguidas da publicação do próprio BATENTE.

Após décadas de traição stalinista foi formada uma tendência sindical cuja vocação é a de organizar, unificar e centralizar as lutas da classe operária. Porque este é nosso combate, os militantes de OUTUBRO no Brasil não medem esforços para divulgar e fazer conhecer o BATENTE.

* * * * *

Contribuição a um balanço necessário

das lutas de 1968 no Brasil

Limitaremos voluntariamente nossa análise às grandes linhas gerais que marcaram os acontecimentos do ano de 1968 no Brasil. O que nos interessa no momento são as leis internas que regeram a dinâmica dos acontecimentos e que fizeram com que estes se passassem desta maneira e não de outra, extraíndo, na medida do possível, algumas lições para o futuro.

Claro está que estas leis não podem ser buscadas exclusivamente nas fronteiras nacionais. Entretanto, neste primeiro artigo, abordaremos apenas os efeitos da greve de maio-junho na França.

Assim como explica a resolução política da segunda sessão da pré-conferência publicada neste número, o período em que vivemos foi aberto em 1968. Nós o chamamos de IMINÊNCIA DA REVOLUÇÃO OU DA CONTRA-REVOLUÇÃO.

Se não compreendermos que o movimento das massas européias a leste e a oeste criava uma nova relação de forças internacional favorável ao proletariado e assim aumentando a confiança das massas nelas mesmas, jamais poderemos compreender os acontecimentos no Brasil em 1968.

No Brasil, a crise dos aparelhos era tão grande que muitos não hesitaram em anunciar, por exemplo, a morte do PCB. Nada era mais enganoso.

O que passou no seio stalinista, apesar das aparências, é muito mais importante do que se poderia pensar à primeira vista. Não foi sem dificuldades consideráveis que êle se moveu num ambiente onde a dinâmica das massas era cada vez mais à esquerda. As cisões de 1967 sangraram-lhe profundamente e, em particular no meio estudantil, retiraram-lhe seus melhores quadros militantes. Embora vastas e prenhes de significação, as dissidências restaram quase alheias ao meio operário onde o PCB continuava a manter sólidos núcleos.

A saída de Marighella-Mario Alves-

Apolônio não exerceu forte atração sobre a classe operária. E como poderia ser de outra maneira? O operário não rompe facilmente com o que considera seu partido, qualquer que seja. É indispensável um concurso de circunstâncias no qual o aparelho do partido lhe revele sua verdadeira natureza. E mesmo isto corre o risco de não ser suficiente se se pretende, ademais de não enojá-lo pura e simplesmente da política, fazê-lo adotar uma nova. E aí intervém o programa político alternativo com toda sua força ou fraqueza. Se êle não for capaz de despertar a confiança necessária, o grupo oposicionista ou dissidente terá contribuído exclusivamente, no melhor dos casos, a desintegrar o partido rival. E que tinham os dissidentes a oferecer senão a dialética marighelista de um mundo dividido entre "armados" e "pacíficos"? Que se lia em suas colunas como explicação sobre o que seria a "colaboração de classes" além de uma recusa de pegar em armas?

Ninguém pode culpar os trabalhadores de uma desconfiança a seu respeito. Se os dissidentes foram capazes de causar um sério abalo no PCB e uma saída em massa de seus militantes, foram incapazes de organizá-los, visto que os critérios da cisão não foram os de classe mas, exclusivamente, os de combatividade.

Menos importante do que poderia ter sido, a cisão nem por isto deixava de ser significativa. Nenhum partido - nem mesmo o stalinista - é capaz de se recompor da noite para o dia de uma sangria que lhe privou de inúmeros quadros combativos. E esta marca iria acompanhar o PCB durante os conflitos sociais subsequentes, tendo como consequência seu papel menos comentado, mas nem por isso inativo ou, menos ainda, impotente. Buscava uma conciliação com a ditadura por Abreu Sodré interposto, e chegou mesmo a procurar estreitos laços com um de seus mais odiados inimigos, Lacerda.

Porém, tão logo as mobilizações operário-estudantis começaram a ocupar a cena política, a Frente Ampla - a organização de Lacerda - operou um sensível recuo. As massas nas ruas gritavam a estalar os pulmões contra ela, cuja vocação era de tapeá-las uma vez mais. O governo, aproveitando-se da circunstância favorável, desferiu-lhe um golpe fatal. A política do PCB era, portanto, atacada pela direita e pela esquerda. Mas nada haveria de impedi-lo de desempenhar o papel que era o seu historicamente, e, circunstancialmente, no quadro da Frente Ampla, jogando todo o peso

de seu aparelho no sentido de paralisar toda e qualquer atividade independente das massas.

É vital e inadiável a plena compreensão das modificações ocorridas nas relações entre as classes durante o ano de 1968. Na fatal retomada de mobilizações, as massas tenderão a reatar os fios cortados pelo refluxo. Por outro lado, tendo sido um ano carregado de tensões e onde a temperatura política esteve não poucas vezes elevada, torna-se um espelho nada desprezível para se saber a respeito da coesão entre as diferentes frações das classes dominantes.

1. Os estudantes e a revolução.

Universidade e sociedade...

Não restam nem sequer vestígios da organização do trabalho herdada do século passado. As linhas de montagem e as cadências, por um lado, e por outro os computadores a organizá-los, já substituíram definitivamente as manufaturas e os teares. Num processo que durou de cênios, a sociedade foi conduzida a utilizar um alto grau de tecnologia. A burguesia foi obrigada a adotá-lo. Era o único recurso para manter a produção e, sobretudo, a taxa de lucro diante de uma classe operária preocupada em viver melhor, trabalhar menos, e lutando pelo seu futuro.

Por outro lado, semelhantes transformações não são contrárias à sua natureza. Ela (a burguesia) "não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, quer dizer, o conjunto das relações sociais". (MARX-Manifesto).

Como consequência da introdução sempre crescente de máquinas cada vez mais aperfeiçoadas, aumentou em flecha a necessidade de uma mão de obra especializada capaz de manejá-las. E quem

"êles quiseram apagar o fogo na universidade, só fizeram ascendê-lo nas ruas."

LENIN

se surpreenderia se nestas condições a burguesia ~~doente~~ ~~que vive~~ ~~em~~ ~~uma~~ política de aberturas de escolas e de universidades? Afinal isto permitiria matar dois coelhos de uma só cajadada: aliviar a indústria que requeria uma mão de obra especializada e aliviar a pressão operária que exigia um melhor futuro para seus filhos.

Claro está que a grande maioria dos filhos de operário não puderam beneficiar das facilidades de acesso abertas, em particular, nas universidades. Submetidos durante gerações à ignorância e ao analfabetismo, somente um esforço hercúleo poderia permitir-lhes terminar uma carreira universitária. Entretanto, a pequena-burguesia urbana, madura para receber uma instrução superior, ocupou a maioria esmagadora das vagas oferecidas. Somente uma minoria operária, oriunda de seus setores mais bem pagos, conseguiu aí ter acesso. O restante foi selecionado pelos mais variados e complexos procedimentos que começavam desde a escola primária ou, então, foi desviado para uma formação es

pecializada subalterna.

De qualquer maneira, neste processo de transformação, que durou vários anos ou décadas, dependendo do país, a universidade perdeu gradativamente sua natureza anterior.

... no Brasil

No Brasil, até há pouco tempo, ela era praticamente sinônimo de faculdade de direito. Nada de surpreendente, visto que ela tinha como objetivo e missão formar os futuros dirigentes dos negócios públicos. O acesso a ela era, portanto, extremamente rigoroso. A industrialização ocorrida em ritmo acelerado a partir do governo Kubitschek forçou um processo iniciado desde o século passado e que havia recebido um sério impulso com a revolução de 30. Esta industrialização da década de 50 foi feita ao nível tecnológico existente nas metrópoles imperialistas. Nestas circunstâncias, a necessidade de uma mão de obra especializada tornou-se urgente e a burguesia apressou-se em abrir novas escolas para supri-la. A primeira delas a ser fundada completamente adaptada ao novo ritmo foi a FEI de São Bernardo onde a velocidade da formação ("engenheiros em três anos") só se compara ao embrutecimento cultural adquirido.

O governo Kubitschek acionou com toda força a máquina de fazer dinheiro. Ao ritmo da inflação e da corrupção milhares de fortunas foram construídas. O governo posterior, eleito sob o signo da ordem e da austeridade, tentou colocar um freio ao processo. Mas, infelizmente para J. Quadros, a maré não era assim tão passageira. A economia já havia-se acostumado à dopagem da inflação. Sob o governo impotente e medíocre de Goulart, a inflação iria bater records até então inimaginados. No calor da espiral inflacionista, milhares de pequenas empresas realizaram negócios espantosos. Porém, era um progresso fictício. Todo mundo do comércio estocava mercadorias na expectativa de que a próxima queda do cruzeiro falo-ia ganhar nominalmente muito dinheiro.

Como corolário quase inevitável, as universidades perdiam muito de sua

atração. Sem lhe voltar completamente as costas, a pequena-burguesia estava demasiado atarefada em acumular capital na engrenagem falsa da economia.

O golpe de estado de 1964, com toda sua visagem feroz, mostrou-se decidido a acabar de uma vez por todas com a inflação. A política inaugurada pelo governo de Castelo Branco consistia, entre outras medidas, numa drástica restrição do crédito. Isto conduziu à falência em massa de pequenas empresas e a seu fenômeno complementar, isto é, ao fortalecimento das grandes, quer dizer, das empresas imperialistas. Nestas circunstâncias, a universidade adquiriu um novo peso específico aos olhos da pequena-burguesia. Já não mais lhes restavam muitos outros recursos para assegurar seu futuro senão uma formação universitária.

Entretanto, nas esferas governamentais, tinha-se uma outra concepção das universidades: limitar o número de vagas e rentabilizar as escolas, apoiando-se no plano Atcon consubstanciado em acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development (MEC-USAID). Existiam também planos no sentido de eliminar alguns cursos "inconvenientes" como Ciências Sociais, "sem utilidade para o desenvolvimento nacional" e, ainda por cima, "foco de agitação e subversão".

Certa feita, querendo justificar a política de não abertura de escolas de medicina, Castelo Branco disse claramente que "o Brasil não necessita delas", visto que "os médicos se concentram nas cidades, onde encontram trabalho, enquanto que os campos carecem deles". Nessas condições, não era útil "aumentar a concorrência entre os médicos no sobrecarregado mercado das cidades". Súplica de Lacerda, seu ministro da educação, era mais claro e direto: "só devem estudar nas universidades os que puderem pagar".

Diante disso, a pequena-burguesia urbana inquietou-se seriamente. O futuro de seus filhos estava gravemente ameaçado. A ditadura mostrava-se decidida a suprimir-lhes tanto o veio de ouro constituído pela corrupção e inflação,

quanto a ascensão e estabilidade social constituída por um título universitário. A partir daí, e a justo título, os estudantes estavam decididos a não se deixarem lançar facilmente pela porta de saída das universidades. E foi assim que os excedentes se transformaram num fato político de dimensão nacional.

E não foi por outra razão que todos os anos uma persistente agitação se formava em torno dos excedentes.

Sabendo da importância que a formação universitária adquiria para a consolidação do status pequeno-burguês, Costa e Silva apressou-se, tão logo foi designado presidente, a tranquilizar os espíritos fazendo saber que "todos os excedentes teriam vagas". Bastou alguns meses para que Costa e Silva mostrasse os limites de sua promessa e se visse diante da primeira crise política de seu governo, no início de 1967.

Só com muita dificuldade o governo poderia pretender esmagar o movimento de massas nas universidades em 1968. As condições políticas estavam longe de serem reunidas. Antes de se lançar na tarefa de reduzir a migalhas as reivindicações pequeno-burguesas, o governo se indagava até onde semelhante empresa não seria uma aventura. A história e o instinto de sua classe lhe ensinava que não se golpeia a pequena-burguesia se o proletariado não tiver sido preliminarmente colocado fora de combate.

Quando o proletariado se mobiliza e luta de maneira independente por suas reivindicações de classe, uma alternativa política se abre às demais camadas sociais da população. Amplos setores da pequena-burguesia, mobilizados também em torno de suas próprias reivindicações, tornam-se desta maneira aliados e combatentes do mesmo programa de lutas proletárias. O governo Costa e Silva tinha instintivamente consciência deste fato e do perigo que esta alteração eventual representava para a continuidade do regime.

A greve tartaruga no porto de Santos, a constituição do MIA (1), as eleições sindicais que haviam dado uma expressiva porcentagem de votos às oposições sindicais e conduzido José Ibrahim à cabeça do sindicato dos metalúrgicos de Osasco, eram indícios exteriores de uma agitação molecular da classe operária. Tudo isto tinha que ser levado em conta pelo governo, incitando-o à moderação diante dos estudantes.

As reivindicações mais importantes da UNE eram solidamente desejadas nas bases estudantis. A luta contra o decreto-lei 4464, chamada lei Suplicy, apoiava-se num sentimento profundo no seio dos estudantes. O referendo organizado pela UNE em 1965 não permitia nenhuma margem de dúvidas. E que dizer então da luta pelo aumento de vagas nas universidades? E da luta contra o ensino pago?

2. Por que os estudantes desceram às ruas antes dos operários.

Os estudantes desceram às ruas muito antes da classe operária. Para explicar isto, basta olhar mais de perto as forças políticas e organizativas presentes em ambos os casos.

No seio operário reinava uma forte desmoralização logo em seguida ao golpe de abril. As derrotas são tanto mais desmoralizantes quanto mais se assemelham a uma capitulação sem combate. As massas perdem confiança em uma di-

reção na exata proporção em que esta, na etapa precedente, lhes tivesse dito sem ambiguidades que estavam em condições de romper a cabeça inimiga, e na hora H batesse em vergonhosa retirada. Todo mundo tinha na memória as palavras triunfais de Luiz Carlos Prestes na véspera da sedição militar. A burguesia encarregou-se de levar aos quatro cantos do Brasil a escandalosa afirmação segundo a qual "os comunistas já estão

(1) O MIA - Movimento Intersindical Anti-arrôcho - foi formado pelas direções sindicais, na maioria pelêgas, para dar uma válvula de escape ao descontentamento crescente das massas contra a política salarial da ditadura.

no poder, dentro em breve estarão no governo".

Na nova situação criada pela capitulação incondicional, nasceu um processo de profundo esmorecimento no seio das massas combinado a uma reavaliação da força inimiga. As organizações tradicionais dos trabalhadores, que até então lhes asseguravam um mínimo de centralização e de sentimento unitário, entraram em crise aguda. Desbaratada em seus sindicatos e partidos pela ação policial, profundamente ferida em seu moral pela traição stalinista, a classe operária sofreu uma grave derrota e necessitava recompor suas forças. O CGT fôra dissolvido, e os principais sindicatos sofreram intervenção militar.

Entre os estudantes, as coisas se passavam sensivelmente diferentes. Por não possuir a mesma implantação que o PCB no meio operário, por não ter tido uma organização nacional capaz de provocar ilusões nas massas, a AP não era tida como responsável pelo golpe, e a muitos aparecia como uma alternativa. Por mais paradoxal que possa parecer, a força da AP consistia exatamente em sua fraqueza anterior. Os stalinistas, estando em profunda crise, deixaram à AP uma margem de manobra nas universidades, o que foi traduzido por seu fortalecimento no contrôlo da UNE. Eis porque, a despeito de tudo, o sindicato estudantil pôde recuperar em pouco tempo seu prestígio abalado.

Ademais, a repressão nas universidades era um problema delicado. O govêrno não poderia pretendê-la sem que, mais cedo ou mais tarde, ela terminasse por quebrar a espinha dorsal de todos os militantes de esquerda e, entre êles, os da AP. Esta última, pelas suas relações com os meios católicos, corria o risco de colocar o govêrno e certos setôres da Igreja face a face, e isto não era o que procurava naquele momento o primeiro govêrno da ditadura. Assim, o movimento estudantil ganhou um prazo histórico cheio de significação. E foi a proveitando-se da semi-legalidade que os estudantes puderam organizar a defesa de seu sindicato e denunciar a lei Suplicy.

A importância das liberdades democráticas

Os guerrilheiros, quando ouvem falar na necessidade da luta pelas liberdades democráticas, desenham nos lábios um sorriso irônico. Semelhante desdém não tem outra origem senão o desprezo às experiências reais vividas pelas massas. O relato da história do movimento estudantil entre o golpe e suas manifestações de 1968 tem por si só o valor de um exemplo. Sem o mínimo de possibilidades que ainda lhes restavam para se organizarem, muito dificilmente os estudantes poderiam ter realizado as manifestações de massa em 1968. Nem mesmo nas condições excepcionais criadas pela morte de Edson Souto as manifestações teriam alcançado tanta representatividade.

A autoridade de uma organização não cai do céu, mas é forjada na luta. Se a UNE pôde chamar a demonstrações de rua em 1968 e ser seguida foi porque, preliminarmente, o terreno havia sido preparado por outras pequenas e inúmeras manifestações. E esta preparação deu-se em todos os níveis, desde as manifestações de rua em 1966, onde não faltou pancadaria, até as lutas "inofensivas" como o referendo de rejeição da lei Suplicy, passando pelas lutas contra as tarifas, contra o acôrdo MEC-USAID. Assumia formas às vezes de congressos, outras vezes de assembléias por faculdades, manifestações de rua, etc.

O marasmo em que se encontra hoje o movimento estudantil prova pela negativa a importância das liberdades democráticas. A partir do AI 5, corporificado no decreto-lei 477, a repressão varreu das escolas tôda sombra de liberdades. A idéia mesma de realizar uma assembléia parece, em nossos dias, como aventureira. Só com muita timidez, aqui e ali, para tratar de um problema específico como o aumento das anuidades na PUC de SPaulo, elas reaparecem e atestam com tôda clareza o estado embrionario em que estão as lutas, mostram a existência de uma certa vontade de combate, mas são entretanto insuficientes

para infundirem um sentimento de potência e de força. Eis porque, a despeito de que nenhum dos problemas reais dos estudantes tenha sido resolvido, e, ao contrário, encontrem-se agravados, reina uma real apatia em seu seio.

Reflexos do movimento estudantil

Nenhum setor da sociedade estando imune ao que se passa em outros, as manifestações estudantis de 1968 sensibilizaram agudamente o movimento operário. Por mil canais os trabalhadores observaram a repetição dos conflitos, e o resultado a seus olhos acabou sendo a demonstração da incapacidade governamental de resolver o problema universitário. O governo Costa e Silva tentou em primeiro lugar fazer passar os agitadores por uma insignificante parcela de profissionais da subversão. Choviam insultos, calúnias e vergonhosas inverdades por todos os lados. Segundo alguns, o movimento havia sido preparado pela OLAS, "agência internacional da subversão"; segundo outros, a maior parte dos manifestantes só o faziam porque estavam atemorizados pelas ameaças físicas e pressões morais exercidas no interior das universidades. Era uma maneira entre outras de preparar a entrada da "ordem e do progresso" dentro do recinto das universidades. Costa e Silva mostrou-se, em seu discurso de 31 de março de 1968 em Porto Alegre, sensível a este apêlo. No quarto aniversário de seu nada glorioso passeio militar, disse que recorrerá a um regime de força se "o caminho de uma verdadeira democracia fracassasse", e advertiu que a "ordem será mantida custe o que custar".

Contudo, as fileiras dos descontentes engrossavam a cada dia. O tom da imprensa se modificava sensivelmente, procurando modificar o fluxo dos acontecimentos. Mas não era mais uma tarefa fá-

cil a de fazer engolir a seus milhões de leitores a pílula de uma "minoría agitadora" que se aproveitava da "inadequação da universidade à sociedade" para "conduzir os inocentes úteis à agitação e à subversão".

As manifestações adquiriam amplitude desconhecida sob o regime militar⁽²⁾ e proporções extremamente graves. No dia 28 de março os estudantes manifestaram no Rio contra o fechamento do restaurante universitário "Calabouço". A Polícia Militar do Estado da Guanabara abriu fogo sobre os manifestantes: 1 estudante é morto - Edson Souto -, e sua morte provocou uma série de manifestações e greves estudantis em quase todo o país. Cerca de 20.000 pessoas assistiram a seu enterro, entre as quais uma delegação de operários e sindicalistas. No dia 1º de abril, o governador da Guanabara viu-se obrigado a fazer apêlo ao Exército, posto que a polícia de seu estado, por si só, não fôra capaz de varrer das ruas os milhares de manifestantes que enfrentaram as forças de Negrão de Lima durante várias horas no centro do Rio de Janeiro. Aniversário sangrento da ditadura: 1 manifestante morto, 60 feridos e centenas de prisões efetuadas. As manifestações contra a ditadura se multiplicavam em todo o território brasileiro: Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte. Em João Pessoa, o palácio do governo foi apedrejado; em Salvador, a polícia disparou e feriu vários manifestantes; em Goiânia, policiais atiraram contra estudantes refugiados na catedral: 1 morto e 1 ferido grave. As universidades de Brasília e Salvador foram ocupadas pela polícia no começo de junho. No Rio, barricadas são levantadas por alguns estudantes, que a polícia reprime selvagemmente: quatro mortos e o fechamento da universidade.

No mês de abril os metalúrgicos de

(2) As manifestações de rua a partir de setembro de 1966, embora com enfrentamentos graves, continuavam relativamente limitadas, mas sua incidência política transcendia frequentemente os limites de cada cidade. Era a época do ciclo manifestação-repressão-manifestação. Desde o início das aulas em março de 1967 notavam-se modificações sensíveis no caráter das inúmeras manifestações realizadas no Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e tantas outras cidades de quase todos os estados. Era a época da luta pelas vagas nas universidades, contra o acôrdo MEC-USAID, etc.

São Paulo, em luta contra o arrôcho im posto pela ditadura, fazem uma greve que dura três dias. É a primeira greve dêste novo período de mobilizações operárias que culminará com a greve de Osasco e a greve dos metalúrgicos do Rio e de Minas em setembro de 1968.

No diapasão da imprensa burguesa, Costa e Silva terminou por reconhecer em 4 de junho uma certa "legitimidade" das reivindicações estudantis, mas recusava-se a tolerar uma agitação que "mergulharia o país no caos que paralizou a França". Ao reconhecer que as escolas

possuíam problemas de "inadequação", o govêrno deveria "adequá-las" e, assim, livrar a sociedade da influência dos "agitadores profissionais".

Contudo, manifestações cada vez maiores, com seu corolário, a violência, seguiam seu curso quotidiano. Não só a "adequação" não vinha como nenhuma medida de solução ou, pelo menos, de apaziguamento era proposta. E isto bastava para corroer a imagem do govêrno, mostrando a olhos vistos que êle havia-se atribuído tarefas para as quais estava incapacitado.

3. Ecoss do maio francês.

"O Brasil não é a França, e o general Costa e Silva não é o general de Gaulle!"

Advertia, inquieto, um gorila

"O Brasil não será a França, será muito pior".

Matta Machado, Vice-Pres. da UNE

A experiência francesa dominava todo o panorama político. Do lado dos manifestantes ela fascinava pelos seus aspectos mais visíveis, quer dizer pela completa desorganização do Estado. A florescente tendência debrayista via aí a confirmação da possibilidade de uma minoria, na ocorrência estudantil, inflamar toda uma nação pelo exemplo da violência contra o poder constituído. Do lado burguês reinavam alarmas e tensões. A comprovação estava feita: as massas eram capazes de irromper brutalmente na vida política da nação contra a coligação estabelecida entre o poder e suas direções tradicionais. A partir daí, a burguesia tratava a todo custo de impedir que a classe operária brasileira, seguindo o estudantado, começasse a falar em francês com o govêrno de Costa e Silva. Mas... como impedi-lo? Os acontecimentos na França traziam a marca do incompreensível. Ninguém pôde explicar com clareza o que tinha acontecido. O aspecto espontaneísta exterior predominava em todas as análises.

O mais comum dos burgueses inquietou-se então como não estava habituado havia muito tempo. Êle começou a ligar

os fios dos acontecimentos, procurando determinar até onde suas preocupações não eram simples especulações. Nestas circunstâncias, qualquer ruído oriundo da classe operária era amplificado. E os acontecimentos até então não eram nada encorajadores. A greve da cidade industrial de B. Horizonte em abril e a manifestação de 1º de maio em SP (3) eram sinais exteriores de um profundo descontentamento capaz de conduzir o país a uma explosão social.

Foi então que todos êles, com os músculos crispados, olharam para o govêrno à espera de uma decisão que não lhes conduzisse a uma aventura. Mas para responder completamente a estas expectativas, o govêrno deveria ter uma coesão maior. Estava seriamente dividido com respeito à política a adotar diante das massas. A repressão não tendo conseguido colocar um freio às violências de rua, refletiam-se no seio do govêrno clamores da burguesia no sentido de se permitir o livre desenvolvimento das passeatas e, assim, ganhar tempo.

Fazendo-se porta-voz das preocupações da burguesia, Jânio Quadros declarou no dia 20 de junho que: "seria necessário uma ditadura ou uma redemocrata

tização, pois o que existe hoje no Brasil não serve para nada".

As pressões se faziam por todos os lados, e vinham de dentro e de fora do próprio governo. Um projeto de anistia aos estudantes foi apresentado no Congresso, obrigando Costa e Silva a jogar todo seu peso na rejeição do mesmo para evitar a concretização das ameaças que lhe formulavam os setores mais reacionários do Exército caso o mesmo fosse aprovado.

Costa e Silva tendia a perder as rédeas do poder central, e, assim, ia crescendo o poder específico dos ministros. Gama e Silva, ministro da Justiça, não perdeu a ocasião aberta para colocar-se como alternativa da "ordem" no caso de qualquer eventualidade e - por que não? - de um golpe de estado. Para isto ele contava explorar ao máximo o estupor reinante no seio da burguesia. E como poderia Gama e Silva deixar escapar tais circunstâncias? Se ele estava muito longe de representar o conjunto da burguesia, refletia pelo menos uma posição consequente, isto é, a da repressão pura e simples. Ademais, esta posição contava com a esmagadora maioria das Forças Armadas, sem dispor contra ela de nenhuma oposição burguesa consequente.

A única força capaz de jogar este último papel era a Frente Ampla de Lacerda. Gama e Silva encarregou-se de colocá-la fora da lei. A resposta de Lacerda ao ato do ministro da Justiça em 5 de abril é ilustrativa do profundo desconcerto reinante nos meios burgueses: o ex-governador da Guanabara esboçou sem entusiasmo um pequeno gesto de resistência. Rei deposto, rei coroado: a "Frente Ampla" dissolvida, criou a "União Popular". (Decididamente, a história não é rica em siglas!). Diante do movimento das massas, as margens de manobra de Lacerda eram estreitas. Qualquer

oposição ao regime, sobretudo se esta devesse caracterizar-se pelo nível de violência verbal da etapa precedente, e devido às novas condições criadas pela radicalização e violência nascidas em 28 de março, correria o risco de conduzi-lo mais longe do que desejava na ruptura com o regime que ele próprio ajudara a criar. Assim, a "União Popular" foi abortada no momento mesmo em que Lacerda preparava seu passaporte para uma longa viagem à Europa.

Gama e Silva, escudado pelos ministros militares, começou a tranquilizar os espíritos atemorizados: "O Rio não será uma nova Paris" (22 de junho). Entretanto, nas ruas, as coisas não se passavam de acordo com suas previsões e desejos. As manifestações, ao invés de serem reprimidas, eram "toleradas". Havia dúvidas muito sérias no seio das tropas quanto à eficácia da repressão.

O general Carvalho Lisboa deveria ser o primeiro a contestar a diretiva do ministro da Justiça. Na esperança de equilibrar-se entre este, que defendia uma maior repressão, e Abreu Sodré, que era partidário de uma "certa liberdade", o chefe do 2º Exército tentou dissolver as multidões com ameaças. Segundo ele, a manifestação de 24 de junho em São Paulo só seria "tolerada" se nesta não houvesse nenhum ato de violência. A passeata, chamada do quebra-quebra, apreendeu a secretaria da Educação, queimou um veículo oficial e tentou incendiar o "Estado de São Paulo", terminando enfim por ocupar a Faculdade de Filo-USP. Nem a polícia nem o Exército intervieram. A multidão foi mestre incontestável do centro de São Paulo. No Rio de Janeiro, 100 mil pessoas saíram às ruas e, entre os manifestantes, na primeira fila, encontrava-se Wladimir Palmeira. O fato é significativo pois este era oficialmente procurado visto

(3) No dia 1º de maio de 1968 os operários foram chamados pelas direções sindicais pelegas e stalinistas à Praça da Sé em S. Paulo, onde estaria presente o governador Abreu Sodré. Os pelegos justificavam tal encontro como uma medida de isolamento da ditadura! Cinco mil operários, trabalhadores e estudantes apedrejaram Sodré e saíram em passeata, dirigidos pelas oposições sindicais e sob sua palavra de ordem: "só a greve derruba o arrôcho!"

que sua prisão preventiva havia sido decretada. Contudo, expunha-se enquanto as tropas não ousavam sair dos quartéis. Simultaneamente, nas outras capitais, as manifestações eram dissolvidas com extrema violência, o que mostra o caráter deslocado da política central, incapaz de impor estrita obediência nos dois mais importantes centros do país.

A greve de Osasco

Tal manifestação de fraqueza não poderia passar sem consequências na classe operária. Alguns de seus setores alimentaram a ilusão de que a simples violência e determinação na ação bastariam para fazer uma verdadeira bola de neve, arrastando consideráveis camadas trabalhadoras à ação, ou conseguiriam, pelo menos, fazer o governo recuar na aplicação do arrôcho salarial.

A greve de Osasco era inicialmente prevista para coincidir com o dissídio coletivo dos metalúrgicos, colocando o sindicato dos metalúrgicos de S. Paulo diante de um fato consumado e, assim, obrigando-o a uma prova de força com o governo, o que sua direção pelega queria evitar a todo custo. Mas a impaciência dos setores mais jovens da classe operária brasileira não pôde ser contida diante de um governo prenhe de contradições e hesitante em enfrentar as massas. A greve foi antecipada para julho e trouxe com ela todas as consequências que conhecemos.

Sua má preparação é o que chama mais atenção. Em primeiro lugar, o desenvolvimento da greve contrariou todas as previsões dos espontaneístas de todo calibre - e estes não eram poucos! - representados até mesmo em sua direção. Apesar de seu vibrante apêlo ("se você ainda não parou sua fábrica, engrosse nossas fileiras parando agora"), apesar de suas palavras de ordem mobilizadoras (aumento geral de 35%; contrato coletivo de trabalho e reajuste de três em três meses(4)), apesar de tudo isto, "as greves só foram bem sucedidas onde havia comitês de empresa organizados", constata o "1º de Maio" de abril 1969.

Com efeito, ali onde não existiam os "comitês de empresa", a despeito de toda a solidariedade e a disposição de luta dos trabalhadores, manifestada na passeata em Osasco na manhã da greve, esta não conseguiu estender-se. E quem poderia admirar-se? Para responder positivamente ao apêlo dos grevistas, o operário deveria estar seguro, pelo menos, do fato de não se encontrar sozinho. Por mais solidário que êle estivesse com o movimento, quem poderia condená-lo se nas condições de desorganização em que se encontrava êle hesitasse em manifestar ativamente seu apoio, duvidando da solidariedade dos demais?

Os marxistas sabem desde o começo de sua existência desta verdade elementar: a extrema excepcionalidade e fragilidade que constituem os movimentos espontâneos. Aliás, não foi por outra razão senão para assegurar ao proletariado uma possibilidade de vitória que, desde Marx, os revolucionários lutam pela organização da classe operária, não somente a nível nacional como internacional.

Mas, infelizmente, nem todo mundo conhece o elementar. Em 1968, as idéias debrayistas ganhavam numerosos adeptos. A traição do PCB dava campo fácil ao desenvolvimento de idéias negando todo e qualquer tipo de "organização" tradicional: com exceção do PCB, as maiores organizações políticas de esquerda capitularam em maior ou menor grau diante do espontaneísmo, e isto foi um nada negligenciável componente de sua repercussão no movimento operário.

Comitês de empresa

É preciso olhar mais de perto a natureza dos "comitês de empresa" que apareceram na greve de Osasco em 1968.

Naquela ocasião, êles haviam sido constituídos por uma corrente sindical que não tinha nenhuma afiliação político-partidária, e animada por Ibrahim. Não havia critérios ideológicos de adesão a esta corrente. Aderiram a ela os que eram contra o arrôcho da ditadura, contra os pelegos, e queriam comba

(4) Ver documento anexo nº 1.

tê-los. O mais importante dos "comitês de empresa" criados por ela foi o da Cobrasma, em cuja iniciativa encontrava-se José Campos Barreto. E este "comitê de empresa" foi formado em tempo record: três meses! Barreto havia sido designado pelo próprio José Ibrahim-presidente do sindicato dos metalúrgicos de Osasco-para tal finalidade, e recebeu deste último a relação de todos os sindicalizados locais. Sua tarefa consistia precisamente em preparar a empresa para a greve prevista em setembro-outubro, na época dos dissídios da categoria. Se no curso de sua organização o "comitê de empresa" lograsse a adesão de não sindicalizados, estes se sindicalizariam automaticamente.

Diante disto perguntamos: qual era a natureza destes "comitês de empresa" senão a de se constituírem numa forma sindical adaptada às condições de clandestinidade?

A corrente sindical de oposição à qual pertencia Ibrahim tinha uma consciência empírica da ligação entre o "comitê de empresa" e as oposições sindicais:

"Estamos rompidos com eles (pelegos) porque nossa meta é organizar a classe pela base através dos comitês de empresa". Por isto é necessário "organizar-se como tendência independente e opositora aos pelegos", pois quando a classe "se organiza pela base, nas fábricas, em forma de comitês de empresa, todo o aparato peleguista não é suficiente para conter a disposição dos trabalhadores".

Quem poderia entretanto, perguntamos, estar à base da organização dos "comitês de empresa": um partido ou uma corrente sindical? Vejamos a resposta:

"Para lutar contra os pelegos que fazem o jogo do governo dentro dos sindicatos, os trabalhadores do Brasil estão-se organizando em oposições sindicais...", visto que "as oposições reúnem em torno de si a nova vanguarda da classe operária que surge das lutas que os trabalhadores têm travado independentemente da vontade da pelegada sindical!"

(5)

Como se vê, tanto os "comitês de empresa" quanto as oposições sindicais, na opinião de Ibrahim, eram formas organizativas de combate sindical contra a pelegada e a ditadura. Da maneira como se realizaram as lutas operárias no Brasil em 1968, os "comitês de empresa" foram a tradução organizada nas fábricas do melhor e do mais combativo das oposições sindicais, o que Ibrahim chama a "nova vanguarda da classe operária".

Entretanto, marxistas que somos, sabemos não ser esta a vocação dos organismos designados pela história do movimento operário como comitês de empresa. Baseados nas experiências de luta do proletariado a nível mundial, podemos afirmar que no futuro, em outras circunstâncias (de uma pressão crescente das massas), os comitês de empresa jogarão seu verdadeiro papel. As greves com ocupação de fábrica, saindo dos limites do regime capitalista "normal", independentemente das reivindicações dos grevistas, colocam a questão de se saber quem é o mestre dentro da fábrica: se o patrão ou o operário. Os comitês de empresa serão, nestas condições, os elementos de duplo poder nas fábricas.

A importância da luta nos sindicatos

A questão de se saber qual a natureza dos comitês de empresa encontra toda a sua significação quando se toma conhecimento das confusões reinantes a respeito dos sindicatos no Brasil. Não seremos nós, trotsquistas, que alimentaremos quaisquer ilusões acerca dos mesmos. Dentro em breve publicaremos um artigo aprofundando nossas concepções. O que dizemos - à diferença de todos os esquerdistas - é que a mobilização dos trabalhadores brasileiros passará necessariamente, em sua primeira fase, pelos canais sindicais existentes. Não que estes sejam autenticamente operários, mas porque não resta às massas nenhuma outra alternativa sindical, e que apesar de seu caráter semi-corporativo foi o canal pelo qual passaram suas mais im-

portantes mobilizações, e através dos quais ela obteve significativas vitórias. Semelhante tradição não se apaga na consciência das massas da noite para o dia.

Assim o demonstra o movimento mais importante das massas brasileiras operárias e camponesas após o golpe. A greve dos trabalhadores do campo da cidade do Cabo, assim como as mobilizações camponesas no Maranhão sob a direção de Manoel da Conceição, foram feitas completamente dentro dos quadros sindicais existentes.

No meio operário, os exemplos são muito mais numerosos e mais importantes. As mobilizações em todos os setores foram feitas em seus quadros, mesmo quando se tratava de greves contra a direção do sindicato e organizada pelas oposições, das quais o exemplo mais importante é a Belgo Mineira, na cidade industrial de Belo Horizonte.

O primeiro movimento dos grevistas, tanto na Belgo Mineira quanto em Osasco, foi o de ocupar as sedes sindicais e aí realizar assembléias. A representação ditatorial à greve, para ser consequente, deveria neutralizar os sindicatos. E o governo possuía uma clara consciência do fato. No caso mineiro as coisas eram mais simples pois a direção sindical pelega era completamente domesticada. Em Osasco, as coisas se passavam diferentemente, e por isso as tropas tiveram que investir simultaneamente contra a Cobrasma e o sindicato dos metalúrgicos, ocupando-os militarmente.

A greve de Osasco só começou a esmorecer com a intervenção no sindicato. Esta intervenção não havia sido prevista como uma eventualidade muito séria pela direção do movimento grevista. Reinava a impressão de que o governo bateria em retirada diante da determinação operária. Quando ocorreu o contrário, o comando da greve - associação dos "comitês de empresa" e do sindicato - encontrou-se sem condições para organizar a continuação do movimento. As tentativas neste sentido, como a reunião do comando de greve na igreja de Osasco, devido a sua improvisação, conduziu a um fracasso e ao emprisionamento da grande maioria da direção. Só escapou Ibrahim. Nestas condições, a greve esvaziou-se ine-

xoravelmente.

A greve de Osasco e as organizações políticas

Entretanto, ela tinha imensas possibilidades de se constituir num fato político de consequências imprevisíveis. Em todos os sindicatos havia um incômodo mal-estar oriundo das terríveis condições de vida impostas ao povo brasileiro após o golpe de 1964. Em todos eles havia movimentações, paralizadas pelas direções pelegas, colocando em causa a estrutura político-econômica da ditadura. Porém, a direção da greve de Osasco possuía uma fraqueza real: sua ligação com todo este movimento. Sua própria vinculação com o conjunto da oposição sindical metalúrgica era débil, e quase inexistente com as oposições sindicais de outras categorias, em especial a bancária-Participação Ativa. Com estas, a ligação se fazia sempre por organizações políticas interpostas. Logo, a extensão da greve de Osasco estava na dependência da posição que adotassem as organizações políticas da classe operária brasileira e, sobretudo, da principal delas, o PCB.

Um partido operário revolucionário teria, nestas condições, a obrigação de fazer todo o esforço para romper o isolamento em que se encontravam os grevistas, chamando trabalhadores e estudantes a se mobilizarem em torno das palavras de ordem saídas da greve de Osasco e em repúdio à intervenção policial.

Para os stalinistas, porém, aquela greve era um embaraço nada negligenciável. Em particular, a direção sindical de Ibrahim estava seriamente comprometida com os acontecimentos que no dia 1º de maio levaram ao assalto do palácio onde se encontravam Abreu Sodré - governador do Estado de São Paulo - e alguns líderes sindicais pelegos ou de inspiração stalinista. O encontro governador "liberal" e operários na praça da Sé era, para os pelegos e burocratas do PCB, um passo significativo no "isolamento da ditadura" e inseria-se perfeitamente na estratégia de "Frente Ampla" à qual o PCB se associava. Diante da greve de Osasco sua atitude foi dis-

locada. De um lado jogava todo o peso de seu aparelho para impedir seu alargamento, e de outro era obrigado a adotar uma política de conciliação rumo àqueles que haviam despertado apoio e entusiasmo no seio da população. Eis porque a direção do sindicato dos bançários criou um "comitê de apoio" a uma greve já terminada, num momento em que sua tarefa consistia exatamente em criar um comitê de greve, mobilizar os bançários contra a intervenção policial e apoiar-se nas palavras de ordem de Osasco, que eram as mesmas de sua categoria. Menos ainda foi feito nos sindicatos dos textéis e no dos tipógrafos de São Paulo, nos quais o PCB tinha grande penetração.

As outras organizações políticas não tinham quase penetração operária, e na maior parte dos casos eram extremamente regionalizadas. O POC, por exemplo, apesar de seu nome pomposo, nunca deixou de ser fundamentalmente uma organização estudantil. E não há outro responsável senão sua própria direção nacional. Durante anos, ela havia teorizado o abandono dos sindicatos na perspectiva da criação de sindicatos clandestinos (sic!). Os "comitês de empresa" figuravam em sua agitação sem que se dessem ao trabalho de precisarem se se tratava de fundamentos do novo sindicato clandestino ou simplesmente de um braço do sindicato oficial. E no último caso, como por exemplo na Cobrasma em Osasco, qual a posição a ser adotada.

Os posadistas eram ainda mais in significantes. A greve de Osasco colheu-os exatamente quando estes preparavam nas nuvens a tese de "governo operário-estudantil das universidades", destinada ao 30º congresso da UNE. O POR posadista, tão logo soube da greve, deslocou alguns de seus militantes estudantis para a fábrica ocupada. Diante do cêrculo policial, quando a polícia já se preparava para investir, quando todas as atenções se concentravam em saber se se abandonava o local, se se batia com a polícia, o militante posadista propunha uma discussão sobre a "gestão operária da Cobrasma", para dar um exemplo à classe operária brasileira de que os operários podem muito bem fazer funcionar a economia sem os patrões"! Sem comentários. Mereceram as vaias que re-

ceberam!

Restam, enfim, as organizações políticas às quais pertencia a direção da greve de Osasco. Esta era constituída por elementos em geral sem afiliação política, mas cuja simpatia ativa era dada seja à VPR, seja às dissidências do PCB. A própria falta de organização da greve se explica por este fato. A dissidência mais importante no Estado de São Paulo era de inspiração marxista, quer dizer, a que privilegiava a ação violenta quaisquer que fossem as condições. A VPR, por sua vez, não se diferenciava em nada destas concepções. Não é surpreendente, portanto, que a tendência de José Campos Barreto, fortemente influenciado por elas, se inclinasse a transformar a greve em algo como uma insurreição. A intervenção e a brutalidade policiais criaram uma indignação e uma revolta legítima entre os operários. Se a superioridade bélica da ditadura não fosse demasiado visível, ninguém seria capaz de prever o desfecho da intervenção policial, tal era o ódio latente entre os operários.

Diante do cêrculo policial, a temperatura das massas subiu. Apoiado nela, Barreto, revólver na mão esquerda, torcha na mão direita, ameaçava incendiar alguns tanques de gasolina e fazer explodir toda a fábrica com seus ocupantes na eventualidade de uma intervenção. As massas se afastaram imediatamente dele e o abandonaram. E ninguém pode condená-las por não serem suicidas. Elas são capazes de ações heróicas, mas não na aventura! Certo que havia um sentimento de revolta latente, uma disposição nada desprezível de enfrentar o poder constituído. Mas, à fôrça de querer abortar uma guerra civil a todo custo, Barreto só conseguiu o inverso, fracassando, portanto, até mesmo na procurada "educação de luta armada das massas".

Embora imediata, a investida policial não foi súbita. Primeiro, a polícia ocupou as imediações da Cobrasma, e, após a demonstração do aparato bélico, lançou um apêlo à negociação, que nas dadas condições soava como um ultimato. Naquele momento dever-se-ia ter feito fumaça a ilusão de que o governo não procuraria enfrentamento físico com as massas. Sem dúvida, a falta de re-

pressão aos movimentos estudantis em São Paulo e à manifestação que apedrejara Sodré, assim como a presença conciliadora de Passarinho na assembléia sindical da Belgo Mineira, tendo sido obrigado a conceder aumento sindical imediato e a prometer não perseguir os grevistas, deixavam margens a uma série de suposições. Mas, ao invés de Passarinho, veio o aparato bélico mais pesado da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Os tempos eram outros, e as veleidades liberais do ministro do Trabalho já haviam sido fortemente normalizadas pela ação conjunta de Delfim Neto, Gama e Silva e os ministros militares.

O governo corria riscos ordenando o assalto armado às posições operárias. Ninguém poderia prever com precisão o desenvolvimento ulterior dos acontecimentos. Existia da parte de consideráveis setores das forças políticas burguesas um desejo de não se engajar até o fim num processo de radicalização e, principalmente, em ações provocadoras a todo um movimento operário, que se encontrava em movimentada preparação aos dissídios coletivos. E se por acaso a apreciação da capacidade pelega em controlar as massas falhasse? Seria o caos. Todo o edifício político-econômico eri-

gado pela ditadura poderia sofrer um baque irrecuperável. Tais considerações os incitavam à moderação, e a existência das correntes "moderadoras" manifestou-se na atitude governamental de não impor ao sindicato de Osasco um interventor vindo do exterior. Preferiram o mal menor, que consistia em passar o comando ao sucessor legal de Ibrahim na diretoria do sindicato, apesar de todo o risco que isto comportava. Não obstante, 600 operários foram licenciados.

Além disso, a greve de Osasco demonstrou o poder exercido pelos stalinistas e pelos pelegos, cuja força e alcance havia sido colocada em dúvida, e que continuava firme e pouco abalada. Nestas condições, o perigo de um "maio francês à la brasileira" estava lançado às calendas gregas. No 5º congresso dos sindicatos do Estado de São Paulo, reunido menos de uma semana após a greve de Osasco, só a Federação Metalúrgica ousou fazer uma pequena referência pertinente. Ela declarou apoiar os estudantes mas "não aceitar jamais uma direção alheia à classe operária". Numa frase magistralmente escolhida, a Federação Metalúrgica fez um amalgama entre grevistas de Osasco e estudantes ("direção alheia à classe"), para negar-lhes seu apoio ativo.

4. Alguns aspectos da falta de direção revolucionária

Com a derrota da greve de Osasco, o governo já podia retomar o fôlego cortado pouco antes. Os dissídios coletivos quentes estavam descartados, e, com isto, reuniram-se as condições essenciais para utilizar um verdadeiro punho de ferro contra as massas.

Os pelegos e os stalinistas, pelo contrôle que exerceram sobre a classe operária, entretendo-lhe o caminho à luta, foram os elementos estabilizadores da situação política nacional. Por conseguinte, a vanguarda da classe operária sentia-se uma vez mais obrigada a definir uma linha estratégica diante deles, qualquer que fôsse sua compreensão disto. A partir da greve de Osasco, Jo-

sé Ibrahim e José Barreto tornaram-se duas figuras de dimensão nacional, e em tôdas as partes despertavam simpatias. De todos os cantos do país vinham a São Paulo representantes das oposições sindicais estudar tanto a experiência de Osasco quanto a possibilidade de uma ação organizada.

As oposições sindicais, quanto a elas, tampouco eram sem pecados. Algumas tinham entre seus animadores elementos que até a véspera tinham sido pelegos e que se tornaram oposição não ao peleguismo, mas à clique pelega adversária. Não obstante êste fato, as oposições sindicais reagrupavam o que havia de mais combativo no seio da classe ope-

rária brasileira. Levados a se ligarem à experiência de Osasco, ou, em alguns casos, pressionados pelas bases, as oposições sindicais procuravam contato com Ibrahim (Barreto estava prêso).

A cisão de Blumenau

Após as greves em Osasco e Minas Gerais, anunciavam-se greves conjuntas de bancários e metalúrgicos simultaneamente em S. Paulo, Rio e Belo Horizonte. Passarinho, refletindo o enervamento do governo, passava seu tempo deslocando-se em aviões à direita e à esquerda, na tentativa de encontrar uma possível conciliação. A pelegada dos principais sindicatos do país, duplamente inquieta, sentindo-se transbordar por todos os lados, não conseguia opor resistência conseqüente às bases. Não havia condições para executar a tradicional política pelega de denunciar os dirigentes da oposição sindical à polícia.

As oposições sindicais que tinham-se tornado direção nas eleições de 1967 preparavam ativamente sua participação no encontro sindical de Blumenau. A própria realização do mesmo era um desafio às leis da ditadura, mediante as quais estava proibida a organização de reuniões intersindicais. Não só o governo era impotente para impedi-lo, como inúmeras direções pelegas comprometeram-se na sua realização, esperançosas de apaziguarem as bases nervosas e agitadas.

Que deveriam ter feito as direções das oposições sindicais?

Está claro que a presença de pelegos colocava sérios problemas de princípio. Mas os pelegos, ao participarem de uma reunião ao lado da corrente sindical diretamente comprometida com a greve de Osasco, estavam indo mais longe do que gostariam na ruptura com o regime. Mais cedo ou mais tarde, para manterem suas boas relações com o governo, deveriam voltar a golpear e a desorganizar as massas, e, desta vez, mais severamente ainda para compensar o anterior período de conciliação. Estariam portanto reunidas as condições políticas nas quais as oposições sindicais lograriam ao mesmo tempo desmascarar os pelegos diante dos trabalhadores e solidificar sua implantação. Naquele mo-

mento a tarefa essencial consistia precisamente em preparar-se para tal eventualidade.

Ao invés disto, na reunião de Blumenau e pouco mais tarde na Guanabara, Ibrahim, deixando-se levar pelas ilusões e argumentos esquerdistas, rompeu com os sindicatos sob pretexto de romper com a pelegada e partir para a "construção do CGT". A ruptura de Ibrahim e de algumas oposições sindicais com os sindicatos levou ao esfacelamento da frágil unidade nacional conseguida pelas oposições sindicais, visto que após a ruptura não havia mais bases para a existência destas oposições como tais.

Os grupos guerrilheiros

O elemento central que marcou o movimento de massas foi a ausência absoluta de direção revolucionária. Não existiu um único agrupamento ou partido que soubesse responder às questões colocadas pela luta de classes. De uma forma geral eram arrastados pelas massas em seu movimento, ou, então, completamente distanciados delas, não raras vezes olhavam com desprezo suas ações, assim como faziam os grupos guerrilheiros.

Estes últimos admitiam sua participação no movimento das massas somente se pudessem transformar a "crise política permanente numa situação militar" (Marighella). Tratava-se na verdade de justificar seu desprezo à "ilusão" que podem ter "êstes" que "ainda fazem" greves e manifestações. Como não deixavam de ser profundos conhecedores da língua portuguesa, inventaram um neologismo, pejorativo na sua linguagem, o "massismo", que designava os que não se afastavam das massas. Estavam a todos os instantes prontos a exaltar os atos de valentia pessoal, ainda que estes não passassem de um puro ato de provocação ao aparato policial. A violência era o remédio para todos os males, e para muitos o organização das massas era o estágio supremo da peste. Para todos êles as formas de organização que não fôsem militares ou político-militares constituíam quase em uma traição, e não importa que partido, independentemente de seu programa, era a priori contra-revolucionário. Para os sindicatos possu-

iam um desprezo todo especial. Colocavam um sinal de identidade entre estes e suas direções pelegas, e não faziam nenhuma diferença entre uma reivindicação de melhores salários das massas e a de um pouco mais de limonada colocada pelos pelegos. De acordo com Debray, o perigo de uma organização é a organização em-si-mesma, visto que não faz atos revolucionários para não arriscar sua legalidade!(sic). Reduziam-se a uma tautologia estéril, como são todas as tautologias, isto é: "fazer atos revolucionários". -E o que são atos revolucionários? - "São atos que fazem a revolução!"

Entretanto, um número considerável dos operários e estudantes comprometidos na organização das manifestações de massa de 1968, tanto a nível estudantil quanto sindical, engrossaram suas fileiras. Como explicar este paradoxo?

Antes de mais nada uma má apreciação das causas do fracasso das ações de massa. Confundindo suas aspirações pessoais de romper imediatamente o sistema com as aspirações das massas, não compreendiam o fato de não serem seguidos por elas até o fim. Em consequência, nada era mais fácil do que bater "mea culpa" no peito dos outros, isto é, no das massas e de suas organizações sindicais, súbitamente carregadas de todos os pecados. Não era raro ouvir-se lamúrias a respeito da "traição" das massas.

O stalinismo

No fundo de tudo encontrava-se, entretanto, a incapacidade de compreender a dinâmica da luta de classes e, em particular, o papel do stalinismo no Brasil e no mundo.

A fim de manter em suas mãos o poder político na URSS e nos outros países da Europa Oriental, a burocracia stalinista age no sentido de impedir que a classe operária dos países capitalistas se mobilize e se organize em seu próprio terreno de classe, colocando assim realmente em causa o domínio político das burguesias destes países. E a teoria da "coexistência pacífica", prolongamento natural de outra teoria não menos traidora, a do "socialismo em um só país" da década de 30. Para alcançar este propósito, a burocracia stalinis-

ta, através de suas seções diretas, os Partidos Comunistas, fundamenta sua política na colaboração de classes, procurando e "descobrendo" sempre um setor da burguesia que seja um "aliado" da classe operária, subordinando-lhe todas as lutas do proletariado. Isto se viu no Brasil nos últimos 40 anos -apoio à eleição de Juscelino e Negrão de Lima, assim como à candidatura do marechal Lott e...Adhemar de Barros!

Marighella e os seus, ao criticarem a política de "coexistência pacífica", fixaram-se no termo pacífico, como se ele constituísse o essencial, e operaram-lhe pura e simplesmente a violência.

Nos quadros do "socialismo em um só país", isto é, da "coexistência pacífica", o stalinismo havia teorizado a cerca da passagem pacífica e parlamentar ao socialismo. Com o golpe de 1964 setores consideráveis do próprio partido descobriram que tudo não passava de uma farsa. Na mesma ocasião, descobriram que toda revolução, pelo fato mesmo de ser uma revolução, supunha a violência da classe revolucionária. Porém, por um processo mecânico, pela má compreensão da revolução cubana, deduziram que a violência seria suficiente para fazer a revolução.

Pertence ao reino da especulação saber como se escreveria a história se existisse no Brasil um partido trotsquista suficientemente forte. Com muita certeza o rumo dos acontecimentos teria sido outro. A desintegração do PCB conduziu ao aparecimento de incontáveis núcleos, cada qual reivindicando a mesma coisa que seu vizinho, sem o saber. Um partido trotsquista teria oferecido uma alternativa a todos os que procuravam uma explicação consequente dos erros passados e uma plataforma proletária de luta.

O movimento estudantil

A derrota dos operários em Osasco criava as condições para a ditadura repriminêrgicamente o movimento estudantil. Neste, em particular, a falta do partido conduziu a graves deformações. Contentêmo-nos com apenas dois exemplos escolhidos nas duas mais importantes ca-

pitais do país nos momentos mais cruciais da luta estudantil.

No Rio de Janeiro, numa explosão de cólera, 100 000 pessoas saíram às ruas. No final da manifestação, na Candelária, anunciou-se a criação de uma comissão com vistas a encontrar Costa e Silva e expor-lhe as razões da inquietude popular. A formação da "Comissão dos 100 mil" explodiu nos meios ultra-esquerdistas como uma bomba escandalosa. Afinal, diziam, não havia sido para dialogar com o governo que nos últimos meses milhares e milhares desceram nas ruas e alguns aí deixaram a vida. Os arquitetos do encontro sustentavam, em resposta, que a formação da comissão tinha como finalidade desmascarar o governo diante da opinião pública, seja recusando-se a recebê-la, seja recusando-se a satisfazer suas reivindicações, como a reabertura do Calabouço ou a libertação de todos os estudantes prêsos.

Se se tratava, entretanto, de colocar o governo diante de uma situação extremamente embaraçosa e assim desmascara-lo, porque Wladimir Palmeira-na qualidade de presidente da UME- ou Luis Travassos-na qualidade de presidente da UNE- não figuravam como componentes da comissão? Porque foram afastados de sua composição todos os que eram suscetíveis de tornar difícil a aceitação da mesma por Costa e Silva?

A resposta é só uma. Toda a manipulação visava um só fim: o diálogo com o governo.

No que nos concerne, nós não somos doentes do anti-dialoguismo. O diálogo com as autoridades estabelecidas é, não poucas vezes, indispensável. Em alguns casos pode tratar-se de obter conquistas, em outros de simplesmente colocar a nu a verdadeira natureza do governo. Porém, este tipo de ação deve apoiar-se numa real mobilização das massas, às quais foi explicado previamente, com toda clareza, os objetivos da negociação. Ademais, o diálogo deve-se travar entre as autoridades constituídas e os autênticos representantes das massas mobilizadas.

Neste particular, que se passou?

Foi formada uma comissão nada representativa do conjunto dos manifestantes. E o governo tinha consciência dis-

to. Ele sabia que ela era incapaz de colocar a mesma multidão nas ruas, pois entre ela e as massas não havia nenhuma estrutura real de organização. O único legítimo representante ali presente era o delegado da UME. Neste sentido, porém invocando razões completamente diferentes, os ultra-esquerdistas tinham razão ao condenarem nela a "vergonhosa capitulação".

A comissão dos 100 mil, por sua composição, jogou objetivamente o papel de opor-se às verdadeiras organizações de massa no Brasil, em particular à UNE. As assembléias nas faculdades do Rio de Janeiro, para dar um informe da reunião no palácio, eram feitas sob o apêlo da comissão, e assim criavam objetivamente uma concorrência com a UNE.

Dever-se-ia ter feito uma comissão naquela ocasião? Não há nada que se oponha a esta idéia. Entretanto, ela só teria sentido, para contribuir ao amadurecimento político das massas, se fôsse constituída pelos representantes sindicais presentes na manifestação e, em primeiro lugar, pela UNE, esta última representando o descontentamento generalizado nas universidades brasileiras. Diante de uma comissão assim composta, o governo não teria senão duas opções: recusar-se a recebê-la e assim desmascarar-se diante da pequena-burguesia deseiosa de "diálogo entre estudantes e governo", ou aceitá-la e reconhecer de fato a existência da UNE, o que seria uma significativa vitória na luta pelas liberdades democráticas.

O segundo exemplo de grave deformação no meio estudantil que queremos invocar foram as comissões paritárias.

No ano de 1968 o jornal da UEE-SP estampava em manchete em grossos títulos: Poder Estudantil. Tratava-se da manifestação mais clara de uma política que fazia sucessos em todos os meios pequeno-burgueses. Havia todavia, os que não a engoliam tão abertamente para aceitá-la sob uma outra camuflagem, isto é, sob a sigla das Comissões Paritárias.

Estas comissões eram concebidas como forma de organização que agruparia estudantes, professores e funcionários para reger a universidade. Foram criadas sob o impulso dos acontecimentos de maio

-junho na França, sem uma análise de seu significado. Foram decalcadas como modelo revolucionário, sendo aceitas sem discussão.

Por sua própria essência, as comissões paritárias tinham uma vida muito curta e deveriam desaparecer tão logo o movimento de massas refluísse. O que não aconteceria com os sindicatos, fato por si só suficiente para justificar suas criações para professores e funcionários e o fortalecimento das entidades estudantis, ao invés de se criarem poderes paralelos a eles. Algum iluminado, todavia, poderia recorrer às exemplificações históricas para demonstrar nossa inconsistência: o soviet de Petrogrado em 1905. O que dizíamos acima, que as comissões não teriam sentido por sua vida curta, não se justifica à luz da experiência daquele soviet. Também o soviet de 1905 teve vida curta, mas foi utilizado pelos bolcheviques como modelo de poder proletário na revolução de 1917. Considerar, contudo, as comissões paritárias como modelos a serem utilizados no futuro seria admitir a existência de um poder estudantil ou paritário. Desta maneira estaríamos a um passo apenas de considerar a existência de outros poderes como Poder Negro, Poder Intelectual, etc..!

Houve, entretanto, avanços significativos nas lutas estudantis de 1968,

em relação às de 1966. Dois anos após o golpe, os estudantes gritaram palavras de ordem que em nada diferiam das anteriores ao golpe em conteúdo, atreladas à burguesia nacional pelo PCB. Aquelas palavras de ordem representavam as necessidades de um setor social destruído organizativamente pelo golpe e pela sua própria capitulação diante do vitorioso ascenso do movimento de massas. Exatamente pelo fato de suas palavras de ordem refletirem a necessidade de uma base social mais temerosa de unir-se às massas do que de lutar contra o imperialismo e a ditadura, as manifestações chegaram a um impasse. Viveram enquanto puderam explorar a repressão sem cansar as massas, completamente sem perspectivas, desunida dos reais anseios da classe operária. O ciclo era manifestação-repressão-manifestação contra a repressão-repressão, etc.

As manifestações de 1968, por seu lado, uniram-se às da classe operária, ao fazerem corpo com as oposições sindicais e a nova vanguarda formada nos comitês de empresa. Estudantes e operários gritaram nas ruas: "Greve contra o arrôcho"; "Osasco é o exemplo"; "Abaixo os pelegos sindicais"; "Abaixo a ditadura". Isto nos indica que, quando a classe operária se mobiliza em seu próprio terreno, todas as camadas oprimidas da sociedade buscam com ela uma saída.

5. Comêço de refluxo.

Na manhã do dia 7 de outubro o grupo fascista CCC-Comando de Caça aos Comunistas- atacou a FFCL-USP, provocando duros combates de rua. A intenção era deliberada de impedir o desenrolar das discussões preparatórias ao 30º Congresso da UNE.

A imprensa repetiu sem cessar durante as 48 horas que duraram os acontecimentos que ali se tratava de um "acêrto de contas entre estudantes". A população não dava muito crédito a es-

tas informações, porém era incapaz de identificar-se com os estudantes, como outrora o fizera. Certamente que a direção do movimento de massas e, em particular, a UNE, nada podiam fazer diante do fenômeno objetivo constituído pela fadiga oriunda do duro combate anterior, nas piores condições, em completo isolamento, quer dizer, na inteira falta de perspectivas.

A morte de José Guimaraes(6) incitava a observações extremamente cuida-

(6) José Guimarães, secundarista de 17 anos, morreu na manhã do dia 8 de outubro. Os combates ainda duraram várias horas, durante as quais a imprensa falada tentou envenenar a opinião pública contra o movimento estudantil.

dosas, pois ilustrava o plano vertical no qual escorregava o movimento de massas. E, sobre isto, ninguém poderia guardar ilusões: os tempos mudavam rapidamente.

Uma multidão de milhares de pessoas se espremia na rua Maria Antônia para assistir o combate. Poucos, entretanto, arriscavam um gesto de participação nos mesmos. Na outra extremidade da rua, um batalhão da Fôrça Pública esperava calmamente que o final resultasse vitorioso para o CCC, fortemente entrenchado na universidade Mackenzie.

A presença da Fôrça Pública como base logística ao CCC atestava claramente a ligação íntima entre as duas forças. E não se tratava apenas de uma simples ligação ideológica: na realidade, o CCC era dependente do aparelho repressivo em todos os níveis, desde o aprovisionamento em armas até o fornecimento de seus quadros militantes, entre os quais destacava-se o desgraçadamente célebre Raul "Careca". A luta na Maria Antônia iria ilustrar em seu mais alto grau a perfeita simbiose que formavam estes dois campos anti-operários: o assalto final à Faculdade de Filosofia foi executado simultaneamente pelas tropas oficiais da Fôrça Pública do Estado de S. Paulo e as oficiosas do CCC.

A provocação era grossa. Os militantes revolucionários deveriam perguntar-se: "por que um setor do Estado lançava mão de tal recurso?"

Havia a intenção deliberada de criar um clima de desordem, que a população entendesse como simples baderna entre os estudantes. O governo esperava, assim, canalizar a inevitável explosão da pequena-burguesia exigindo o restabelecimento da ordem. Apoiado nela, a polícia entraria triunfalmente na universidade e desalojaria definitivamente a esquerda da rua Maria Antônia, "verdadeiro quartel general da agitação e da subversão".

Os cálculos não falharam. Após a morte de José Guimarães, o que era uma "inexplicável querela entre estudantes" tornou-se uma "intolerável agitação". A imprensa desencadeou-se sobre os fatos. A rádio Eldorado, emissora ligada ao "Estado de São Paulo", fazia apelos angustiados aos "mackenzistas e ex-mac-

kenzistas" para "defenderem sua universidade contra os ataques dos vândalos comunistas". A "oficiosa" VEJA realizou poucos dias depois uma proeza até então inimaginada na imprensa: contou todos os detalhes da guerra civil em miniatura sem a menor referência às razões que motivaram uns e outros!

Tomados de grande estupor e incompreensão, mães de "esquerda", professores de "esquerda", pediram a Abreu Sodré o restabelecimento da ordem "para evitar novas mortes", o que, ninguém deve duvidar, foi executado logo em seguida.

A UEE aceita a provocação

Nas assembléias realizadas no CRUSP logo após, alguns oradores tentaram tirar um balanço da derrota. Assim, os estudantes foram informados que a UEE havia cometido "o erro de conduzir a massa ao centro da cidade", o que permitira ao CCC "ocupar uma posição militarmente forte de onde atacar a Filo-USP".

Na realidade, colocar a questão desta forma conduzia unicamente a escamotear a verdadeira resposta. O erro fundamental não havia sido militar, mas político, e consistia precisamente no fato de haver-se deixado cair na armadilha da provocação, fato que nenhum orador ousou levantar. Novamente encontramos por detrás de tudo, explicando parcialmente a falta de compreensão política dos oradores, a influência da corrente guerrilheirista.

Após o ataque ao teatro Ruth Escobar, não eram poucos os guerrilheiros a quem fazia prazer encontrar-se face a face com o CCC. Todos, guerrilheiros ou não, justificavam os combates pelos imperativos da luta contra o verme fascista. Entretanto, o alvo era fundamentalmente falso. O perigo do fascismo no Brasil não vinha do CCC, mas de dentro do próprio aparelho de Estado.

A burguesia como um todo estava longe de haver-lhe concedido sua confiança. Muito pelo contrário, ela era consciente de que o CCC, MAC -Movimento Anti-Comunista-, etc. não tinham vida autônoma mas gravitavam em torno do aparelho repressivo, ao qual, após o AI-5, eles se incorporariam para formar a

OBAN (Operação Bandeirante).

Um ataque dêste bando de criminosos deveria ser respondido da mesma maneira como se se tratasse de um ataque executado pelo próprio govêrno. Era necessário despertar o repúdio na opinião pública, criando assim as condições indispensáveis de minagem do regime, fazendo-o recuar como êle fôra obrigado quando da invasão da universidade de Brasília. Ademais, apresentava-se aí uma preciosa ocasião para mostrar ao povo que para as classes dominantes todos os meios eram lícitos: seja o de jogar bandos de arruaceiros e criminosos contra as massas, seja o de impedir que as idéias saídas da greve de Osasco pudessem atingir o povo através da imprensa, mentindo, falsificando, censurando, seja pela simples utilização das baionetas de seus exércitos treinados na arte de massacrar as manifestações populares.

Não havia para a UEE nenhuma outra política possível. Mas, ao invés disto, por escolha política ou por impotência diante do ascendente movimento guerrilheiro, a direção da UEE não desautorizou os que escolheram a saída que consistia em opor bando armado contra bando armado.

Naquele momento, a direção do movimento de massas deveria marchar com extremo cuidado. Pela segunda vez, em especial no movimento estudantil, sentia-se o comêço do refluxo. Da primeira vez êle só pôde ser contido pelo entusiasmo nascido da greve de Osasco. Mas o tempo passava e nenhuma outra manifestação espetacular da classe operária irrompia.

A UNE se isola das massas

Nada foi mais desastroso do que a política seguida pela UNE, que consistia em isolar as massas da participação ativa, como por exemplo no 30º Congresso. A idéia predominante pretendia que era possível realizar um bom congresso - não se sabe com precisão como - num incógnito recinto de Ibiuna, às escondidas das massas. E, como se soube depois, o recinto desconhecido dos estudantes era perfeitamente conhecido pela polícia, únicos intrusos nesta história. O esquema de proteção e defesa elaborado

pela direção da UNE era simples: alguns poucos revólveres e a destruição de uma ponte sobre um córrego!

O êrro político da preparação do 30º Congresso torna-se mais intolerável ainda quando lembramos que, alguns dias antes, o pré-congresso da UNE realizou-se nas melhores condições dentro do CRUSP. Seu esquema de segurança não compreendia revólveres, mas uma massa de milhares de estudantes vindos de todo o Brasil ouvir e participar nos debates. Uma intervenção policial neste pré-congresso poderia ter tido um desfecho político imprevisível. A polícia preferiu portanto não intervir.

Divisões interburguesas

A importância da queda do congresso da UNE só pode ser apreciada dentro do quadro político global.

Durante o ano de 1968, resultado dos problemas políticos colocados pelo largo movimento de protesto, o regime estabelecido em 1964 ameaçava romper-se por todos os lados. Todas as organizações sobre as quais repousava a manutenção da ordem conheceram sérias dificuldades, em particular a Igreja. Dela brotavam incessantemente padres contestatários. A tentativa governamental de tentar emudecê-los, a despeito da comissão da alta hierarquia da Igreja, só conseguia produzir o efeito contrário, isto é, a agravação do conflito aberto entre ambos. O ultra-reacionário e golpista de primeira hora, cardeal Agnello Rossi, viu-se obrigado a declinar, em sinal de protesto à "prisão de padres", o convite de participar a uma cerimônia ao lado de Costa e Silva.

Em outros lados as coisas não iam melhor. Os partidos da situação e da "oposição" só com muita dificuldade mantinham suas unidades. Os interesses em conflito entre os diversos setores das classes dominantes e as tensões interburguesas tornavam o acomodamento muito difícil. Os jornais intensificavam seus apêlos de um "terceiro partido". A Frente Ampla refletia esta necessidade. Seu impedimento legal visava manter inalterado o quadro político composto exclusivamente da Arena e MDB. A proibição da Frente Ampla, entretanto, só seria

eficaz se o govêrno a fizesse acompaⁿhar de medidas complementares. E foi assim que surgiu a fórmula de sub-le^gendas: um artifício atrás do qual se escondia a multiplicidade das corren^tes de opinião e de interêsses que atra^vessavam as classes dominantes brasilei^ras, entre as quais, em 1968, havia um alto grau de tensão.

A célebre questão que dividia a burguesia era a atitude a adotar dian^te do evidente descontentamento popu^lar. Não havia nada de excepcional, por tanto, que aparecessem sob as mais vari^adas formas e graus as duas insepara^veis soluções: repressão com redobrado vigor, e sua contrária, a que teoriza algumas concessões.

Em todos os meios as discussões se acirravam. Nem mesmo as Fôrças Armadas, não obstante sua criminosa tradição re^pressiva, foram poupadas do debate. O escândalo do PARA-SAR(7) vinha ilus^trar que haviam setôres dentro das Fôrças Armadas que duvidavam da ação mági^ca da repressão, não acompanhada de "me^didas de melhoria das condições de vi^da política e material do povo brasi^leiro".

A questão de se saber se se fazia ou não concessões provocava vivos deba^tes no parlamento sob as mais diversas e variadas coberturas. De um modo geral os parlamentares eram favoráveis a uma "certa liberalização da vida política". Alguns setôres temiam o avanço incon^trolado dos tecnocratas e queriam dis^por de uma tribuna de onde poderiam fa^zer-se ouvir em uma eventualidade qual^quer. Assim, o Congresso fazia eco sim^pático ao clamor de abertura política, nem que fôsse sob o simples pretexto que o livre exercicio de suas profis

sões supunha a liberdade de expressão.

Segundo alguns, as massas nas ruas, dirigidas por uma oposição incontrolá^vel, tornavam ainda mais urgente a ne^ccessidade de liberalização do regime. Era indispensável canalizar todo o des^ccontentamento popular para dentro dos canais institucionais, entre os quais primava o parlamento. Contudo, nas an^teriores eleições legislativas, pôde-se constatar a significativa perda de ilu^são do povo brasileiro nas instituições da ditadura. Por conseguinte, o Congres^so só poderia recuperar a confiança per^dida se diante do poder executivo êle desse mostras de ser "um dos poderes da nação", e não um poder submetido. O ca^so Marcio Moreira Alves oferecia oca^sião aos "liberalizantes" de restabele^cerem a "honra" do parlamento e de de^monstrarem sua independência.

Entretanto, a queda do congresso da UNE acentuou o processo de refluxo que dura até nossos dias. As tendências ultra-direitistas levantaram a cabeça mais alto do que nunca. A prisão da to^talidade dos dirigentes da UNE restabe^lecia a confiança da burguesia no apa^rêlho repressivo. Nestas condições, a ditadura decretou o AI-5, abrindo com êle o prefácio de um dos mais miserá^veis e sangrentos capitulos da história do Brasil.

As massas foram violentamente gol^peadas. Seus organizadores, que na eta^pa anterior não se haviam dado uma or^ganização política capaz de assegurar-lhes a continuidade do trabalho, foram obrigados a esconder-se da polícia.

Com tôda sua direção desbaratada, as massas se sentiram cada vez menos confiantes em si mesmas, o que acentu^ava o refluxo. Nesta situação, onde a

(7) As unidades do PARA-SAR, corpos de paraquedistas treinados para operações de sal^vvamento, eram acusadas de participarem ativamente na repressão. Alguns jornais acusa^vvam e tentavam provar a responsabilidade direta do alto comando militar na morte de alguns militantes lançados em alto mar por aviões da FAB. O diretor das linhas aére^{as} da FAB, brigadeiro Itamar Rocha, foi destituído de seu cargo depois de ter-se opô^sto à participação do PARA-SAR em operações de manutenção da ordem. Sua destitui^ção provocou, no dia 2 de outubro, uma crise aberta no seio das Fôrças Aéreas. Trezen^{tos} oficiais da aeronáutica assinaram uma petição exigindo que fôsse dado um fim "às atividades terroristas de certos brigadeiros", que consistiam na elaboração de pla^{nos} "de supressão física dos principais opositores do atual regime".

paciência é de ouro, numerosos foram os que tentaram romper o isolamento pelo desespero, e tomaram o caminho da guer

rilha, abandonando o terreno real da luta de classes, ao empreenderem ações individuais isoladas das massas.

6. Conclusão.

Os marxistas sabem que o movimento revolucionário conhece altos e baixos, e que por isso é preciso não esmorecer nem claudicar diante das circunstâncias. É necessário ter os nervos no lugar para dizer bem alto, contra todas as ilusões: sem as massas não há revolução possível, sem partido nenhuma vitória revolucionária.

A simples afirmação teórica destes princípios, porém, não é suficiente. É imperioso que a prática revolucionária conduza as massas a uma mobilização cada vez maior, aumente-lhes sua consciência da necessidade de intervir independentemente na vida política. Em outras palavras, a conquista de sólidas e possantes organizações de classe está na ordem do dia.

Duas palavras antes de terminar:

Em certas mitologias pseudo-revolucionárias, das quais Posadas é um dos expoentes, as massas seriam capazes, pela força de seu próprio movimento, de levar a cabo uma revolução socialista. Por nossa parte, não as idealizamos, e não é por outra razão que rejeitamos a nos submeter a suas ilusões. Partimos, em nosso trabalho, não de uma entidade mítica mas, ao contrário, do estado real em que elas se encontram, com todas as suas forças e virtudes, porém também com todas as suas fraquezas.

É por isso que nos esforçamos em terminar as palavras de ordem capazes de elevar a consciência das massas, e ao mesmo tempo oferecer-lhes formas organizatórias destinadas a fazê-las avançar até o partido revolucionário.

"O partido é o setor consciente do processo inconsciente." É a ele portanto que cabe a tarefa de traduzir, em termos claros e precisos, as reivindicações básicas da classe operária, em torno das quais se mobilizará o conjunto dos trabalhadores. O Partido Operário Revolucionário, pelo qual OUTUBRO é núcleo combatente, tem a vocação de organizar

e lutar pela centralização e unificação do combate da classe operária brasileira, em torno de um programa de reivindicações transitórias. Os trotsquistas são os únicos que lutam por elas e, portanto, são os únicos a superarem o impasse criado entre o "programa mínimo" dos sociais-democratas e stalinistas e o "programa máximo" dos esquerdistas. Os primeiros controlam ainda setores importantes do proletariado graças a estes programas, que tratam da defesa de alguns dos interesses imediatos da classe. Mas não vão nem querem ir mais longe do que isso. E como não vão mais longe, as conquistas da classe operária são tão ameaçadas. Os esquerdistas, por outro lado, criticam os reformistas e o PC propondo um programa máximo: socialismo "já, hoje, sem mais demora". Não são ouvidos nem entendidos pelos trabalhadores.

Os marxistas, -os trotsquistas-, partem das reivindicações mínimas com um objetivo final: a destruição do Estado burguês, a criação dos Soviets, a ditadura do proletariado. E partindo destas reivindicações básicas e imediatas, que, nas condições atuais, são a luta contra o arrôcho e a ditadura, que agitamos as palavras de ordem transitórias e as formas organizativas consequentes, conduzindo a uma crescente mobilização de todos os explorados contra os exploradores.

Para lograr semelhante resultado, formaremos nossas tendências sindicais, combateremos sempre pela Frente Única Operária, para expulsar os pelegos dos sindicatos, pela centralização ao nível de cada empresa, cada sindicato, cada estado, enfim, ao nível de toda a nação pela unificação e centralização das oposições sindicais, pelo CGT.

O governo operário-camponês, a aliança operário-camponesa arrastando atrás de si o conjunto dos explorados, é um de nossos objetivos fundamentais e

parte integrante da luta dos trotsquistas do mundo inteiro. No Brasil, propomos uma forma tática que permitirá ao proletariado dirigir as amplas massas populares: Frente Unica Anti-Imperialista.

Nada de alianças "táticas" com a burguesia "liberal" como nos propõem os stalinistas e alguns de seus aparentados em nome da luta anti-imperialista. Não aceitamos tampouco aventuras fora do terreno da luta de classes como propõem os pablistas para a A. Latina. Rejeitamos com tãda fôrça as proposições de guerrilhas "exemplares" isoladas das massas, venham de quem vierem, e duplamente quando tais ações visam não a luta pelo socialismo, mas pela "libertção nacional".

Um partido não se constrói no abstrato mas no terreno real onde as massas resistem. E hoje no Brasil elas estão nas oposições sindicais, na luta pela reconstrução da UNE, assim como nos campos, com as lutas anônimas de milhares e milhares de camponeses pelas terras. Não é inútil repetir que para nós a política revolucionária não é um assunto de especialistas, e que portanto o partido não se constrói nem no isolamento "das montanhas" nem na propaganda pura e simples.

É claro que não perdemos de vista a nenhum momento o calamitoso estado

em que se encontram as massas brasileiras. Mas não podemos limitar-nos a levar em conta somente o que se passa dentro das fronteiras nacionais. Dizíamos no início que o nosso período se caracteriza pela ofensiva do proletariado em escala mundial. Nos mais importantes países do mundo, sobretudo na Europa, a burguesia não conseguiu formar govêrnos estáveis. Até mesmo nas fronteiras brasileiras há repercussões do período que convimos chamar Iminência da Revolução ou da Contra-Revolução, com a vitória eleitoral da Unidade Popular e a crescente instabilidade dos govêrnos militares argentinos. O Brasil não será uma ilha de "ordem" neste mar agitado. Mais cêdo ou mais tarde as massas irromperão novamente na cena política. Neste momento, cada pequeno tijolo da construção da classe como classe que os revolucionários colocaram com incontáveis dificuldades terão grande pêso no desenvolvimento dos acontecimentos. As massas não esquecerão os que, no melhor e no pior, estavam a seu lado lutando com elas, e êstes ver-se-ão então na liderança de suas mobilizações.

Participar ativamente nos combates das massas, estar à sua cabeça e conduzi-las à revolução socialista, tais são os objetivos que se fixam os militantes de OUTUBRO em sua luta pela construção do P.O.R. no Brasil.

* * *

Documento nº 1

Reproduzimos aqui o manifesto tirado em Osasco durante a greve:

HOJE GREVE

Nós, operários de Osasco, estamos em GREVE. Já ocupamos várias fábricas. Exigimos: 35% de aumento sobre os salários atuais, contrato coletivo de trabalho (por dois anos) e reajuste de três em três meses.

A fome que ronda nossas casas, o desemprego que nos tormenta, têm que ter um fim. Chegou a hora de dizer NÃO à ditadura dos patrões. Chegou a hora da derrubada das leis de arrôcho salarial, do fundo de garantia e da lei anti-greve. Ao ARROCHO respondamos com GREVE, ao FUNDO DE GARANTIA - GREVE. Exigindo o contrato coletivo. A lei ANTI-GREVE - GREVE. Contra todos os ARROCHOS.

Pelos jornais, rádio e televisão, a DITADURA DOS PATRÕES procura-nos intimidar, falando de estado de sítio e repressão policial. Procuram intimidar-nos porque têm medo de nós, e têm medo porque sabem que nos exploram e sabem que responderemos à altura à violência desta exploração.

COMPANHEIROS, nossa luta é de todos. A GREVE é uma arma dos operários contra os patrões. MILHARES de operários estão em greve. Se você ainda não parou sua fábrica, engrosse nossas fileiras parando agora.

PELO AUMENTO GERAL DE 35%
PELO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO
PELO REAJUSTE DE TRES EM TRES MESES
GREVE CONTRA TODOS OS ARROCHOS
ABAIXO A DITADURA DOS PATRÕES!

OS GREVISTAS

Documento nº 2

Manifesto lançado na reunião da dissidência de Blumenau e outras oposições sindicais em 28 de setembro de 1968, na Guanabara:

Companheiros: O arrôcho salarial sempre existiu para o trabalhador brasileiro. Apenas que com o golpe de abril de 1964 êle acentuou-se. A lei de segurança nacional, as leis 4.725 e 4.330, a lei de imprensa, o fundo de garantia são formas de arrôcho. Em resumo, arrôcho foi o termo que o povo brasileiro encontrou para caracterizar a ditadura patronal.

Entre os arrôchos, o que mais atinge a classe operária são as chamadas "leis do arrôcho salarial", instrumentos "legais" que os patrões usam para nos explorar e escravizar. O arrôcho está aí e é necessário combatê-lo.

A grande diferença que existe entre nós e os pelegos é que êles se baseiam na desorganização da classe para se manter nos cargos, procurando enganar os trabalhadores com seus métodos de luta inconsequentes, tais como: abaixo-assinados, memoriais, entrevistas com as autoridades, etc. Por isso estamos rompidos com êles porque nossa meta é organizar a classe pela base, através de comitês de empresas e, nos bairros operários, comitês de bairros, pregando a greve como ÚNICA E GRANDE ARMA DE COMBATE AO ARROCHO.

A greve de Osasco, dos metalúrgicos mineiros, dos bancários, já demonstrou a capacidade e o espírito de luta dos trabalhadores. Em que pese as consequências dessa posição corajosa e lúcida, como as prisões, intervenções em sindicatos, perdas de emprego, etc; ela deve continuar firme e decidida. Os exemplos citados nos mostram que os operários que

se sujeitam a tais calamidades sem esmorecer, para quebrar a resistência de um punhado de patrões, saberão sem dúvida, num futuro bem próximo, quebrar a força de todo o poder patronal.

No Congresso dos Metalúrgicos realizado em Blumenau ocorreu uma cisão como é do conhecimento público. A imprensa burguesa dos patrões, boicotou os verdadeiros motivos que determinaram a cisão. O motivo central desta cisão é que a maioria dos Sindicatos e Federações Metalúrgicas está na mão dos pelegos, que tudo fazem para conter a luta dos trabalhadores. No referido Congresso os pelegos fizeram inúmeras manobras visando impedir que os reais representantes dos trabalhadores fizessem prevalecer suas opiniões que nada mais são do que os interesses da classe operária. Os pelegos de Blumenau e os pelegos de outros Sindicatos nada mais são do que instrumentos dos patrões e do governo.

A DISSIDÊNCIA de Blumenau que assina este documento chegou à conclusão de que já não é mais possível qualquer tipo de coexistência entre os pelegos e os autênticos representantes dos trabalhadores. Por isso conclui ser necessário organizar-se como tendência independente e oposicionista aos pelegos.

Entendemos que a força dos pelegos está na desorganização dos trabalhadores. Por outro lado, quando esses mesmos trabalhadores se organizam pela base, nas fábricas, em forma de comitês de empresas, todo o aparato peleguista não é suficiente para conter a disposição de luta da classe. Com os trabalhadores organizados nas fábricas, a peleagem se vê impossibilitada de fazer manobras traidoras. Por isso eles fazem todo o possível para impedir a organização da classe.

Para lutar contra os pelegos que fazem o jogo do governo dentro dos sindicatos, os trabalhadores de todo o Brasil estão se organizando em oposições sindicais que agrupam elementos diretamente ligados à produção em cada empresa, desvinculados das cúpulas pelegas como muitas das que se reuniram em Blumenau.

As OPOSIÇÕES SINDICAIS, companheiros, reúnem em torno de si a vanguarda da classe operária que surge das lutas que os trabalhadores têm travado independentemente da vontade da pelejada sindical. As greves que estão surgindo hoje em todo o Brasil mostram a clara disposição de todos os trabalhadores em acabar de vez com o arrocho e com a ditadura do governo.

Companheiros, para conseguirmos estender as greves para todo o país, para conseguirmos derrubar o arrocho da ditadura, precisamos ao mesmo tempo acabar com nossos falsos dirigentes sindicais que mais uma vez vão se aliar aos patrões para confundir e atrapalhar nossas lutas e nossas greves. A organização geral de todos os trabalhadores para a greve contra o arrocho só será eficiente se reunir tendências de oposições sindicais DE TODAS AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS para a formação de um COMANDO GERAL DE GREVE não comprometido com a pelejada.

Será tarefa desse Comando Geral organizar em escala nacional as greves que até hoje têm se desenvolvido por setores de trabalhadores isolados uns dos outros.

A nossa força, companheiros, será muito maior quando nos unirmos em uma única organização que possa dirigir e unir todas nossas greves parciais com o objetivo de chegar à GREVE GERAL CONTRA O ARROCHO.

VIVA O COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES!

ABAIXO OS PELEGOS SINDICAIS!

VIVA A GREVE CONTRA O ARROCHO!

O Batente, órgão da Tendência Sindical Classista, cuja publicação integral vem a seguir, é, sob certos aspectos, excepcional.

Como sua leitura deixa claro, êle pretende ser uma temível arma de combate contra a pelegada, isto é, contra os mais corrompidos agentes da burguesia nos meios sindicais. E os métodos que êle utilizará, longe de serem aventureiros, são os que a classe operária e os trabalhadores em geral levam em sua luta anônima do dia a dia.

Porém, a excepcionalidade e a importância de O Batente não estão aí. Após várias décadas, surgiu uma tendência sindical sob inspiração de uma organização política que pretende ser fiel ao Programa de Transição.

Êste tipo de organização sindical está desde há muito tempo inserido no método marxista, para o qual todo o trabalho de centralização e unificação da classe operária são indispensáveis e indissociáveis na preparação da revolução proletária. Em outras palavras, a TESICLA pretendendo ser fiel aos ensinamentos marxistas, não pode ser senão um centro agrupador sem nenhuma preliminar ideológica de todos os operários dispostos a combater no terreno de sua classe contra os pelegos, contra os agentes burgueses no meio trabalhador, contra tôdas as formas de manifestação das ditaduras burguesas, e ser, enfim, um fator de amadurecimento da consciência da classe operária, constituindo-se desta maneira em uma ponte entre o estado real das massas e o partido da revolução. A plataforma política dêste grupo, de acôrdo com a promessa de O Batente, será publicada no segundo número. OUTUBRO lamenta que isto não

tenha sido feito desde o primeiro. Desta maneira um precioso tempo histórico teria sido ganho.

OUTUBRO, conhecedor que é da Organização Comunista 1º de Maio, confia plenamente na determinação dos mesmos de criarem uma organização com a natureza descrita acima. E por isto que, sem mesmo esperar a prometida plataforma, OUTUBRO se associa plenamente à divulgação de O Batente.

Contudo, ao mesmo tempo em que afirma sua solidariedade à TESICLA, OUTUBRO crê ser de seu dever chamar-lhe a atenção a respeito do perigo de uma falta de definição sobre bases muito claras das relações entre ela e as chapas verdes. Todos sabemos que a nata dos melhores militantes operários brasileiros estão hoje comprometidos na constituição destas últimas. Mas seria um êrro crer, a um só momento, que as chapas verdes são depuradas de agentes da burguesia, como por exemplo alguns ex-pelegos de ontem, ou ainda que êstes tenham pouca influência em suas direções.

Estamos seguros que o 1º de Maio e a TESICLA têm consciência dêste fato, e que no futuro certamente modificarão as fórmulas vagas como "todo apoio às chapas verdes", capazes de criar confusões desnecessárias. Não que esteja em princípio excluído o apoio a esta ou aquela "chapa verde" num momento ou outro. Mas como todo mundo sabe, as "chapas verdes" aparecem em todo o país, e é possível que algumas, que os revolucionários podem até mesmo desconhecer, tenham sido constituídas sob bases duvidosas.

Publicamos, a título de ilustração, o programa de uma das "chapas verdes" mais importantes do país.

"O BATEENTE"

TENDÊNCIA SINDICAL CLASSISTA - Número 1 - São Paulo, julho de 1972

Por que "TENDÊNCIA SINDICAL CLASSISTA" ?

Porque entre várias tendências operárias nós nos colocamos como aquela que defende realmente um programa classista, como a tendência que visa a organização da classe operária por sua emancipação e luta pela formação de seu partido de classe.

Como proposta inicial conclamamos os companheiros à formação de núcleos de estudo e trabalho. Estudo e trabalho junto à classe operária estudando a história de suas lutas, o marxismo, discutindo e analisando a situação nacional, internacional, movimento operário, sindical, etc., e discutindo problemas de organização.

Esta necessidade de estudo e discussão não significa que va-
mos só estudar, ver teorias, mas sim estudar e executar trabalhos práticos ao mesmo tempo, trabalhos à altura e de acôrdo com os estudos e discussões realizados, pois somente quadros de alto nível político, firmes nos seus propósitos, dispostos, poderão apontar um caminho correto para os outros companheiros que aderirem à luta.

Nossa organização terá de ser, no momento, feita através de pequenos grupos por bairros e por fábricas. Uma das causas dessa necessidade, na atual fase do movimento, é o problema por exemplo de local de reunião e a necessidade de nos conhecermos o suficiente para garantir a segurança e a continuidade do trabalho.

Proposta de objetivos iniciais:

- Luta dentro dos sindicatos pela expulsão dos pelêgos, vendilhões, traidores da classe;
- Defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora contra a exploração dos patrões, sejam eles quem fôrem;

- Formação política profunda de todos os companheiros dentro do programa da luta da classe operária, tornando-nos todos quadros políticos centralizadores de trabalho;
- Trabalhar pela formação de uma tendência sindical ampla, englobando o máximo de setores trabalhistas dentro de um único objetivo classista.

Estes são os objetivos e propostas iniciais que submetemos aos nossos companheiros para estudo e discussão.

Companheiros,

Cerrar fileiras em torno da TESICLA é mais um elemento de nossa vitória, é mais uma batalha ganha em direção ao objetivo final, a abolição deste estado capitalista injusto.

BREVEMENTE SAIRÁ :

Proposta de programa para a TESICLA

Peça aos nossos companheiros.

D A D O S E S T A T Í S T I C O S

Levamos à apreciação dos companheiros alguns dados significativos retirados do censo de 1970, trazidos pela revista Exame:

População total: 93.204.379 habitantes

População ativa: 26.079.171 habitantes

(População ativa: aqueles que recebem alguma renda, isto é, desde um aposentado, um vendedor de bilhetes, passando pela classe trabalhadora em geral, funcionários públicos, militares e até os patrões).

Em relação ao censo de 1960 vemos que a população ativa diminuiu -28,1% para 27,8% -enquanto a população geral aumentou, isto é, aumentaram os que dependem direta ou indiretamente do setor ativo. Mostra também, entre outras coisas, que o sistema econômico foi incapaz nesta década de absorver mais mão de obra, além do que nêstes 8 ultimos anos o nível sa

larial da classe trabalhadora foi reduzido drasticamente aos níveis de 1958 (segundo os setores mais reacionários do patronato - "O Estado de São Paulo" e "Exame"); segundo outros setores os salários estão ao nível do após Guerra.

A população ativa no Brasil em comparação a outras regiões:

Nos EE.UU. a pop. ativa é de 40%

Na Europa a pop. ativa é de 45%

A média mundial é de 45%

Brasil : 27% (haja desocupados, dependentes e parasitas!)

Isso tudo se torna mais grave quando vemos as classes de renda da população ativa em 1970:

1% recebe acima de 2.000,00

9% recebem entre 500,00 e 2.000,00

21% recebem entre 200,00 e 500,00

32% recebem entre 100,00 e 200,00

26% recebem abaixo de 100,00

O salário mínimo em 1970 era de 187,00.

De 10.500.000 pessoas que trabalham na agricultura e pastoreio, 9.500.000 ganham menos de 200,00 por mês. No setor industrial, inegavelmente o mais desenvolvido da sociedade: 5.448.596 - 4.462.484 abaixo de 500,00 por mês.

REAJUSTE DE SALÁRIO OU HORA EXTRA?

Segundo os próprios jornais burgueses, a perda do valor aquisitivo dos salários de 1958 a 1971 foi de aproximadamente 250%. Isto quer dizer que o salário mínimo em 1971 (225,60) para valer o mesmo que o de 1958 deveria ser de cerca de 600,00.

Entretanto, se tomarmos o salário mínimo como o salário que deve suprir as necessidades mínimas (alimentação, vestuário, remédios, habitação, etc.) de uma família de 4 pessoas, se verificará que o salário deveria ser de mais de 700 cruzeiros.

Como pode então sobreviver o trabalhador com o salário mínimo de 268,80 (o maior) recentemente "reajustado"? Em primeiro lugar, é mentira que tenha sido reajustado, pois como vimos, se fôsse reajustado, tomando por base 1958, êle seria de cerca de 600,00;

Explorados cada vez mais e buscando sobreviver, os trabalhadores fazem hora extra, e trabalham 10, 12 ou mais horas por dia. Entretanto, a jornada de 8 horas e no Brasil também, foi uma conquista dos trabalhadores conseguida com luta ou greve, que é a arma do trabalhador. Neste período de repressão policial, o trabalhador se vê obrigado a fazer hora - extra. Mas esta não é uma solução.

É apenas uma forma individual de tentar resolver o problema: cada um se matando de trabalhar, buscando reajustar seus salários, mas não conseguindo. Se um trabalhador que ganha salário mínimo (268,80) fôsse fazer hora extra para ganhar 700 cruzeiros teria de trabalhar cerca de 20

a quatro horas por dia! Por aí já vemos que a hora extra não é uma solução.

Mas não adianta querer impedir o trabalhador de fazer hora extra sem apresentar uma alternativa, ou seja, um plano de luta por reajuste e aumento, por salários que lhe permitam viver dignamente.

Nossa tarefa é começar a discutir com os colegas de fábrica, e com os mais dispostos formar grupos de fábrica, de seção, grupos estes que serão o sustentáculo da defesa dos direitos dos trabalhadores.

Quando, organizados, lutando, conseguiremos reajuste e aumento de salários segundo nossas reais necessidades, automaticamente não haverá mais hora extra.

A TESICLA que visa organizar os trabalhadores na defesa de seu programa classista apresentará brevemente o plano de luta imediato.

Pela organização e mobilização dos trabalhadores por reajuste e aumento de salário!

Pela jornada de oito horas!

ELEIÇÕES EM SÃO BERNARDO E DIADEMA

O desprestígio do burocrata Paulo

Apesar da vitória com 1.400 votos de diferença, as eleições vieram demonstrar a relativa fraqueza da burocracia sindical no sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

Vários fatores pesaram a favor da burocracia: o fato de serem situação, o fato de contarem com o aparelho (máquinas, dinheiro, funcionários, locais de reunião, etc.); livre trânsito nas áreas "administrativas" (polícia, departamento de pessoal, Ministério do Trabalho, etc.) e ainda o próprio refluxo do movimento de massas.

Ainda assim, entre 65.000 metalúrgicos - cerca de 12.000 sindicalizados - a burocracia (chapa azul) não conseguiu nem 5.000 votos. A oposição (chapa verde), apesar de haver se organizado às pressas nas vésperas das eleições, conseguiu cerca de 3.500 votos. Cerca de 1.700 votos brancos e nulos devem ser contados como votos de um setor descontente com a situação e, portanto, de simpatia a um trabalho firme e organizado de oposição aos pelegos.

O desprestígio do burocrata Paulo se deve a fatores mais gerais ligados à situação política do país. É interessante à ditadura manter o Paulo na direção do sindicato, sem que ele mobilize, porém, os trabalhadores, pois toda mobilização tende a radicalizar-se, não podendo os pelegos segurá-la. Assim, o campo de manobra dos pelegos é limitado e seu prestígio decai.

Na contagem dos votos ficou demonstrado que a oposição tem bastante penetração nas fábricas, junto ao grosso dos metalúrgicos, o que facilitará enormemente o trabalho.

Entretanto, se as condições do burocrata Paulo não são boas, é preciso ficar claro que, por melhor que seja o campo de trabalho da oposição, ela não conseguirá grandes progressos se não se preparar para o ár-

duo trabalho de expulsão dos pelegos.

Temos visto como nas assembléias, além das próprias eleições, como o Paulo, à frente da diretoria do Sindicato, constitui uma burocracia que, embora desprestigiada, manobra, domina, pelo próprio fato da oposição estar enfraquecida. Mas o Paulo não se constitui numa direção política do Sindicato, existindo portanto, um vácuo, uma ausência de direção nos metalúrgicos de São Bernardo, S. Caetano e Diadema.

Preencher este vácuo é um objetivo que temos de nos fixar a médio prazo.

AS ELEIÇÕES DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO

Nos primeiros dias de julho, realizam-se as eleições no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo para a escolha da nova diretoria para um período de mais de 3 anos.

Trata-se de um sindicato que congrega cerca de 300.000 metalúrgicos, com 40.000 sócios numa região (município de São Paulo) de vital importância para a economia brasileira, com cerca de 8.000 empresas no ramo. O sindicato talvez de maior tradição de luta no Brasil, que sempre se constituiu em ponta de lança das lutas operárias em São Paulo, com a Rua do Carmo se transformando em centro político do movimento operário paulista. A categoria metalúrgica do município de São Paulo é um setor do operariado brasileiro de alta politização e tradição de luta.

Nestas eleições estão inscritas 2 chapas:

Azul - situação

Verde - oposição

A chapa da situação (azul) é mais uma vez encabeçada pelo pelego e policial Joaquim dos Santos. Pelego e policial que há muitos anos (desde 64) vem controlando o sindicato e traindo sistematicamente o operariado. Tenta impedir por todos os meios a organização dos trabalhadores na luta por suas reivindicações e por seus direitos.

Os pelegos como Joaquim dos Santos e sua gente, instrumentos do governo e dos patrões, se utilizam de todas as armas para melhor trair a classe. Tentam transformar o sindicato, órgão de luta, em entidade assistencial médica, dentária, colônia de férias, advogado, etc. Tentam desta forma enganar individualmente os trabalhadores, enquanto impedem qualquer possibilidade de resposta coletiva da categoria, ou operariado em geral, ao estado de exploração crescente. Impedem até um simples abaixo-assinado, quanto mais a organização sindical por fábricas e por seções - única forma de trazer o sindicato para dentro da fábrica e colocá-lo a serviço da categoria.

Joaquim dos Santos tem conseguido desempenhar bem seu papel, atuando em todos os conflitos de forma tal que os patrões sempre saem vitoriosos. Como no caso do reajuste em que os metalúrgicos de São Paulo conseguiram o menor reajuste do Brasil (22%). Para isto, este pelego chega a entregar operários à polícia, como tem sido denunciado publicamente em assembléias.

É, talvez, no Sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, onde esta situação de intervenção protegida por repressão e eleições fraudulentas seja das mais graves, porém muitos outros sindicatos continuam nas mãos destes pelegos e policiais como o Paulo (metalúrgicos de S. Bernardo) É necessário expulsá-los, retomar os sindicatos e colocá-los a serviço dos operários.

A chapa da oposição (verde) é encabeçada por composta por companheiros combativos que colocam os interesses da categoria acima de seus interesses particulares. Após ler seu primeiro boletim, nos pareceu ser a chapa Oposição uma alternativa aos metalúrgicos de São Paulo. Uma chapa que coloca como principal responsabilidade do sindicato: Orientar, organizar e defender os trabalhadores, propondo:

- 1) organizar comissões de empresas
- 2) esclarecimento dos operários
- 3) união dos operários na defesa de seus interesses
- 4) fortalecimento do sindicato
- 5) organizar e orientar para a defesa dos trabalhadores

Porém é necessário lembrar que para fazer um trabalho consequente de oposição é necessário estar constantemente desenvolvendo este trabalho, ou seja, independente de eleição, estar orientando e organizando a classe, como oposição sindical constituída, ou como tendência sindical, que propõe um plano de luta e a tomada do sindicato baseada nesta organização fabril.

Todo o apoio à Oposição (chapa verde).
Pela formação de comissões de empresas.

SÔMENTE CONSEGUIREMOS AUMENTO DE SALÁRIO MOBILIZANDO OS TRABALHADORES PARA A LUTA !

SÔMENTE CONSEGUIREMOS MOBILIZAR OS TRABALHADORES SE TIVERMOS ORGANIZAÇÃO!

UM PASSO PARA A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E DEMOCRATIZAÇÃO DO SINDICATO É: FORMAR GRUPOS POR FÁBRICA, PARA PREPARAR GRANDES ASSEMBLÉIAS.

PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS SINDICATOS!

No próximo número: Programa da T E S I C L A
(para discussão)

MANIFESTO - PROGRAMA DA OPOSIÇÃO

(Chapa Verde)

A categoria metalúrgica, uma das mais importantes entre os trabalhadores, encontra-se em situação difícil.

SALÁRIOS - Nossos salários estão muito baixos em relação ao custo de vida. Enquanto tudo aumenta de preço sem nenhum controle, nosso salário é rigorosamente controlado.

Com a queda dos salários, os chefes de família são obrigados a lançar seus filhos menores nas fábricas, quando eles deveriam ainda estar nas escolas.

DESEMPREGO E ASSISTÊNCIA - O FGTS facilitando a dispensa acarreta desemprego constante: Acordos prejudiciais aos trabalhadores. Perseguição aos que reclamam seus direitos. Ritmo de trabalho desumano, especialmente onde trabalham mulheres. Excesso de horas extras. Insalubridade alta e não pagamento do adicional. Constante perigo de vida por falta de proteção. Salários desiguais para trabalhos iguais. Exploração do menor. O INPS continua dando assistência precária e os convênios, em sua grande maioria, são mais uma fonte de exploração dos operários.

ORGANIZAÇÃO DE LUTA - Os trabalhadores não estão satisfeitos e estão dispostos a se organizarem nas fábricas e nos sindicatos. Mas a atual diretoria nada faz e ainda desestimula os que lutam pela organização dos trabalhadores.

Nossa categoria, que sempre esteve à frente das principais lutas da classe operária, com essa diretoria nada tem feito para impedir os abusos e exploração de que é vítima.

Nossas lutas de reivindicação têm sido entregues "de mão beijada" nas mãos dos patrões, como aconteceu no último diálogo coletivo, quando pegamos o menor reajuste entre todas as categorias.

Nosso sindicato vai aos poucos sendo transformado num clube de festinhas e bailinhos, deixando de cumprir sua principal missão: A DEFESA DOS TRABALHADORES.

Por esse motivo, somos OPOSIÇÃO.

Assim, convocamos todos os companheiros honestos e lutadores para uma verdadeira unidade em torno da defesa dos nossos direitos.

NOSSO PROGRAMA

Apoiados pela categoria, nos comprometemos a lutar:

A) SOBRE SALÁRIO

- para que o salário seja reajustado de acordo com o real aumento do custo de vida.
- para reaver o que perdemos do nosso salário nos últimos anos.
- pela revogação das leis de "arrôcho salarial".
- pelas férias pagas em dôbro.
- para que todo trabalho igual seja pago com salário igual, como manda a lei.

- pelo pagamento da taxa de insalubridade e diminuição do grau de insalubridade.
- pelo salário família pago em dobro (10% em vez de 5%) e extensivo à esposa ou companheira e aos filhos inválidos.
- por um salário mínimo de acordo com as necessidades da família do trabalhador e conforme os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE)
- por um salário-piso para toda categoria; mesmo os novos no emprego.

B) SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO

Apoiar os companheiros que lutam:

- contra as injustiças, perseguição e maus tratos dentro da fábrica.
- contra a exploração desumana da mulher metalúrgica.
- pela garantia do emprego da mulher em gestação.
- pela estabilidade do trabalhador acidentado que adquiriu defeito físico mas ainda em condições de trabalho.
- contra a exploração desenfreada do menor, que trabalha fazendo serviço de maior e ganhando como menor.
- pela garantia de trabalho ao menor na idade de prestação do serviço militar.
- por um atendimento decente do INPS e contra a exploração dos convênios que fazem do trabalhador um indigente.

C) UNIDOS LUTAREMOS AINDA

- pela aposentadoria da mulher aos 25 anos de serviço.
- pela obrigatoriedade para as empresas em manter nos seus quadros um mínimo de 25% de empregados com idade acima de 35 anos.
- pelo direito de greve como é reconhecido no mundo inteiro.
- pela revisão da lei do FGTS, a fim de dar estabilidade de no emprego e impedir o desemprego constante.
- pelo reconhecimento das Comissões de empresa.

D) TRAZER O TRABALHADOR AO SINDICATO E LEVAR O SINDICATO AO TRABALHADOR.

- organizar e desenvolver as Comissões de empresa.
- sindicalização permanente nas portas das fábricas.
- criação de subseções nos bairros de concentração operária.
- desenvolver os cursos de orientação sindical onde se ja mais prático para os companheiros.
- promover cursos profissionais rápidos para facilitar o emprego e obter melhores salários.
- ampliar outros meios de instrução como: Madureza, Biblioteca, Teatro, Cine-Clube e debates sobre problemas operários.
- criação do departamento feminino para ajudar a metalúrgica a se esclarecer e ocupar seu lugar na luta.
- melhorar o atendimento do departamento médico.
- construir o Hospital dos metalúrgicos.

TRABALHADORES METALÚRGICOS:

Nos dias 3 a 7 de Julho, seremos chamados a votar na eleição de nosso Sindicato. Duas chapas disputam o pleito. A Azul da atual diretoria, e a VERDE, da oposição, que solicita a sua preferência, votando contra aqueles que se acomodaram durante sete anos na direção de nosso Sindicato.

CAUSAS

A cada dia que passa, o operário, mesmo trabalhando horas extras, sente que necessita "apertar" um pouco mais, ou seja, diminuir a compra de alimentos, vestuário, ou ter de ir morar nos bairros mais afastados, ou nos subúrbios etc. Qual seriam as causas dessa situação? Pensamos responder e apresentar abaixo algumas dessas causas.

1 - Política salarial

O reajuste salarial, não acompanhando nestes últimos a nos a evolução do custo de vida, ocasionou de um modo geral para os trabalhadores um prejuízo de 45%. Exemplo: quem trabalha na mesma firma, desde a aplicação da política de arrôcho salarial, sofreu as seguintes consequências:

GANHA HOJE CRUZEIROS		MAIS 45%	DEVERIA GANHAR	PREJUÍZO POR MES
400	+	180	580	180
600	+	270	870	270
800	+	360	1.160	360
1.000	+	450	1.450	450

Esta é a política do Arrôcho Salarial.
É por isto que você está "cortando" nas despesas.

2 - Mini-Salário-Mínimo

O Decreto-Lei nº 399, de 30-4-1938, estabeleceu a Ração tipo Essencial Mínima (o mínimo que um operário adulto deve comer por mês). A Lei do Salário-Mínimo estabelece somente as necessidades alimentares de um trabalhador em contradição com a Constituição Federal, que determina um Salário-Mínimo familiar.

Se o Decreto-Lei 399 e a Constituição fossem cumpridos seria necessário um salário mínimo, para o trabalhador e sua família, da importância de Cr\$ 801,30 mensais e não de 268,80.

É por isso sentimos que o salário que percebemos não dá para o mínimo de nossas despesas.

3 - Fundo de Garantia ou Achatamento Salarial

Com a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, os patrões, baseados na "opção", liquidaram a estabilidade do trabalhador. Nas vésperas dos acordos ou dissídios por reajuste salarial, milhares de operários são despedidos. Em seu lugar são admitidos outros com salários mais baixos.

Em estudos realizados pelo DIEESE, entre os 51.589 trabalhadores da indústria metalúrgica, somente 7.7% dos mesmos pos

suem 10 anos ou mais na mesma firma. Dos 314.504 do setor da mecânica e material eletrônico-elétrico, somente 5.8% estavam com 10 anos na mesma indústria. Somando-se os componentes do nosso setor de trabalho, 366.093, somente existem perto de 25 mil com mais de 10 anos na indústria. Os restantes 341.093 foram "jogados" à rua, hoje são todos operários "novos".

É por isto que trabalhamos mais, e ganhamos menos.

4 -- Distribuição das Riquezas(Renda Nacional)

"De que adianta o país enriquecer, se seus habitantes não prosperam juntos". "Até hoje, apenas cinco por cento dos brasileiros detêm metade dos bens nacionais".

"Corriere Della Sera" - Publicado no jornal "O Estado de São Paulo", de 7-1-1972.

Em discurso pronunciado na Câmara Federal, o deputado Jairo Brum citou dados referidos pelo presidente do Banco Mundial, Robert MacNamara: "Um por cento da população ativa do Brasil tem renda mensal superior a 2 mil cruzeiros, 30 por cento percebem mil cruzeiros, e 60 por cento percebem menos de 200 cruzeiros". Vale dizer, segundo a organização internacional de crédito: os ricos estão ficando mais ricos e os pobres muito mais pobres.

Jornal "O Estado de São Paulo" de 9-6-1972.

No bôlo nacional das riquezas, 95% do povo têm uma fatia de 50%. Os outros 5% (ricos) ficam com o restante 50%.

É contra essa injustiça que precisamos lutar. Quem trabalha, e produz tôdas as riquezas, tem direito a uma maior participação da renda nacional.

TRABALHADOR METALÚRGICO:

Você da Sofunge, Arno, Metalúrgica Paulista, Philco, Lorenzetti, Metalúrgica Matarazzo, Metal Leve, Walita, Filizola, Aliperti, Ford, Fund. Brasil, Vemag e outras, foi convidado pela atual diretoria a discutir e se organizar, para lutar contra essa situação que estamos denunciando? A resposta deve ser negativa, a diretoria se acomodou, e quem se acomoda consente e aceita esta situação.

Por êsses motivos convidamos os metalúrgicos a demonstrarem seu protesto, votando na Chapa Verde, de oposição. Venham conosco lutar pela execução do programa aprovado no IV Congresso Nacional da C.N.T.I., do qual destacamos o seguinte:

- Revogação da atual política salarial
- Salário-Mínimo único para todo país, incluindo-se outros itens como recreação, educação, contribuição previdenciária, correção das distorções entre salário mínimo e custo de vida;
- Elevação, de 5 para 10%, do salário-família;
- Suprimir a "Opção" do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; estabilidade no serviço aos 12 meses.
- Pagamento de férias em dôbro.
- Aposentadoria da mulher aos 25 anos de trabalho.

Observação: Companheiros, ajude-nos com vosso voto e sua participação ativa a reerguer o prestígio do nosso Sindicato. Estude este documento com seu companheiro de trabalho. Façam suas críticas e sugestões.

São Paulo - Junho - 1972

O "milagre econômico" e a classe operária

1. Introdução.

É do conhecimento geral a ampla campanha que desenvolvem os atuais dirigentes brasileiros em torno do que chamam o "milagre econômico". Os principais aspectos deste "milagre" seriam a redução contínua da taxa de inflação, o sensível crescimento do PNB- Produto Nacional Bruto- e das exportações.

A propaganda do governo em torno dos records que batem, ano após ano, o volume de exportações e a reserva de divisas do país, encontram eco em toda a imprensa nacional e estrangeira e visam, por um lado, criar um clima de confiança e otimismo para os investimentos estrangeiros, e, por outro, tentar abafar as denúncias sobre a violência da repressão no país, a ausência de liberdades democráticas e a queda dos salários reais da imensa maioria do povo brasileiro.

A imprensa "de esquerda" ousa publicar, de quando em vez, um ou outro artigo denunciando a alienação deste processo da população trabalhadora brasileira, mostrando como esta está sendo deixada praticamente à margem do recente desenvolvimento industrial, tendo o governo que recorrer às exportações, isto é, ao mercado internacional para poder escoar suas mercadorias, visto faltar um mercado interno suficiente para consumi-las. E o que se costuma chamar "o reverso da medalha". Mas que medidas tomar para superar estas contradições? Neste ponto esta imprensa permanece muda.

Para resolver, dentro dos moldes capitalistas, as contradições entre o "desenvolvimento industrial" e as condições de existência das massas brasileiras, uma das medidas fundamentais, e que há décadas está na ordem do dia no Brasil, é a modificação da estrutura agrária. Em outras palavras, acabar com a herança de relações de produção anteriores à capitalista, com o latifúndio improdutivo, redistribuir as terras aos milhões de camponeses e criar um mercado interno capaz de absorver um aumen

to da produção. De quando em vez aparecem setores da burguesia brasileira com propostas de "reforma agrária". As medidas avançadas, entretanto, nunca passaram de tímidas tentativas, limitadas tanto em sua extensão geográfica quanto em sua profundidade. E apesar disto nunca passaram do papel.

A razão essencial do fracasso da burguesia em resolver a questão agrária está na necessidade de apoiar-se sobre as massas trabalhadoras contra o grande latifúndio, pois sem este apóio os setores da burguesia brasileira interessados em resolver o problema do mercado interno são demasiado fracos para derrotar o setor latifundiário, tradicional aliado do imperialismo.

Trotsky explica magistralmente, em diversos artigos e, em especial, na Revolução Permanente, a incapacidade das burguesias dos países atrasados de romper os laços com a herança de modos de produção anteriores ao capitalista, isto é, de realizar sua revolução democrático-burguesa. Ele retoma o desenvolvimento do capitalismo nos países cujas burguesias já realizaram esta revolução, e mostra as condições sociais em que se encontram os países atrasados quando naqueles países o capitalismo atinge seu estágio supremo, o imperialismo. Estas condições são, essencialmente, em primeiro lugar uma burguesia fraca e jovem, sem grande base social de sustento, devido a seu atraso histórico em realizar uma acumulação primitiva de capital capaz de financiar os grandes investimentos que se fazem necessários hoje, na indústria e no campo, atraso este devido, em parte, ao fato de a mais-valia obtida na produção e, principalmente, na extração de riquezas minerais não ter permanecido em suas mãos mas ter-se concentrado nas mãos das burguesias européias e americana. Em segundo lugar encontramos um proletariado criado dentro de um prazo histórico curto em relação ao proletariado europeu pela proletarianização mas

siça da população nativa - no Brasil essencialmente a partir de 1930-. A implantação das indústrias nos países atrasados pelo imperialismo, faz-se de maneira extremamente concentrada e utilizando os últimos recursos da técnica. A forte concentração do proletariado que daí decorre, dado ao fato de que ele é criado pelo imperialismo e não pela burguesia destes países atrasados, permite-lhe jogar muito cedo um papel extremamente ativo na vida política.

Por não haverem criado a classe operária, por não terem tido com ela uma evolução simultânea, a burguesia dos países atrasados não tem condições sociais de jogar o papel de gendarme de seu próprio proletariado. Estas burguesias, pois, em sua luta contra o proletariado, são obrigadas, mais cedo ou mais tarde, a apoiar-se no imperialismo.

Do acima exposto impõe-se a seguinte conclusão: o proletariado dos países atrasados chega a constituir-se como classe muito antes da burguesia destes países, e esta última, com efeito, não chega nunca a constituir-se plenamente como classe. Mas daí não decorre, absolutamente, de maneira mecânica, que na ocasião de um enfrentamento entre classes ser óbvio que o proletariado sairá vitorioso.

Diante destes fatores, a burguesia dos países atrasados, sempre que se encontram diante de uma ameaça de enfrentamento com as massas trabalhadoras, não só têm tendência a unir-se, como a unir-se em torno da liderança dos setores mais ligados ao imperialismo, o qual é logo chamado a seu socorro. Foi o que se viu, por exemplo, claramente no Brasil em 1964.

Naturalmente, em seguida a uma derrota do proletariado do gênero da que se viu após o golpe, pouco a pouco voltam a aparecer as divergências e as fissuras dentro do bloco aparentemente sólido que constituía até então a burguesia. Uma coisa é não subestimar e tirar proveito tático destas contradições que aparecem no seio da burguesia brasileira como consequência inevitável do caos em que se faz o desenvolvimento capitalista. Neste sentido, o rigor da análise dos diversos setores da burguesia

brasileira é indispensável. Outra coisa, entretanto, é subordinar a organização e a mobilização do proletariado e das massas a um qualquer setor da burguesia, pois mais cedo ou mais tarde seus setores voltar-se-ão contra as massas e aliar-se-ão ao imperialismo.

É por esta razão que somente as massas, lideradas pelo proletariado organizado em seu terreno independente de classe, poderão solucionar a questão agrária no Brasil, redistribuindo a terra e criando as condições de um desenvolvimento econômico do qual os trabalhadores não estarão alheios. Mas, ao mesmo tempo, o proletariado, em seu movimento de ascensão ao poder político, não deixará de colocar à ordem do dia a realização das tarefas socialistas, com a expropriação da burguesia e a destruição do Estado burguês. De modo que a realização das tarefas democrático-burguesas, tal a reforma agrária, esta intimamente ligada à realização das tarefas socialistas.

O grande beneficiário do aumento da produção industrial no Brasil foi o capital estrangeiro. Lucros fabulosos são realizados pelas firmas estrangeiras, filiais das empresas multinacionais, aproveitando a derrota sofrida pela classe operária em 1964 através de suas organizações e que permitiu à burguesia brasileira diminuir o custo de produção de suas mercadorias graças ao Arrôcho Salarial, que retirou mais de 60% do salário real dos trabalhadores desde o ano de 1959.

Neste artigo, OUTUBRO pretende fazer uma primeira análise das medidas tomadas pelo regime militar após abril de 1964 no setor econômico, e mostrar que é a classe operária e, em geral, os trabalhadores, tanto urbanos quanto rurais, que suportaram e suportam, hoje ainda, todo o peso da política econômica da ditadura. E isto independentemente do fato de serem ou não verdadeiras as afirmações e as estatísticas do governo sobre o crescimento da economia brasileira, isto é, se o PIB aumentou realmente de 11% em 1971 ou se foi, na realidade, menos, e se a inflação foi, naquele mesmo ano, de "apenas" 18% ou se foi maior.

2. Aspectos essenciais da política econômica do governo.

Após o golpe de abril de 1964, a burguesia brasileira viu-se confrontada com o problema de que medidas tomar para recuperar as taxas de crescimento de suas indústrias, profundamente abaladas sob o governo de Goulart. A inflação galopante impedia qualquer planificação da expansão e dos investimentos a médio e longo prazo e impossibilitava as vendas a crédito, não permitindo, por conseguinte, o aumento do mercado consumidor e das vendas de mercadorias. Uma das principais medidas para retomar o desenvolvimento econômico era, senão "acabar" com a inflação, pelo menos mantê-la sob "contrôle". As medidas tomadas pelo governo, para este fim, consistiram em reduzir a demanda interna diminuindo os salários reais, restringir o crédito interno e fazer apêlo ao capital estrangeiro, através de toda sorte de incentivos. Ao mesmo tempo, a ditadura desenvolveu aquêles setôres da indústria que mais possibilidades de lucros ofereciam, como por exemplo a indústria automobilística, em detrimento de setôres menos lucrativos, porém mais essenciais para a população (1).

Promoveu, paralelamente a estas medidas, a forte concentração de capital nas mãos de um punhado de capitalistas, em sua esmagadora maioria estrangeiros ou ligados a êles. O capital estrangeiro voltou a afluir em massa ao Brasil, aproveitando a mão-de-obra barata que consistia uma classe operária recentemente derrotada, desorganizada, incapaz de resistir à cada vez maior extorsão de mais-valia de sua fôrça de trabalho. Este capital utilizou, também, toda sorte de incentivos criados pelo novo regime.

Para por em prática estas medidas, a ditadura necessitava destruir as organizações da classe operária, acabar com as liberdades democráticas, direito de greve, liberdade de imprensa, esmagar com punho de ferro toda tentativa de resistência das massas.

Arrôcho Salarial

A mais importante medida que tomou a ditadura neste sentido foi o Arrôcho Salarial. Sob esta lei, o trabalhador viu seu salário real minguar ano após ano. O "reajuste" concedido pela ditadura, supostamente para compensar o aumento do custo de vida, na realidade sempre foi bem inferior ao índice real da inflação. Os índices oficiais, baseados nos quais o governo calcula os "reajustes", são estabelecidos segundo critérios que desfavorecem os artigos de primeira necessidade para o trabalhador, em proveito de artigos de luxo, etc, e assim mesmo são manipulados. Tudo isto no sentido de fazer o trabalhador perder sempre parcelas importantes do valor de sua fôrça de trabalho.

Outubro, em seu 1º número, já publicou dados significativos comparando o aumento real do custo de vida desde 1964 com o aumento dos salários de certos setôres do proletariado. Este tem indicadores muito mais exatos do que as estatísticas fornecidas pela Fundação Getúlio Vargas. Qualquer trabalhador sabe, por mais que martelem seus ouvidos com os "impressionantes" aumentos do PNB, que o crescente preço da comida, roupa, transportes, aluguel, etc, assim como das despesas com saúde e educação, o obrigam a verdadeiros "mila

(1) Como exemplo, citamos os seguintes dados do IPEA e da ANFEA:

Produto	Variação percentual da produção total no período 1964/70	Variação percentual da produção per capita no mesmo per.
Alimentos	+ 1,8%	- 0,8%
Indústria Textil	+ 0,1%	- 2,5%
Vestuário	+ 1,8%	- 0,6%
Automóveis	+14,3%	+11,7%

gres" -e aqui o termo é correto! - com o orçamento doméstico.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística publicou os seguintes dados relativos ao salário mínimo real no Estado da Guanabara:

Ano	Índice	Variação anual
1964	100	-
1965	96,9	- 5,1%
1966	90,0	- 7,2%
1967	87,0	- 3,3%
1968	85,9	- 1,3%
1969	83,6	- 2,7%
1970	81,9	- 1,2%

Utilizando as próprias estatísticas oficiais obtemos, portanto, uma diminuição do salário real no Estado da Guanabara de 18,1% entre 1964 e 1970. Sabemos, entretanto, que o governo não publica os índices reais da inflação, e como exemplo podemos citar o ano de 1971, em que a ditadura publicou um índice de inflação de 18,3%, enquanto que o relatório anual do FMI indicou 20%! Além disto, o proletariado viu seu salário real decrescer de muito mais de 20% em 6 anos de ditadura. Já no 1º número de Outubro dávamos a seguinte tabela publicada pelo DIEESE em abril de 1971:

Categoria	* Custo de vida	* Salário real
Texteis	625	74
Metalúrgicos	625	73
Químicos	625	69
Bancários	672	68
Portuários	1165	52

* índice 100=1964

Vemos que o salário real destas categorias diminuiu de mais de 30%, chegando mesmo a quase 50% para os portuários.

Dados mais completos, estabelecidos por OUTUBRO utilizando estatísticas do DIEESE, do Ministério das Relações Exteriores, de VEJA e de outras fontes seguras, indicam o seguinte comportamento do salário real médio, levando em conta o aumento do custo de vida:

Ano	Salário real	Ano	Salário real
1964	100	1958	88,9
1965	85,4	1959	86,2
1966	71,6	1960	90,2
1967	67,5	1961	93,4
1968	67,7	1962	97,4
1969	68,2	1963	96,2

Para colocar em melhor perspectiva estes dados, publicamos ao lado o comportamento anterior a 1964, sempre mantendo o índice 100 para este ano.

Dados ainda do DIEESE, órgão de assessoria especializada e cuja idoneidade é reconhecida inclusive em círculos governamentais, revelam que mesmo no maior centro industrial do país - onde o nível de vida dos trabalhadores é o maior do Brasil - o salário médio real do trabalhador foi cortado em 49% de seu poder de compra no período de 1958 a 1970. Revela ainda a pesquisa que, no mesmo período, o trabalhador paulista, para fazer face a esta redução de seu salário real, teve que conseguir ocupação para mais um membro de sua família. Isto explica porque o número de empregados por grupo familiar dobrou, em média, entre 1958 e 1970. Somente 3,2% dos trabalhadores paulistas recebem mais de Cr\$ 1000, ficando com 12,4% da importância total das folhas de pagamento.

Entre 1000 lares de trabalhadores de S. Paulo encontramos 875 que possuem rádio, 574 televisão, 592 geladeira e 155 dispunham de automóvel. Para satisfazer estas necessidades, as famílias cortam no essencial, principalmente na alimentação. Um decreto de 30/4/1938, estipula a necessidade mensal de um trabalhador em alimentos, afim de preservar sua saúde. Numa pesquisa acerca da quantidade em quilogramas por produto que comeu o operário paulista em 1962 e 1970, e referindo-se à "ração-tipo" estipulada no citado decreto de 1938, o DIEESE chegou ao seguinte resultado:

Produtos	Ração-tipo	Consumo	
		1962	1970
Carne	6,00	1,71	1,37
Banha	0,75	0,57	0,21
Peixe	-	0,30	0,28
Óleo	-	1,00	0,89
Leite	7,50	3,21	5,50
Ovos	-	0,51	0,45
Far.Trigo	1,50	0,39	0,27
Manteiga	0,75	0,09	0,09!
Açúcar	3,00	2,97	2,18
Café	0,60	0,79	0,39
Arroz	3,00	4,62	3,45
Batata	6,00	1,86	1,21!
Pão	6,00	5,20	2,48
Feijão	4,50	1,74	1,37!
Banana	7,50	1,20	0,97!
Laranja	-	3,99	2,24
Tomate	9,00	-	0,79

O "Correio da manhã" de 11 de abril de 1972 comenta, sob o título expressivo "Progresso para Todos", que o recente estudo sobre o problema do sub-emprego e do custo social da mão-de-obra feito pela FGV, à luz da estratégia de crescimento adotada pelo governo, merece ser divulgada inclusive em setores não especializados. Enfatizando "aspectos graves de nosso processo de crescimento" o referido jornal cita o estudo:

"A crescente marginalização da mão-de-obra do processo de desenvolvimento pode ser considerada como a mais grave distorção da trajetória de crescimento da economia brasileira no pós-guerra".

O Correio segue comentando que "a doutrina corrente parece ser a do crescimento com um mínimo de aproveitamento da mão-de-obra. Por enquanto é acenar os lucros, insistir na máquina e tocar pra frente. A idéia é que o processo de crescimento moderno seja necessariamente intensivo em capital..."

Finaliza aquele jornal dando os seguintes dados relativos ao terceiro trimestre de 1969:

Trabalhadores agrícolas do Nordeste, renda mensal:

até 40 cruzeiros,	26%
de 40 a 60 cruz.,	27%
de 60 a 120 cruz.,	42%
mais de 120 cruz.,	5%

Portanto, 53% dos trabalhadores agrícolas do Nordeste recebiam menos de 60 cruzeiros por mês (dados relativos ao 3º trimestre de 1969), enquanto que somente 5% recebiam mais do que o salário mínimo médio da região.

No resto do país, a situação era a seguinte, referindo-se a homens ocupados em atividades agrícolas:

até 40 cruzeiros,	3%
de 40 a 60 cruz.,	11%
de 60 a 120 cruz.,	59%
mais de 120 cruz.,	27%

Note-se que estes dados referem-se somente a homens, e que se fôssem incluídos dados referentes aos valores femininos o quadro seria ainda mais dramático.

A revista VEJA de 7/6/1972 publica uma tabela de rendimentos por classe:

Classe de renda mensal (em cruz. de 1970)	Número de pessoas em milhares	
	1960	1970
Rendimentos até 98	4.900	7.453
rend. entre 99 e 154	3.318	5.708
rend. entre 155 e 210	2.534	4.682
rend. entre 211 e 280	2.955	1.581
rend. entre 281 e 466	3.247	3.167
rend. entre 467 e 934	1.776	2.167
rend. entre 935 e 2333	569	1.038
rend. a partir de 2334	105	284
população ativa:	19.404	26.080
renda média mensal:	206	282

Vemos que a renda média mensal teria passado de Cr\$ 206 em 1960 para Cr\$ 282 em 1970, isto em cruzeiros de 1970. Independentemente do fato de ser possível a renda média subir e o salário real da grande maioria da população baixar, o que refletiria apenas o enorme grau de concentração que atingiu a renda total, achamos estranho o fato da renda média poder ter subido de 37% em 10 anos, sabedores que somos do decréscimo impressionante dos salários reais dos trabalhadores e funcionários. Efetivamente, se refizermos a conta, utilizando os dados da tabela (trata-se de uma média ponderada entre os rendimentos de cada classe de renda), achamos: para 1960, Cr\$ 276; para 1970, Cr\$ 282. A renda média mensal subiu portanto de apenas 2,2% em 10 anos! A revista "Exame", em sua edição de setembro, publica uma tabela em que também encontramos a falsificação da renda média mensal acima mencionada. "Veja" tem pelo menos o mérito de publicar, junto com o "resultado", dados que permitem verificá-lo. Vemos aqui, com este exemplo, a que ponto chegam a falsificação e a manipulação de estatísticas pelo governo!

Concentração da renda

Os dados do último censo sobre os agrupamentos salariais mostram que o tão decantado crescimento vertiginoso do PIB ocorre em benefício de uma infi-

ma porção da população ativa economicamente, eliminando a influência negativa do cada vez mais baixo valor de venda da força de trabalho.

No suplemento especial de Veja acompanhando o número 200 encontramos a seguinte tabela da distribuição da renda:

Camada da população	Participação percentual na renda total	
	1960	1970
40% mais pobres	11,20	9,05
10% seguintes	6,49	4,69
10% seguintes	7,49	6,25
10% seguintes	9,03	7,20
10% seguintes	11,31	9,63
10% seguintes	15,61	14,83
10% mais ricos	38,87	48,35
90% mais pobres	61,13	51,65
10% mais ricos	38,87	48,35

Vemos que os 90% mais pobres participaram em 1960 com 61,13% da renda total, e em 1970 somente com 51,65%, enquanto que os 10% mais ricos aumentaram sua participação, na década em questão, de 38,87 para 48,35%. Podemos estimar que, em 1972, os 10% mais ricos já participam mais na renda total que os 90% mais pobres!

Aliás, o governo mesmo, através de seu ministro da Fazenda, Delfim Neto, não nega que assistimos no Brasil a uma "desagradável" concentração da renda nas mãos de uns poucos privilegiados. Mas, cínicamente, declara que "não é possível colocar essa (melhor) distribuição (da renda) como objetivo superior ao da produção, senão acaba-se querendo distribuir o que não existe". (VEJA de 7/6/72)

A tabela acima vem ainda acompanhada, no citado suplemento de VEJA, de comentários explicando que a década 1960-1970 caracteriza-se por uma maior concentração da renda nacional, apesar da generalidade da população ter conseguido aumentar sua renda. O economista M.H. Simonsen declara que "a fórmula de reajustamentos salariais instituída em 1965 provocou, durante certa época, um declínio nos salários reais devido à subestimativa do resíduo inflacionário, defeito esse corrigido em 1968." Segue ainda Simonsen defendendo que a tendên-

cia da concentração poderia ter sido ainda mais dramática, com os ricos ficando cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres."

"A segunda hipótese, bem mais alentadora, refere-se ao caso em que os pobres também enriquecem, ainda que menos do que, proporcionalmente, os ricos. Os dados dos censos e das contas nacionais, felizmente, nos enquadram nesta segunda hipótese."

Será mesmo? Sabemos muito bem que a política do Arrôcho Salarial - que na boca do sr. Simonsen se transforma em "subestimativa do resíduo inflacionário" - além de não ter sido abrogada em 1968 (apesar de naquele ano os trabalhadores terem conseguido alguns reais aumentos salariais, arrancados da ditadura pelas mobilizações de massa) e persistir até hoje, retirou mais de 60% do salário real do trabalhador brasileiro.

O Arrôcho Salarial fez o operário e o trabalhador em geral suportar todo o peso da política anti-inflacionista da ditadura, e foi o principal fator com que contou o governo para relançar as taxas de crescimento da indústria brasileira.

Fim da estabilidade no emprego

Além da desumana exploração de sua força de trabalho a que é submetido o trabalhador, este viu-se ainda retirar, pelo governo, a estabilidade que tinha em seu emprego. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço veio substituir a lei da Estabilidade, e coloca o trabalhador literalmente entre as mãos de seu patrão, podendo ser despedido quando este bem entender. O trabalhador que vai reclamar, junto à administração do Fundo, a indenização que lhe cabe, indenização esta à qual ele contribuiu com 50%, descontando mensalmente em folha de pagamento. Antes, sob a lei anterior, o trabalhador podia apelar para o Tribunal do Trabalho, que decidia de sua demissão ou não e estipulava a indenização a que tinha direito. Agora, ele é simplesmente demitido, e tem a ver-se com uma simples administração para ser indenizado. Além desta indenização não ser mais elevada do que na legislação anterior, o que acontece agora é que o

trabalhador não possui a mínima possibilidade de apelar contra o ato de demissão, encontrando-se na rua, do dia para a noite, desempregado. E ainda por cima desconta de seu salário uma quantia que é depositada em conta bloqueada - e que lhe será restituída se for despedido-, mas que serve de imediato a financiar a expansão e os investimentos das indústrias da burguesia!

Medidas fiscais

O peso das medidas fiscais tomadas pela ditadura recai sobre a grande massa dos trabalhadores brasileiros. Com efeito, os impostos diretos, descontados na fonte, acrescidos dos impostos sobre a circulação de mercadorias-ICM- e sobre a produção industrial-IPI-, que recaem sobre os consumidores, constituem a mais importante fonte de arrecadação tributária.

Por outro lado, toda sorte de isenções e incentivos fiscais são concedidos às empresas nacionais e estrangeiras, como por exemplo sobre investimentos feitos no Nordeste. Em vez de criarem trabalho nesta região, e assim inserir no mercado consumidor parcelas importantes da população nordestina, estas indústrias se implantam utilizando o último grito da técnica e criando o menor número possível de novos empregos. Em alguns casos suprimem mesmo empregos, nas salinas do Rio Grande do Norte, por exemplo. Produzem a custo inferior, aproveitando o salário mínimo mais baixo na região, para venderem seus produtos na região Centro-Sul do país devido ao sufocamento do mercado consumidor nordestino pela estrutura agrária vigente.

Finalmente, uma série de incentivos são dados a pessoas físicas e jurídicas que investem na Amazônia, no Nordeste e até no mercado de capitais(!) (Decreto-Lei 157), favorecendo as camadas que percebem salários elevados comparados com o salário médio do trabalhador.

Favorecimento do capital estrangeiro

Além destas medidas diretamente contrárias aos direitos e conquistas do proletariado e dos trabalhadores, o governo tomou uma série de outras, de caráter financeiro, para reduzir a inflação e relançar a economia, medidas que abriram as portas ao capital estrangeiro e entregaram as riquezas do subsolo e a economia brasileira em geral nas mãos das grandes empresas multinacionais, do imperialismo.

Obedecendo às leis e ordens do FMI o crédito interno foi severamente reduzido. Com a instrução 289 da SUMOC, as firmas estrangeiras tinham acesso direto às fontes externas de capital. Pagavam 7 a 8% de juros sobre seus empréstimos fora do país, enquanto que as firmas brasileiras pagavam até 48% de juros no mercado interno de crédito. Como metade do capital dos bancos que operavam no Brasil era estrangeiro, e como 17 dos 27 bancos de investimento existentes eram propriedade imperialista, as firmas estrangeiras utilizavam sua estreita associação com o capital financeiro internacional para receber o crédito interno frequentemente negado às firmas nacionais. Muitas firmas brasileiras foram afogadas por falta de recursos financeiros. Era necessário pagar em dólares o uso de patentes estrangeiras, de assistência técnica, de tecnologia em geral. Isto era impossível com a redução do crédito. A lista é enorme das firmas brasileiras absorvidas pelo capital estrangeiro até 1968 (2), e podemos imaginar quantas outras tiveram a mesma sorte até 1972.

Numa segunda etapa, após ter trazido a inflação a uma taxa menos exorbitante, o governo resolveu que era possível reabrir o crédito às pequenas e médias empresas brasileiras, freando seu processo de expropriação e falência, porém mantendo todos os estímulos

(2) Ver, por exemplo, a revista "Monthly Review", volume 21, número 7 de dezembro de 1969, páginas 28 a 30.

ao capital estrangeiro, por exemplo através da lei 4131 que permite às empresas estrangeiras instaladas no Brasil de contratar empréstimos a curto e médio prazo junto às casas mães ou a instituições financeiras no exterior.

O Arrôcho Salarial foi mantido, e foi permitido às empresas vender a crédito; o "crédito direto ao consumidor" permitiu um aumento das vendas de mercadorias no mercado interno, apesar do constante declínio do salário real da maior parte da população. Por outro lado, o endividamento da população cresceu enormemente, a tal ponto que hoje o aumento da produção só pode ser conseguido se as mercadorias se destinarem ao mercado externo: daí todo o estímulo às exportações que dá o atual governo, e dos quais falaremos mais adiante.

Os incentivos ao capital estrangeiro não ficaram aí. A luta contra a inflação serviu para encobrir uma política de entrega da economia brasileira em mãos estrangeiras em escala nunca antes empreendida. Sob Castelo Branco um pacto de garantia de investimentos deu "extraterritorialidade" às firmas estrangeiras, permitiu a remessa de lucros e reduziu seus impostos.

O crescente domínio dos grandes monopólios multi-nacionais sobre a economia brasileira não se faz, porém, somente pelo mecanismo da substituição-falência de uma empresa nacional e transferência de sua produção a uma empresa estrangeira-ou da simples compra. As áreas estatais da economia brasileira, desenvolvidas pelo Estado desde o tempo de Getúlio Vargas, devido à incapacidade da burguesia brasileira de fazê-lo, caem também sob o controle do imperialismo.

Como já observava Engels, o caráter progressista de um controle estatal é muito relativo. Quando a burguesia controla o Estado, isto é, quando o Estado é um Estado burguês, a burguesia controla também os setores estatais. Estes setores passam a servir à classe dominante, e à medida que esta se associa com as burguesias imperialistas e que aumenta a penetração dos monopólios estrangeiros, as empresas estatais, substituídas com o sacrifício e com a ren-

da do povo e depois de haverem servido, em uma primeira etapa, ao setor nacional da burguesia brasileira, passam a servir diretamente os interesses do imperialismo.

OUTUBRO analisará nos próximos números o caráter das nacionalizações que são feitas por um Estado burguês.

Dados da revista Exame de setembro de 1972 indicam que o capital das empresas estrangeiras no Brasil, excluindo as reservas e o patrimônio líquido, se eleva a quase 4 bilhões de dólares, distribuídos da seguinte maneira:

Setor de atividade	US\$ milhares
Indústrias de construção mecânicas e elétricas	1.271.112,4
Indústria química e farmacêutica	821.107,5
Mineração, petróleo e metalurgia	601.374,7
Bancos, seguros e finanças	528.785,6
Agricultura e produtos alimentícios	408.494,4
Comércio e serviços	94.046,8
Indústria têxtil	86.680,6

Na realidade, porém, o capital estrangeiro faz passar seus investimentos por inúmeros canais até chegar às subsidiárias brasileiras, de modo que seu controle sobre a economia brasileira é muito mais significativo do que deixaria supor a tabela acima.

A revista Conjuntura econômica de julho de 1971 revela que das 50 maiores empresas do Brasil, classificadas por seu lucro líquido, 62,38% são estatais, 28,78% multinacionais e apenas 8,84% são empresas nacionais privadas.

A participação do capital estatal nos setores de infraestrutura, petróleo, siderurgia e mineração é preponderante, se bem que na mineração e na siderurgia veremos certamente o capital estrangeiro conseguir uma participação cada vez mais significativa nos próximos anos, se forem seguidos os planos da ditadura.

Os trusts internacionais não se contentam, porém, com um controle indireto sobre os setores estatais da economia brasileira, e fazem todo tipo de pressões sobre o atual governo no sentido de permitir a iniciativa privada em áreas antes sob monopólio do Estado.

Vale a pena citar o exemplo particular da indústria petroquímica, pois ilustra, além do fartamente conhecido fato de ser o atual governo um agente direto do imperialismo no Brasil, também um aspecto extremamente significativo da forma que assume a política da "coexistência pacífica" preconizada pela burocracia stalinista.

O ex-ditador marechal Castelo Branco decidiu que a Petrobrás não era intocável e entregou a exploração do setor da petroquímica a grupos estrangeiros. A Philips Petroleum e a Union Carbide investiram neste setor centenas de milhares de dólares. A ditadura devolveu a seus donos as refinarias privadas que haviam sido nacionalizadas nos últimos dias do governo Goulart. Outro golpe no monopólio estatal do petróleo foi logo dado ao permitir a exploração, pelo capital privado, do xisto betuminoso. Foi constituída, por iniciativa do então ministro Roberto Campos, uma empresa privada, a Companhia das Rochas Betuminosas, ligada à Standard Oil, que obteve, para a construção de uma planta para industrializar o xisto betuminoso e transformá-lo em gás de petróleo, um empréstimo de 150 milhões de dólares da URSS e a cooperação da tecnologia soviética. Os atuais usurpadores da Revolução de Outubro, supostos "herdeiros" de Lenin, estão assim financiando uma empresa diretamente controlada pelos grandes trusts internacionais do petróleo. Decididamente, aos atuais ocupantes do Kremlin interessa, antes de mais nada, bons e lucrativos negócios.

No setor da mineração, dados de 1969 indicam que a participação estrangeira era de 20%, a estatal de 62% e a do capital privado nacional de 18%. Até quando o capital estrangeiro só participará com 20%? O Est. de São Paulo de 29/8/72 publica um artigo intitulado "Governo intensifica ação mineral", onde o ministro das Minas e Energia, Dias Leite, anunciou que o governo não pretende instituir nenhuma novidade em relação à estrutura da indústria de mineração: "As regras estão estabelecidas há algum tempo e não há intenção de mudá-las: dois monopólios apenas, o do petróleo e o do urânio, e o desejo que os

grandes empreendimentos minerais, aqueles que sejam decisivos para o país, ou mesmo para uma região, ou para um setor de atividade, estejam sob o controle do capital nacional".

Adiante, o ministro ressalva: "Isto não implica, em hipótese alguma, na intenção de que todas as empresas sejam nacionais, ou que todo o capital de todas as empresas seja nacional. Entre um desejo de comando dos empreendimentos minerais decisivos para a vida do país e a posição simplista de dizer que tudo deve ser nacional, há uma grande distância".

E o ministro continua: "O Brasil de hoje recebe com satisfação a colaboração das empresas experientes do exterior que queiram aqui se instalar e oferecer o apoio para a associação destas empresas com as nacionais, para formar os complexos de capitais capazes de assegurar os empreendimentos de grande porte". (grifo de Outubro)

E mais: "Acho muito difícil imaginar-se que algum grupo nacional seja capaz de reunir recursos para empreendimentos de grande porte".

Nós diríamos: Entre o desejo de comando dos empreendimentos minerais decisivos para a vida do país e a associação das empresas estrangeiras e nacionais para formar complexos de capitais capazes de assegurar os empreendimentos de grande porte é que há uma grande distância, sr. ministro!

Exportações

A economia brasileira, na falta de perspectiva no mercado interno, volta-se cada vez mais à produção de mercadorias para o mercado internacional.

Na década de 50 e no início dos anos 60, as exportações brasileiras, em US \$ FOB (Free on Board), mantiveram-se entre 1,2 e 1,5 bilhões de dólares, acelerando-se a partir de 1966.

Utilizando dados da revista Veja de 30 de agosto de 1972, e de "Brasil em Dados" de 1971, obtemos para o comércio externo brasileiro na última década os seguintes resultados, em milhões de dólares FOB (na terceira coluna a balança comercial é indicada com o sinal + se superavitária e - se deficitária

ria):

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1960	1.269	1.462	- 193
1961	1.403	1.460	- 57
1962	1.214	1.475	- 261
1963	1.406	1.487	- 81
1964	1.430	1.263	+ 167
1965	1.595	1.096	+ 499
1966	1.741	1.496	+ 245
1967	1.654	1.667	- 13
1968	1.881	2.132	- 251
1969	2.311	2.265	+ 46
1970	2.739	2.849	- 110
1971	2.900	3.225	- 325
1972*	3.500	4.100	- 600

*estimativa

O deficit da balança comercial em 1971 foi o mais elevado desde 1947, que dizer então do de 1972!

O comércio externo brasileiro aumentou muito na última década, mas sua participação no intercâmbio mundial caiu. No início dos anos 60 o Brasil colocava-se no 14º lugar na relação mundial dos países exportadores, excluídos os países do Comecon. Durante a década o comércio externo brasileiro permaneceu estável, enquanto que o comércio mundial crescia a uma taxa anual de uns 10%. Assim, a participação do Brasil caiu a 0,8%. Atualmente, ocupa o 13º lugar com uma participação de 1%.

Tôda sorte de estímulos são dados às exportações. Estes são, em resumo: isenção de impostos sobre as operações exportadoras (imposto de renda, ICM, IPI e imposto de importação sobre máquinas e equipamentos); as importâncias destes impostos são creditadas para as vendas no mercado interno; financiamentos à produção a ser exportada, à promoção comercial e à promoção no exterior, à contratação de serviços técnicos e de engenharia e à importação de máquinas e equipamentos.

Há uma verdadeira corrida pelos grandes trusts internacionais para instalar no Brasil fábricas destinadas a produzir a baixo custo salarial mercadorias destinadas ao mercado externo. Temos vários exemplos recentes: A Ford decidiu investir Cr\$ 700 milhões em 7 anos para exportar 200.000 motores de automóvel por ano aos Estados Unidos e aparelhos eletrônicos a serem produzi-

dos por sua subsidiária Philco. A Rhodia vai abrir uma fábrica de produtos farmacêuticos. A Remington vai exportar máquinas de escrever, e até as firmas japonesas produtoras de motocicletas - Yamaha, Honda e Suzuki - estão planejando investir no Brasil para o mercado latino-americano.

E a ditadura tem no bôlso do colete ainda inúmeras medidas para atrair estas empresas internacionais. Uma delas seria permitir a importação de fábricas inteiras -o Brasil pagando até o frete!- desde que, depois de instaladas em território brasileiro, dediquem-se exclusivamente à exportação! Desde maio de 1972 está em vigor um decreto que permite a transferência de fábricas ou de equipamentos usados para o Brasil desde que 33% de sua produção seja destinado à exportação. Há, também, incentivos como o financiamento de 40% das exportações a juros de 8% ao ano!

Também várias empresas brasileiras estão expandindo sua capacidade produtiva com vistas exclusivamente ao mercado externo. Delfim declara: "depois de 6 ou 7 anos de doutrinação do governo, os empresários estão agora começando a investir com o objetivo exclusivo de exportar". E acrescenta: "Temos 10 anos para atingir o volume de comércio externo do Japão de hoje". Digamos, entre parênteses, que em 1971 o Japão exportou 24 bilhões de dólares e importou quase 20 bilhões.

Mas o Brasil ainda é essencialmente exportador de matérias primas, cujo preço no mercado mundial não cessou de cair nos últimos anos. O manganês, por exemplo, valia US\$ 100 por tonelada antes de ter começado a ser extraído no Amapá por uma filial da US Steel. Já em 1957 valia 50 dólares por tonelada, em 1960 33,50 e em 1970 apenas 19,20.

O Amapá produziu em 1960 950 mil toneladas, e em 1970 1 milhão e 800 mil. As exportações representaram 93,2% e 88,1% do total produzido, nos respectivos anos.

O minério de ferro, que valeu à Hanna a propriedade de um porto privado no Brasil dedicado à exportação das riquíssimas jazidas de que é proprietária, é exportado na proporção de 70% do total produzido (dados de 1970).

A revista Veja de 30/8/72 publica

o seguinte quadro dos maiores exportadores em 1971:

Empresa	Produtos primários	Valor em milhões de US\$
Vale do Rio Doce	minério de ferro	190
Inst. do Açúcar e do Alcool	açúcar	150
Sanbra	Café, milho, algodão, mamona, sisal e farelos	99
Anderson Clayton	Café, algodão, farelos e óleos vegetais	95
Unicafé	café	44
José Ribeiro Tristão & F.º	café	42
Intercontinental do café	café	41
Esteves Irmãos	café	40
Icomi	minério de manganês	35
Leon Israel	café	31
Produtos industrializados		
Swift-Armour	Carnes	46
Petrobrás	Derivados de petróleo	31
Frigorífico Anglo	Carnes	28
Cacique de Café Solúvel	Café solúvel	25
Frigorífico Bordon	Carnes	23
Olvebra (RS)	Derivados de soja	22
Philips	Eletrônicos	17
Sucocítrico Cutrale	Suco de frutas	15
Comabra	Carnes	12
IBM	Máquinas para escritório	12

Endividamento externo

A dívida externa do Brasil aumentou consideravelmente sob o atual regime, contraída seja diretamente pelo governo, seja com seu endosso. A prazo maiores que um ano, passou nesta última década de 2 a 3 bilhões de dólares no início de 1971. A dívida contraída a prazos menores de um ano aumentou mais ainda, como consequência das facilidades dadas pela ditadura para financiar o capital de giro das empresas. Esta dívida representava 200 a 300 milhões de dólares no início dos anos 60, e em 1971 chegou a mais de 2 bilhões de dólares.

As dívidas externas, oficiais e de empresas particulares, a curto, médio e longo prazo, chegaram a 6 bilhões de dólares em 30/4/1971 (Visão, setembro de 1971). Os principais credores são: Exim bank, BIRD (Banco Mundial), BID, USAID, e vários consórcios de bancos oficiais e privados dos Estados Unidos, Europa e Japão.

Se compararmos com a receita da ex

portação, que como vimos aumentou consideravelmente sob o atual regime, chegamos à seguinte conclusão: a dívida externa corresponde hoje ao valor das exportações de dois anos (dívida: US\$ 6 bilhões; exportações: US\$ 2,9 bilhões por ano), e sua amortização a mais de 30% da receita anual das exportações (amortização: US\$ 860 milhões, excluindo a amortização de empréstimos a curto prazo).

O que o Brasil pagou em 1971 de juros e amortização elevou-se a mais de US\$ 1,2 bilhões, não incluída a amortização de empréstimos a curto prazo. Como sabemos que estes últimos passaram a mais de 2 bilhões de dólares em 1971, podemos estimar que o total do que paga o Brasil de juros e amortizações se eleva a mais de 30% do montante da dívida do ano anterior!

* * *

Nos próximos números OUTUBRO abordará mais em detalhe diversos aspectos da situação econômica do Brasil de hoje.

* * * * *

A pré-conferência internacional de julho 1972.

Outubro e mais 17 organizações representando vários países encontraram-se em Paris no mês de julho de 1972 respondendo ao apêlo do CI (Comitê Internacional pela Reconstrução da IV Internacional).

Na ocasião foi feito um aprofundado balanço da situação política criada pela decisão irresponsável da SLL (Socialist Labour League - Inglaterra) e mais cinco organizações de cindir o CI. Tal decisão é incompreensível porque só tem como consequência criar problemas na via da construção da Internacional, no momento mesmo em que o mundo vive a cessos de crise revolucionária.

A conferência de Paris, à luz desta situação e das imensas tarefas de construção do indispensável partido que daí decorrem, assim como de nossa responsabilidade política, decidiu adoptar formas organizativas descentralizadas. É utópico pretender, após décadas de stalinismo acrescido da crise pablista, que a IV Internacional pudesse funcionar centralizadamente. A experiência mostrou que a tentativa feita neste sentido pelo CI servia, no melhor dos casos, unicamente a publicar "resoluções" que restavam quase sem efeito ulterior. O princípio da unanimidade sendo obrigatório, não poucas resoluções importantes exigiam muito tempo para virem à luz, visto que era necessário chegar previamente a um compromisso entre as opiniões contraditórias. Sem nenhuma dúvida, a disciplina interna do CI não era regida pelos princípios do centralismo democrático.

E cremos causar espanto unicamente aos incautos se dissermos que o CI nun

ca pretendeu ser a IV Internacional, mas somente o centro regroupador dos trotsquistas que preparavam a 4ª conferência de onde a IV Internacional sairia reorganizada e centralizada. A experiência mostrou que a centralização não é possível na etapa presente, visto serem numerosos os problemas pendentes entre os diferentes partidos se reclamando do trotsquismo.

E é fácil compreender a origem das divergências. A história de cada uma destas organizações é diferente uma da outra. Algumas têm décadas de duros combates em defesa do programa de transição, enquanto outras só recentemente acordaram para o trotsquismo.

Entretanto, seja num caso como noutro, a inexistência de um centro internacional capaz de assegurar um desenvolvimento político harmonioso das seções tornou inevitável que seu amadurecimento político fôsse fortemente influenciado pelas especificidades nacionais. Neste particular, a responsabilidade do pablismo -destruidor da IV Internacional em tanto que organização centralizada- é por demais importante.

Tudo isto torna muito difícil a existência de uma organização internacional regida pelo centralismo democrático. Isto porque, se de um lado êle supõe a mais livre expressão das tendências, exige por outro a mais estrita disciplina na ação. Ora, a disciplina só existe se ela é livremente consentida; por conseguinte, enquanto não forem acertadas as diferenças políticas fundamentais, nenhuma pretensão de organização internacional centralizada pode ser viável. Foi por isto que, em Paris, deci

dimos tornar pública esta nossa fraqueza. E o fazemos sem medo, pois o marxismo nos ensinou que a pior conduta é a de não encarar a realidade de frente.

Isto ainda não é tudo: há o outro verso da medalha, e o que hoje é uma fraqueza pode, e deve, tornar-se nossa força. A decisão de nos constituir em COMITÊ de ORGANIZAÇÃO pela RECONSTRUÇÃO da IV INTERNACIONAL permite ampliar a discussão com todas as forças que, no mundo inteiro, buscam pelos mais diferentes meios o marxismo e a Internacional proletária. Pela decisão de julho de 1972, toda e qualquer organização combatendo o imperialismo, o stalinismo e definindo-se pela ditadura do proletariado e pelo socialismo poderá, até a realização da 4ª Conferência da IV Internacional, pronunciar-se o mais li

vemente possível em nossos órgãos de discussão internacional.

Mas nosso passo atrás visa apenas permitir-nos fazer dois passos adiante. Nós não nos acomodaremos a esta situação. Ao tomarmos nossa decisão, tínhamos presente no espírito a história do movimento operário. Ninguém deve desconhecer que a centralização da II Internacional partiu de uma descentralização semelhante à nossa dos dias de hoje. E foi no processo das discussões que o PSD alemão ganhou autoridade política, e a centralização ocorreu então o mais naturalmente possível.

Na 4ª Conferência da IV Internacional, todas as organizações deverão, afinal, decidir-se, e o tempo decorrido terá servido para homogeneizar os participantes.

* * *

RESOLUÇÃO POLITICA

adotada pela segunda sessão da pré-conferência

PARIS, julho de 1972

As organizações, grupos e militantes trotsquistas reunidos em Paris para a segunda sessão da pré-conferência internacional, do 1 ao 4 de julho, afirmam que esta reunião constitui a legítima continuidade política das atividades e das conquistas do Comitê Internacional, de sua luta contra o revisionismo liquidador e pela reconstrução da IV Internacional.

Em junho de 1970 havia sido realizada em Londres uma pré-conferência convocada pelo Comitê Internacional. A "Socialist Labour League", recusou-se a votar o único texto submetido à discussão - "Pela reconstrução da IV Internacional" - apresentada pela "Organisation Communiste Internationaliste", e solicitou a convocação de uma segunda sessão daquela pré-conferência. Ficou decidido, por unanimidade, que uma segunda sessão teria lugar em outubro, a fim de que as diversas organizações participantes pudessem enviar suas contribuições. A resolução adotada unânimemente dizia:

"A pré-conferência considera que o texto submetido pela sessão francesa a todas as organizações trotsquistas com a finalidade de permitir uma clarificação das divergências, é um texto que se situa dentro do quadro do programa e dos princípios do trotsquismo."

A decisão da S.L.L. de provocar, de maneira administrativa e sem nenhuma discussão, a cisão do Comitê Internacional, criou uma situação na qual se tornava urgente a necessidade de convocar a segunda sessão a fim de que uma discussão de clarificação pudesse ser levada adiante, da qual deveriam participar todas as organizações que junto com o Comitê Internacional lutavam pela reconstrução da IV Internacional.

É por esta razão que as organizações, grupos e militantes presentes atenderam à convocação feita por Stéphane Just, co-secretário do Comitê Internacional e membro do "Bureau" Político da OCI. Foram convidadas todas as seções do Comitê Internacional e todas as demais organizações participantes da conferência de junho de 1970.

As organizações e grupos trotsquistas presentes consideram-se com o direito e com o dever de se pronunciar sobre as medidas necessárias, nesta etapa, para a continuação da luta pela reconstrução da IV Internacional. Adotam, portanto, a seguinte resolução:

"Afirmam que seu combate se baseia integralmente no programa de fundação da IV Internacional: o Programa de Transição.

Este é o programa de nossa época - época da revolução socialista internacional - pois assim o confirmam 30 anos de luta de classes.

Em 1938, na conferência de fundação da IV Internacional,

Leon Trotsky lançava o seguinte apêlo:

"A IV Internacional sintetiza em seu Programa a experiência internacional do movimento marxista revolucionário, e, em particular, das conquistas socialistas da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia. Ela assimila e toma como base tôdas as experiências sociais progressivas da humanidade, as quais conduzem à expropriação da classe capitalista e à abolição final das classes sociais."

Estas suas palavras fôram totalmente confirmadas por mais de 30 anos de luta do proletariado pela revolução socialista.

A crise atual de direção revolucionária só será solucionada com a formação do partido dirigente mundial - a QUARTA INTERNACIONAL - instrumento indispensável da vitória do proletariado e da revolução socialista.

UNIDADE MUNDIAL DA LUTA DE CLASSES

O internacionalismo proletário constitui a base sôbre a qual repousa o programa da IV Internacional, e é a expressão estratégica da unidade mundial da luta de classes.

Tôdas as forças políticas que constituem um obstáculo para a emancipação do proletariado, procuram romper esta unidade que constitui o fundamento mesmo de toda política comunista desde o "Manifesto" de Marx e Engels. Da mesma maneira, as forças revisionistas que se desenvolveram no seio da IV Int., ao fabricarem ideologicamente "setôres" para a revolução, colocam-se também contra esta unidade mundial da luta de classes, assim definida na Revolução Permanente:

"O Internacionalismo não é um princípio abstrato mas sim o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do 'elan' mundial da luta de classes". E neste sentido que a teoria da revolução permanente expressa a dinâmica mundial da luta de classes na época imperialista.

As organizações trotsquistas reunidas na segunda sessão da pré-conferência rejeitam também, como contrária ao programa da revolução proletária, toda tentativa de substituir a unidade mundial da luta de classes por um fraccionamento, em blocos ou em setôres, de uma hipotética "realidade objetiva".

PAISES ECONOMICAMENTE ATRASADOS

Condenam também as fabricações ideológicas que pretendem privilegiar a "revolução colonial", separando assim as lutas revolucionárias nos países atrasados do processo mundial onde elas se inserem e que lhes dá sua importância histórica. Essas fabricações ideológicas são, antes de mais nada, um ataque reacionário contra a capacidade revolucionária do proletariado dos países capitalistas avançados.

Trotsky faz a seguinte observação na "História da Revolução Russa":

"As revoluções nacionais nos países economicamente atrasados são tão subordinadas à revolução do proletariado no plano mundial. Enquanto que no século XIX a tarefa essencial das guerras e das revoluções consistia ainda em assegurar um mercado nacional às forças produtivas, a tarefa do nosso século consiste em libertar as forças produtivas das fronteiras nacionais que se tornaram um entrave para seu desenvolvimento. Num amplo sentido histórico, as revoluções nacionais do Oriente são diferentes graus da revolução mundial do proletariado. "

Rejeitar a unidade mundial da luta de classes conduz não somente a apresentar as lutas revolucionárias dos países atrasados como um processo autônomo, mas ainda a negar todo fundamento social à revolução proletária na medida em que se afirma que o proletariado dos países capitalistas avançados seria incapaz de um papel revolucionário. Com isso se retoma na verdade, as velhas teorias reacionárias dos inimigos do proletariado.

A unidade mundial da luta de classes significa que na época do imperialismo não existem mais "revoluções coloniais", mas sim revoluções proletárias nos países coloniais e semi-coloniais, onde o proletariado toma em suas mãos a solução das tarefas da revolução burguesa. O fato de distinguir "revolução colonial" de revolução proletária traz como consequência, entre outras, a falsa afirmação de que nas colônias e semi-colônias a força motriz da revolução não seria mais o proletariado.

PAÍSES CAPITALISTAS AVANÇADOS

Todas as tolices ditas a respeito da "terceira revolução industrial", do crescimento infinito das forças produtivas e do neo-capitalismo (que teria solucionado certas contradições do capitalismo assegurando-lhe assim um novo período de desenvolvimento), não passam de justificativas ideológicas para negar o papel do proletariado.

Apesar de já terem sido desmentidas pelos fatos, necessitamos combater essas ideologias reacionárias. O papel decisivo que cabe ao proletariado dos países capitalistas avançados lhe foi conferido pelo próprio capitalismo no curso de seu desenvolvimento histórico, o que já foi mais do que provado, há várias décadas, no curso da luta de classes mundial.

Na etapa atual este papel chave cabe ao proletariado europeu. O documento apresentado em junho de 1970 pela O.C.I. afirmava, corretamente, o seguinte:

"A queda de DE GAULLE e a crise social e política que se desenvolve na Tchecoslováquia, anunciam uma intensificação sem precedente da luta de classes na Europa. A intensificação da luta de classes em países tais como a França, Alemanha, Inglaterra, Tchecoslováquia, Polônia, Hungria e, naturalmente, na U.R.S.S., terá um efeito fulgurante sobre todos os demais proletariados europeus. "

A crise do imperialismo e da burocracia do Kremlin serão agravadas até seu ponto de ruptura. A necessidade de unificação da Europa sobre a base de um mesmo sistema social e econômico se manifestara com toda sua intensidade. A interdependência das lutas contra o imperialismo e contra a burocracia mobilizará milhões de proletários e tornará ainda mais evidente

a necessidade dos Estados Unidos Socialistas da Europa, única perspectiva que abre aos proletários da Europa e da URSS uma alternativa proletária para a solução de seus problemas.

Um tal desenvolvimento da luta de classes na Europa terá, evidentemente, uma influência decisiva sobre os Estados Unidos, Japão e sobre todos os explorados da Ásia, África e América Latina. O controle exercido sobre o proletariado europeu pelos aparelhos reformista e stalinista teve consequências negativas enormes sobre o desenvolvimento da luta de classes nos Estados Unidos, no Japão e nos países economicamente atrasados. Contribuiu para bloquear a maturação política do proletariado norte-americano; limitou os combates e a organização de classe do proletariado japonês; favoreceu o papel das direções pequeno burguesas nos países economicamente atrasados e seu controle sobre as massas operárias e camponesas.

A luta de classes na Europa abrirá, em pouco tempo, novas perspectivas aos proletários do Japão e dos Estados Unidos. Obrigará, ao mesmo tempo, os imperialismos americano e japonês a recorrerem a uma dominação política de tipo fascista, isto é, eles tentarão destruir as organizações operárias destes países para poder controlar a crise econômica, social e política.

Por outro lado, as lutas nos países economicamente atrasados seguem sua marcha inexorável. As ditaduras militares controlam de maneira superficial o processo de luta de classes nestes países, como ficou provado nas recentes explosões de classe que se produziram na Argentina e no Uruguai. Na Ásia, por sua vez, a situação não é nada estável: Índia e Paquistão são bons exemplos, sem falar no Vietnã onde nada está decidido ainda.

Uma crise revolucionária na Europa criará condições novas para a vitória dos operários e camponeses vietnamitas sobre o imperialismo americano.

CHINA : REVOLUÇÃO CULTURAL E BUROCRACIA

A "revolução cultural" foi interrompida na China e o aparelho burocrático se reconstrói rapidamente, não sem duras crises internas, das quais o IX Congresso do P.C.C. foi apenas um momento. Os problemas internos na China continuam porém sem solução, e a "revolução cultural", apesar de haver sido brutalmente interrompida pela burocracia, continua sendo um fator de mobilização para as massas operárias e camponesas da Ásia. Entretanto, as relações sociais que ela instaurou não podem desempenhar totalmente seu papel no desenvolvimento das forças produtivas. Para tanto, é necessário que a burocracia chinesa seja varrida por uma revolução política.

E necessário ainda que essas novas relações sociais se estendam aos países altamente industrializados da Ásia (Japão). E assim mesmo elas não serão totalmente eficientes enquanto a cooperação econômica com a URSS não for retomada, sobre novas bases. Isto é: a partir da derrubada da burocracia do Kremlin pelo proletariado da URSS em seu processo de revolução política. E mais ainda: é necessário que a revolução socialista se realize em todos os países economicamente desenvolvidos e que o proletariado deste

países ajudem o desenvolvimento econômico da China.

A pressão conjunta exercida pelo imperialismo e pelos burocratas russos sobre o aparelho burocrático na China, provocará neste, muitas outras cisões. Reciprocamente, a resistência da burocracia chinesa à estas pressões constitui um elemento a mais de dislocação dos stalinistas do Kremlin e de seu aparelho internacional. Esta resistência amedronta, nos países de leste e na URSS, as capas burocráticas que deformam estes estados operários, é que tendem a transformar-se em simples agências do imperialismo e da restauração capitalista.

E inversamente: a crise da burocracia do Kremlin, ao se precipitar, aumentará ainda mais a crise da burocracia chinesa. Todas as duas estão no mesmo bêco sem saída: a coexistência pacífica "à la chinesa" é tão contra-revolucionária como a coexistência pacífica à moda do Kremlin.

ESTADOS UNIDOS SOCIALISTAS DA EUROPA

A unidade mundial da luta de classes se confirma com a crise revolucionária que se anuncia na Europa, tanto Ocidental como Oriental e na própria URSS. Na Europa, a revolução social e a revolução política se fusionam. As relações entre as classes são tais, neste continente, que aí se concentram as contradições e fraquezas do imperialismo e da burocracia, enquanto que a classe operária aí ocupa posições de classe cada vez mais poderosas, centralizando a experiência de mais de um século de lutas. A burocracia do Kremlin e o imperialismo mundial serão deslocados neste período histórico, a não ser que consigam modificar as relações entre as classes, na Europa, em pouco tempo. A greve geral de maio-junho de 1968; a intensificação da revolução política na Tchecoslováquia na primavera e no verão daquele mesmo ano, e a queda de DE GAULLE são as primeiras explosões de uma nova crise revolucionária que amadurece na Europa e que se repercutirá pelo mundo inteiro.

Abre-se um novo período de grandes agitações. A nova crise revolucionária mundial que se anuncia, se caracteriza: pela importância das posições ocupadas pelo proletariado dos países economicamente desenvolvidos; pela fraqueza e decadência dos imperialismos europeus; pela necessidade para o imperialismo americano de fazer prevalecer seus interesses específicos; pela crise da burocracia do Kremlin, das burocracias satélites e de todo o aparelho internacional do estalinismo; pela derrota da estratégia mundial desenvolvida nestes últimos anos pelo imperialismo americano; pela derrota da política das burguesias decadentes da Europa de domesticação de seus respectivos proletariados e pela derrota da política da burocracia do Kremlin e das burocracias satélites. O imperialismo não pode escapar desta gigantesca crise social, econômica e política; a burocracia do Kremlin será destruída em suas componentes atuais.

REVOLUÇÃO POLÍTICA E REVOLUÇÃO SOCIAL

No período que vivemos, a unidade mundial da luta de classes se expressa pela unidade orgânica que fusiona a revolução social nos países capitalistas à revolução política nos países onde o capital foi expropriado. Nestes, uma burocracia parasitária e contra-revolucionária usurpou o poder político, destruindo as instituições da ditadura do proletariado.

O conteúdo da revolução política é o do estabelecimento do poder dos conselhos (soviets), o da ditadura do proletariado. Esta revolução, é a forma que assume a participação dos proletariados da Europa de Leste, da URSS e da China, destacamentos do proletariado mundial, na revolução socialista internacional. Ela expressa, portanto, a unidade orgânica do combate da classe operária mundial.

Para lutar contra seu próprio proletariado a burocracia destes países apoia-se, cada vez mais, na burguesia mundial, cuja tendência é a de atacar toda e qualquer expressão da luta de massas naqueles países.

É este o significado da "normalização", que a partir da Tchecoslováquia se generalizou para todos os países de Leste.

Hoje em dia, o combate contra a repressão exercida pela burocracia destes países faz parte da luta pelos direitos democráticos, elementos diretos da mobilização da classe operária pelo controle de suas conquistas. Isto é: pela revolução política.

As forças que lutam pela reconstrução da IV Internacional consideram que seu combate contra a repressão na Europa de Leste constitui uma tarefa central para o desenvolvimento da revolução política, e, por isso mesmo, um laço estreito.

CONTRA A REPRESSÃO NOS PAÍSES DE LESTE

É por esta razão que a defesa de Piotr Iakir, cuja prisão concentra e expressa o combate da burocracia contra Outubro 17; a defesa ativa dos militantes tchecos contra a normalização; a defesa das dezenas de dirigentes dos Comitês Operários poloneses em prisão e a defesa dos estudantes comunistas de Belgrado são partes integrantes e necessárias de nossa luta pela fusão da revolução política e da revolução social.

A classe operária internacional é a principal força deste combate. A tarefa dos Trotsquistas é a de fazer com que o conjunto do movimento operário internacional tome em suas mãos esta defesa, através da qual já foi possível salvar, em 1972, o comunista L. Pachman.

Desta maneira, não somente os militantes presos e ameaçados serão salvos, mas ainda a luta pelos direitos democráticos se desenvolverá nos países de conquistas socialistas, abrindo assim caminho à revolução política.

Além disso, esta luta é também um importante instrumento de nosso combate, nos países capitalistas, pela Frente Única Operária. Ela servirá assim ao nosso combate contra os aparelhos stalinistas, fazendo com que militantes dos P.C. e dos P.S. combatam ao nosso lado pela revolução.

Contra esta repressão nos países de Leste, nós, trotsquistas, propomos e lutamos por uma "Comissão de Inquérito do Movimento Operário Internacional". Esta palavra de ordem se insere na luta pela continuidade do bolchevismo da Oposição de Esquerda.

A palavra de ordem de "Estados Unidos Socialistas da Europa", indispensável para a construção de partidos revolucionários em cada país europeu e para a reconstrução da IV Internacional, é a expressão viva destas lutas conjuntas dos proletariados de Leste e de Oeste.

Expressar de maneira consciente e organizada esta unidade, significa reconstruir partidos revolucionários na URSS, na Europa de Leste e na China, elementos integrantes da luta pela reconstrução da QUARTA INTERNACIONAL.

A QUESTÃO NACIONAL

Dentro do contexto geral da unidade mundial da luta de classe as organizações e grupos trotsquistas debateram amplamente o problema do nacionalismo e a questão nacional. Foram analisadas:

- 1 - As lutas revolucionárias na Am. Latina e o combate do proletariado boliviano dirigido pelo Partido Operário Revolucionário.
- 2 - As questões colocadas no Oriente Médio pela unidade dos trabalhadores judeus e palestinos com relação ao problema nacional de grande complexidade mas que se encontra integrado na Revolução Permanente;
- 3 - A questão irlandesa
- 4 - A questão nacional no Quebec.

As organizações presentes afirmam, antes de mais nada, estarão em total acôrdo com a política seguida pelo P.O.R. durante o processo revolucionário boliviano de 1970-71, bem como sobre o papel por êle desempenhado em tanto que elemento essencial da mobilização das massas em sua luta pelo governo operário e camponês, governo de transição em direção à ditadura do proletariado.

Confirmam também seu apôio à luta levada a cabo pelo P.O.R. contra o golpe de estado de Banzer nos dias 19 e 20 de agosto de 1971, bem como à tática por êle utilizada em seguida, cuja aplicação permitiu às massas e suas organizações sindicais e políticas, de se recolherem em ordem, garantindo, assim, tôdas as possibilidades de combate posterior do proletariado boliviano.

As organizações presentes reafirmam a importância fundamental que desempenhou e que desempenha a constituição da Assembléia Popular, órgão de poder do proletariado e via conduzindo ao governo operário e camponês na Bolívia. Sua importância é fundamental tanto para as massas bolivianas quanto para o proletariado e as massas de tôda a América Latina.

A segunda sessão da pré-conferência decide, porém, romper com os métodos diplomáticos que sufocavam a discussão nas fileiras das organizações trotsquistas, impedindo assim uma verdadeira organização política. É o seguinte o estado atual do debate:

LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

A luta de classes mundial se desenvolve, historicamente, num contexto formado por instituições nacionais, que são expressões jurídicas, originais e próprias a cada país, dos traços fundamentais da economia mundial. A "democracia política" burguesa, que é a forma mais desenvolvida das instituições da sociedade burguesa, é elaborada dentro de um contexto nacional.

A burguesia revolucionária, durante as revoluções democrático-burguesas dos séculos XVII, XVIII e XIX, tentava estabelecer as formas mais avançadas de democracia política. Mas, inclusive nesta época, a burguesia - classe exploradora demonstrava-se já incapaz, por temor às massas, de estabelecer formas avançadas para a sua ditadura de classe. Já era incapaz, por isso mesmo, de levar até as últimas consequências a própria revolução burguesa e de libertar a nação dos entraves do passado.

Naquela época, das revoluções burguesas democráticas, foram as capas inferiores da pequena burguesia (das quais não se havia destacado ainda o proletariado) que, estabelecendo sua ditadura revolucionária provisória, abrirão o caminho à burguesia.

Na sua fase ascendente, a burguesia nacional dos países avançados se opõe ao estabelecimento das formas as mais avançadas de democracia política, desde que sua dominação de classe sobre a sociedade já esteja assegurada. Estas formas avançadas de democracia política - liberdades, direitos, garantias, sufrágio universal, instituições democráticas - foram impostas pela luta de classes do proletariado, que arrastou atrás de si a pequena burguesia das cidades e dos campos.

Uma vez no poder, a burguesia integrava e assimilava estas formas de democracia política, isto é., ela tenta integrar e assimilar tudo aquilo represente uma ameaça à sua dominação de classe. Esta "democracia política" não somente assegurava um desenvolvimento maior das relações sociais de produção, mas passava ainda a ser utilizada pela burguesia contra as massas trabalhadoras.

Na época imperialista - época de reação em todos os sentidos' (cf. Lenine) - a burguesia, para manter sua dominação de classe, não pode mais suportar a democracia política. O bonapartismo, a partir do momento em que os interesses da burguesia não correspondem mais ao desenvolvimento histórico, torna-se a forma de dominação de classe que melhor corresponde à defesa dos interesses burgueses. Ele limita (ou liquidá com o fascismo) as formas mais avançadas de democracia política, justamente porque, com elas, as massas organizadas colocariam abertamente o problema do poder através de uma luta de classes na qual seriam utilizados seus direitos, liberdades e garantias.

A crise atual de todos os regimes políticos, inclusive do regime bonapartista, coloca na ordem do dia, hoje, o problema da Revolução. Para conter o avanço das massas, tanto a burguesia como os aparelhos que controlam o proletariado, fazem o possível para preservar o atual contexto político burguês de dominação de classe. O desenvolvimento atual da ação das massas está orientado diretamente no sentido da destruição desta dominação de classe, ou seja, o problema colocado hoje pelo proletariado é o do seu poder político através dos soviets, dos conselhos operários.

Neste seu movimento em direção à ditadura do proletariado, as massas procurarão ampliar todos os dispositivos democráticos. Aproveitando-se destas ilusões, os reformistas e estalinistas fazem coincidir sua política com esta vontade das massas de ampliar as liberdades democráticas, nutrimo assim ainda mais estas ilusões.

Pronunciar-se pela volta da "democracia política" significa trair a revolução proletária, pois as formas mais avançadas desta democracia sempre tiveram como conteúdo a dominação de classe da burguesia, a qual, na época imperialista, constitui um obstáculo absoluto ao avanço da civilização. Formas mais avançadas de democracia política serão impostas pelo proletariado, contra a vontade da burguesia e dos aparelhos. Em conclusão: as organizações da IV Internacional pronunciam-se a favor de todas as reivindicações que ampliem as liberdades democráticas, pela revogação de todas as medidas anti-democráticas adotadas pelos regimes bonapartistas, sem tomar a seu cargo porém, a democracia política.

Em sua luta para ampliar suas próprias liberdades, a classe operária será necessariamente vítima de um certo número de ilusões democráticas, sobre as quais os aparelhos se apoiarão em sua tentativa de salvar a burguesia. Reformistas e estalinistas tentarão fazer destas ilusões democráticas um obstáculo ao próprio avanço do movimento operário. Elas serão porém rejeitadas pela própria classe operária à medida que se desenvolvam situações revolucionárias. Com uma condição: que no decorrer desta luta política para liberar as massas de suas ilusões seja construído um Partido Revolucionário.

BURGUESIA NACIONAL E BURGUESIA IMPERIALISTA

A teoria da Revolução Permanente estabelece o seguinte:

"As características específicas da economia nacional, por mais importantes que elas sejam, são apenas elementos de uma unidade superior que se chama economia mundial, sobre a qual se apoia o internacionalismo dos comunistas. Não se pode entender o capitalismo nacional a não ser considerando-o parte integrante da economia mundial."

O proletariado nos países economicamente atrasados terá tarefas a resolver de tipo democrático-burguêsas, as quais não foram realizadas pelas burguesias destes países ou o foram apenas parcialmente.

Isto não significa porém, de maneira alguma, que se possa estabelecer uma diferença, quanto à sua natureza, entre a "burguesia nacional" e a burguesia imperialista. O P.O.R. entretanto, em seu relatório apresentado à Conferência Latinoamericana de abril de 1972, afirmava o seguinte

"Entre as nacionalizações realizadas pelas burguesias imperialistas e aquelas efetuadas pelas burguesias nacionais dos países atrasados, existe uma imensa diferença e suas implicações políticas são totalmente diferentes, posto que sua natureza não é a mesma."

A pré-conferência não debateu do conteúdo das nacionalizações nos países imperialistas e nos países atrasados. Entretanto, ela relembra que é falso pretender encontrar, nos países economicamente atrasados, uma diferença de natureza qualitativa entre as burguesias nacionais e as burguesias imperialistas.

Na época imperialista em que vivemos, muito mais do que na época das revoluções burguesas, as burguesias nacionais se opõem e se opõem cada vez mais à instauração de formas avançadas de democracia política. Isto é, as burguesias nacionais hoje em dia se opõem às próprias tarefas democráticas nacionais que, na época das revoluções burguesas, fundamentavam e constituíam a Nação. A experiência de todas as revoluções nos países atrasados, e inclusive na América Latina, sobretudo na Bolívia, prova a tese da "Revolução Permanente" segundo a qual a burguesia nacional não é capaz de dirigir a sociedade burguesa. Ou melhor: "a burguesia nacional só é capaz de dirigir a sociedade burguesa em tanto que burguesia compradora do imperialismo".

É errada a posição de alguns que pretendem estabelecer uma diferença de natureza entre a burguesia nacional dos países atrasados e a burguesia imperialista, como se elas ocupassem posições diferentes na cadeia de operações do capital financeiro. Esta falsa teoria rejeita a revolução permanente pois chega mesmo a rejeitar a definição marxista de classes. O fato deles não partirem de uma definição das classes em função, em última análise, do lugar respectivo que elas ocupam nas relações sociais de produção, leva-os a idealizar o papel da burguesia nacional quanto à realização de tarefas revolucionárias nestes países.

"Não se trata de negar - diz o P.O.R. - a existência do nacionalismo com conteúdo burguês, do caráter relativamente progressista de suas posições em relação à política da oligarquia conservadora e dos regimes fascistas. Estes não passam de marionetes de seus amos imperialistas. Trata-se para nós de explicar as limitações do nacionalismo burguês e as perspectivas de seu desenvolvimento"

Na verdade existe um "nacionalismo com conteúdo burguês", cujas raízes se encontram nas diferentes posições ocupadas pelas burguesias nacionais dos países atrasados, que se ligam às burguesias imperialistas e

ao capital financeiro em graus diferentes. Isto significa que existem contradições entre as burguesias nacionais de tipo "compradora" e o imperialismo, e que estas contradições podem ser utilizadas pelo proletariado revolucionário. O proletariado poderá, por exemplo, realizar acôrdos precisos e circunstanciais com as burguesias nacionais, sabendo porém que estas capitularão diante do imperialismo.

"Sob a pressão das massas populares, a burguesia dará ainda alguns passos à esquerda, para, em seguida, golpear o povo de maneira brutal".

Leon Trotsky acrescenta:

"Cada vez que a classe operária, seduzida pelas aparências, escolhe os partidos da pequena burguesia e da burguesia nacional, ela está, na verdade, apoiando o capital financeiro."

São estes os princípios da IV Internacional, que, para as organizações participantes da 2a. sessão da pré-conferência, foram totalmente confirmados pela revolução boliviana e pela Assembléia Popular de La Paz

A REVOLUÇÃO BOLIVIANA APÓS O GOLPE DE BANZER

A natureza "progressista", ou relativamente progressista, que o P.O.R. confere à burguesia nacional, leva-o a ocultar a natureza real da Assembléia Popular (soviet) e a atribuir ao Frente Revolucionário Anti-Imperialista um caráter de poder soviético no exílio! O F.R.A., da maneira como está constituído atualmente, somente se justifica como uma Frente de luta pela volta às liberdades democráticas liquidadas pelo golpe de estado de Banzer.

Diz o POR em seu relatório:

"A Assembléia Popular foi uma forma particular de soviet que incluía a unidade anti-imperialista dirigida pela classe operária."

A fórmula é ambígua, pois os "observadores mais superficiais" são obrigados a constatar que o representante da burguesia nacional, Torres, não fazia parte desta unidade, e que a vocação da Assembléia era justamente a de se substituir ao governo Torres.

Diz ainda o POR :

"No dia 21 de agosto a Assembléia Popular não foi liquidada fisicamente".

Na verdade, a Assembléia Popular de La Paz foi liquidada em tanto que órgão de duplo poder. E se é verdade que ela vive na consciência das massas, é necessário constatar que o golpe de Banzer liquidou-a. A perpetuação pelo POR de uma Assembléia Popular liquidada por Banzer, não é uma simples questão de estilo. É esta continuidade que lhe permite justificar o F.R.A. como sendo um prolongamento da Assembléia Popular. Ou seja o F.R.A. seria, segundo o POR, uma forma pré-soviética no exílio, existente também, de maneira ilegal, na Bolívia, possuindo

assim, até hoje, um conteúdo de poder proletário.

O documento do P.O.R. resume os objetivos do F.R.A. nos seguintes termos:

"Em sua carta de fundação é declarado que o F.R.A. se organiza tendo em vista a tomada do poder. O povo boliviano já atingiu um alto nível de consciência política, o que o habilita a lutar pelo socialismo como finalidade política."

Para o P.O.R., portanto, o F.R.A. é o continuador da Assembleia Popular, cuja tendência, antes do golpe de estado de BANZER, era a de se constituir em poder proletário. Como vemos, a "burguesia nacional relativamente progressista" está representada no F.R.A., e se fixa como tarefa, a luta pelo socialismo!

O conteúdo deste "poder anti-imperialista" fica desta maneira claramente definido como sendo o de um bloco de duas classes antagônicas, proletariado e burguesia nacional, unidas na luta pelo socialismo!

O documento do P.O.R. afirma:

"Em resumo, como acabamos de demonstrar, o F.R.A. é nada mais nada menos que uma projeção da Assembleia Popular. Entre eles dois existe uma continuidade estratégica: o governo operário para construir o socialismo".

Como se vê, o P.O.R. admite a colaboração da "burguesia nacional relativamente progressista" com o proletariado no seio do governo operário, isto é, lhe atribui um conteúdo de governo operário-burguês denunciado pela Internacional Comunista. Este governo não é senão um governo de Frente Popular, como o governo de Unidade Popular no Chile, isto é, um obstáculo à ditadura do proletariado.

Se o proletariado participa de um pretenso poder anti-imperialista ao lado da burguesia, o fato de que esta seja batizada de "Socialista" ou "Progressista" não muda em nada o caráter burguês deste poder assim definido.

Nós afirmamos, com Trotsky:

"As formas e os métodos de dominação da burguesia são extremamente diversos, variando segundo as características de cada país. Encontramos assim, nos polos extremos, de um lado a dominação direta e absoluta: os Estados Unidos; de outro, o capital financeiro adaptado às condições medievais da Ásia, subordinando, utilizando e impondo seus métodos: a Índia. Tanto num caso como no outro é a burguesia quem domina. Isto nos leva a supor que também a ditadura do proletariado assumirá em cada país um caráter extremamente variado no que diz respeito à sua base social, suas formas políticas, seu ritmo e suas ta

refas imediatas. Somente a hegemonia revolucionária do proletariado, transformada em ditadura proletária depois da conquista do poder, poderá conduzir as massas populares até a vitória contra o bloco dos imperialistas, feudais e burgueses nacionais.

Um país que ainda não fez, ou que ainda não terminou sua revolução democrática, apresenta particularidades extremamente importantes que devem ser por nós colocadas na base do programa da vanguarda proletária. É somente com programas nacionais deste tipo que o Partido pode engajar com sucesso uma luta efetiva contra a burguesia e seus agentes democráticos, ganhando assim a maioria da classe operária e dos trabalhadores.

A questão nacional nos países coloniais e semi-coloniais somente será resolvida através de uma luta implacável contra a influência da burguesia liberal nacional... Precisamos portanto, compreender e explicar às massas, de antemão, a realidade das classes, sem ocultá-la sob a fórmula "abstrata" de poder anti-imperialista."

As organizações participantes da segunda sessão da pré-conferência sempre garantiram e praticaram uma solidariedade incondicional com o P.O.R. durante a revolução boliviana, da qual a Assembléia Popular foi o momento culminante. Decidem de continuar a ajudar o P.O.R., nas difíceis condições atuais de ilegalidade, por todos os meios políticos e materiais a seu alcance. Decidem, por outro lado, prosseguir a discussão sobre os problemas levantados.

ORIENTE - MEDIO

O Estado burguês sionista é um estado "comprador". Após o massacre de 6 milhões de judeus europeus pelo nazismo, e de uma série de condições históricas específicas, a questão judia, na Palestina, adquire uma nova dimensão.

O estado israelita, utilizado pelo imperialismo contra a revolução proletária, tornou-se o instrumento ideal da opressão nacional e imperialista no Oriente Médio. O estado sionista só sobrevive por ser "comprador" do imperialismo.

Os estados burgueses-feudais do Oriente Médio, "compradores" do imperialismo, são jogados contra as massas árabes pelo estado sionista o qual os utiliza contra os trabalhadores judeus. A segunda seção da pré-conferência considera que a unidade dos trabalhadores judeus e palestinos se impõe pelas seguintes razões:

Em nome do imperialismo, tanto o estado sionista como o estado burguês de HUSSEIN, oprimem a Palestina. Para que ela seja liberta desta opressão, é necessário que, tanto o estado sionista como o esta

do burgueses jordaniano, sejam destruídos. A palavra de ordem democrática "Assembléia Constituinte Palestiniense" é a que permite unir trabalhadores judeus e árabes contra estes dois estados burgueses, lutando por esta Assembléia que decidirá da questão nacional palestinense. Trata-se de uma palavra de ordem transitória que conduz à República Soviética da Palestina, parte integrante dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Esta reivindicação de uma Assembléia Constituinte Palestiniense constitui hoje uma condição primordial para a luta contra o sionismo reacionário e o igualmente reacionário conceito de "nação árabe". Estas duas ideologias reacionárias ocultam, na verdade, os interesses do imperialismo, das burguesias compradoras e dos proprietários latifundiários.

A segunda sessão da pré-conferência decide dar todo seu apoio à construção de um Partido trotsquista palestinense que unifique judeus e árabes, trabalhadores lutando pela Assembléia Constituinte da Palestina. O Comité de Organização dará todo seu apoio a fim de que as tarefas políticas decorrentes desta palavra de ordem sejam definidas concretamente.

A segunda sessão da pré-conferência abordou também os problemas decorrentes da luta da IV Internacional pela unificação do combate dos trabalhadores da Irlanda do Norte e da Irlanda do Sul, por uma república irlandesa unificada. Debateu ainda, dos problemas nacionais no Canadá, afirmando o direito à auto-determinação do povo do Quebec como uma condição indispensável para a unidade do proletariado canadense, tanto de origem francesa como inglesa, contra a burguesia canadense e o imperialismo.

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

O Programa de Transição é o programa da revolução socialista. Isto é, a generalização teórica do papel dirigente do proletariado, tanto em escala mundial como em cada país: "tudo depende do proletariado, isto é em primeiro lugar de sua vanguarda revolucionária."

Este papel dirigente do proletariado só pode ser assegurado por ele mesmo, constituindo-se como classe através da construção de suas organizações de classe, através de seu movimento histórico cujo fim é sua constituição em classe dominante pela edificação do estado operário dos conselhos.

A construção do partido revolucionário, quer dizer, da direção revolucionária do proletariado, inclui-se dentro deste movimento que procede do desenvolvimento da luta de classes em seu conjunto, centralizada na luta do proletariado. Mas o partido revolucionário não se inclui apenas como um fator entre outros. Dentro deste movimento ele é, como dizia a resolução política da 3a. conferência do Comité Internacional (1966), o componente "mais vital", pelo fato de ser o componente consciente.

É unicamente pela construção do partido revolucionário - que procede do desenvolvimento em seu conjunto do movimento histórico do proletariado, mas que é a determinação mais elevada deste movimento - que tem sentido a afirmação "a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores". E neste sentido que Stephane Just pôde escrever:

A luta pela construção do partido revolucionário prosseguiu-se através da I, II, III e IV Internacionais. Ela deve ser compreendida dentro de suas relações com o desenvolvimento da luta de classe. As condições indispensáveis ao proletariado para dominar sua própria história, de maneira consciente, se constituem por meio do processo dialético da construção do partido revolucionário e da luta de classe.

Assim; as expressões "a emancipação dos trabalhadores será o bra dos próprios trabalhadores", "as leis da história são mais fortes que os aparelhos burocráticos" e "a solução da crise da humanidade é a solução da crise da direção revolucionária" exprimem um mesmo processo: o do proletariado em luta para dominar sua própria história e em luta pela sua emancipação.

Nada pode substituir o papel dirigente do proletariado na revolução. Isto significa, antes de mais nada, que a atividade específica e própria aos revolucionários é insubstituível.

Nada poderia-se substituir à construção independente de partidos revolucionários dentro de cada país, secções da IV Internacional. Quais quer que sejam as forças agrupadas atualmente neste ou naquele país, o agrupamento em organizações separadas, regidas pelo centralismo democrático dos partidários da IV Internacional, é insubstituível.

A luta pela construção de partidos revolucionários não está parada, no tempo, do combate pela reconstrução da IV Internacional: ao contrário, é esta reconstrução que forma o próprio conteúdo da construção do partido revolucionário em cada país.

PROGRAMA DE TRANSIÇÃO

"A tarefa estratégica do próximo período - período pré-revolucionário de agitação, de propaganda e de organização - consiste em superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a não maturidade do proletariado e de sua vanguarda (confusão e desencorajamento da velha geração; falta de experiência da jovem). É necessário ajudar a massa, no processo de sua luta quotidiana, a encontrar a ponte entre as reivindicações atuais e a revolução social. Esta ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias, partindo das condições atuais e da consciência atual de largas camadas da classe operária, e conduzindo invariavelmente a uma única e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado..."

"A tarefa estratégica da IV Internacional não consiste em reformar o capitalismo, mas em derrubá-lo. Sua meta política é a conquista do poder pelo proletariado para realizar a expropriação da burguesia. No entanto, a realização desta tarefa estratégica é inconcebível sem a atitude a mais atenciosa no que diz respeito a tôdas as questões de tática, mesmo pequenas e parciais."

"Tôdas as frações do proletariado, todas as suas camadas, profissões e grupos devem ser arrastados no movimento revolucionário."

"É no coração do programa de transição, de seu método que se situa a exigência de mobilizar a classe em seu conjunto - não obstante sua heterogeneidade - na luta pelo poder."

"Classe contra classe" eis o cimento verdadeiro do conjunto das palavras de ordem transitórias.

Eis porque a Frente Única Operária não é uma simples palavra de ordem, mas um eixo estratégico na política das organizações trotsquistas. A estratégia da frente única se incarna em diversas expressões táticas que vão desde acordos de unidade de ação, limitados, entre diferentes organizações, até os Soviets, "aparêlho natural da Frente Única nos dias de combate", como explicava Leon Trotsky em "Para onde vai a França".

Como explicava ainda Trotsky em "E agora":

"...o proletariado marcha em direção à aquisição de sua consciência não pelos degraus da escola, mas através da luta de classes, que não sofre nunca interrupção. Nesta sua luta, o proletariado tem necessidade da unidade de suas fileiras. Isto vale tanto para os conflitos econômicos parciais, no recinto de uma empresa, como para as lutas políticas "nacionais", tais como a luta e defesa contra o fascismo. A tática da frente única é, portanto, não alguma coisa ocasional ou artificial, nem uma manobra astuciosa. Ela emana inteiramente das condições objetivas do desenvolvimento do proletariado. As palavras do "Manifesto Comunista", dizendo que os comunistas não são opostos ao proletariado, que eles não têm outra meta e outras tarefas que não sejam as do proletariado, exprimem este pensamento: a luta do partido pela maioria da classe não deve, em nenhuma circunstância, entrar em contradição com a unidade de suas fileiras de combate".

Os combates pela unidade e independência política da classe não são separáveis ou opostos, mas dependem de um mesmo movimento. É o que a firma explicitamente o manifesto adotado na 3a. Conferência do Comité Internacional (1966):

"A QUARTA INTERNACIONAL combate pela frente única de classe."

"A fase atual da luta de classes coloca mais do que nunca na ordem do dia a luta classe contra classe. O proletariado deve apresentar, face à burguesia, seu estado, seus governos, uma frente unida. Trata-se de um ensinamento de mais de um século de luta de classes. Quanto mais se exarcebam os antagonismos de classe, tanto mais a classe operária tem necessidade de combater como um todo. São os aparêlhos burocráticos que di-

videm, fragmentam a frente proletária. A tática da Frente Única, tal como foi definida pelo III e IV Congressos da TERCEIRA INTERNACIONAL permanece mais do que nunca atual.

FRENTE ÚNICA OPERÁRIA

Face aos ataques econômicos e políticos da burguesia contra a classe operária - política de rendimento, tentativa de integração dos sindicatos ao Estado - é necessário opôr a classe operária como classe à burguesia. A tática da Frente Única consiste em não negar, na prática, que a enorme maioria dos militantes da classe operária estão organizados nos partidos reformistas e stalinistas. Trata-se, apoiando-se a cada momento sobre a situação concreta da luta de classes e sobre os imperativos da luta, de propor uma política que rompa com a burguesia e organize a classe operária, e as organizações de que ela dispõe, frente à burguesia em tanto que classe. Isso implica a denúncia da política de colaboração de classes da burocracia, seja com uma fração da classe capitalista, seja com a burguesia em seu conjunto. A Frente Única entra necessariamente em conflito com a política da burocracia. Em determinadas condições, os burocratas das direções tradicionais são forçados a dar alguns passos na via da Frente Única sob a pressão da classe operária e de seus próprios membros. Em tais casos, nós sustentamos e participamos de tôdas as ações que possam ser assim organizadas.

"A luta pela Frente Única implica a construção de partidos operários revolucionários. A realização da Frente Única não pode ser deixada à espontaneidade. É imprescindível a luta política de organizações independentes, fazendo passar, na prática, o Programa de Transição.

"Não se pode construir o partido revolucionário independente - mente da participação e da intervenção na luta de classes real, tal qual ela se desenrola sob nossos olhos, e não por comentários sobre a luta de classes. A política da Frente Única adquire assim tôda sua importância na construção dos partidos revolucionários."

Sempre em "E agora" Trotsky explicava ainda a propósito da Frente Única:

"Pela Frente Única aos Soviets, órgãos supremos da Frente Única"

"A admiração verbal pelos soviets se espalhou nos círculos "de esquerda" ao mesmo tempo que a incompreensão de sua função histórica. Define-se quase sempre os soviets como órgãos de luta pelo poder, como órgãos de insurreição, e, enfim como órgãos da ditadura do proletariado. Estas definições são formalmente justas. Mas elas não esgotam nem um pouco a função histórica dos soviets. Não explicam, antes de mais nada, porque é que são precisamente os soviets que são necessários na luta pelo poder; a resposta à questão é a se-

quinte: da mesma maneira que é o sindicato a forma elementar de frente única na luta econômica, o SOVIET É A FORMA A MAIS ELEVADA DE FRENTE ÚNICA nas condições onde o proletariado entra na época da luta pelo poder."

"O Soviet por si só não encerra nenhuma força milagrosa. Ele é apenas a representação de classe do proletariado, com todos os seus lados fortes, e todos os seus lados fracos. Mas é principalmente por isto, e unicamente por isto, que o soviet cria uma possibilidade organizacional para os operários das diferentes tendências políticas, de níveis de desenvolvimento diferentes, de unirem seus esforços na luta revolucionária pelo poder"

"O proletariado entrou na época da luta pelo poder: é a característica mais profunda do período histórico no qual estamos engajados. Ele dá ainda mais acuidade à política da Frente Única Operária que responde ao problema colocado, devido ao fato que a tarefa da luta imediata pelo poder se coloca diante do proletariado bem antes que ele esteja reunido sob a bandeira do partido comunista. (hoje em dia a IV Internacional. Nota de OUTUBRO). Uma situação revolucionária tomada no plano político consiste precisamente em que todos os agrupamentos e que todas as camadas do proletariado, pelo menos sua maioria esmagadora, são tomadas por um entusiasmo no sentido de unificar seus esforços em vista da mudança do regime existente."

As organizações que combatem pela reconstrução da IV Internacional e pela construção dos partidos revolucionários não têm que se restringirem a uma propaganda geral pelo socialismo, mas a desbravar os caminhos da imobilização da classe na luta pelo seu poder. Como diz o texto apresentado pela OCI na pré-conferência de julho de 1970:

"A luta pelo poder exige que a classe operária combata como classe e que arraste atrás de si milhões de pequenos-burgueses das cidades, e, em seguida, dos campos. Sob as formas concretas correspondendo às condições históricas da organização da classe operária em tanto que classe (à sua organização em partidos e sindicatos), assim como a situação política, o combate pela Frente Única de Classe é inseparável da luta pelo poder. Não é suficiente proclamar a necessidade de lutar pelo poder, destruir o Estado burguês, de expropriar a burguesia, de construir o Estado operário, de organizar a produção segundo um plano elaborado e realizado sob controle operário. É preciso ainda, a cada momento, definir qual forma precisa e qual conteúdo político pode ter o governo operário e camponês. A cada momento, a

organização revolucionária combate pela realização da Frente Única de Classe. Mesmo que esta só se realize com objetivos limitados, não deixa, nem por isto, de permitir à classe operária de se mobilizar em tanto que classe. Em consequência, ela eleva sua consciência política, permitindo concretamente uma perspectiva de luta por um governo dos trabalhadores oposto às diversas formas de governo burguês. Nos países onde ainda não existem partidos operários, a batalha política por um Labour Party apoiado nos sindicatos, ou formado a partir dos sindicatos, é indispensável à perspectiva do governo operário e camponês, do governo dos trabalhadores. Lá onde existem partidos operários dirigidos pelas burocracias social-democratas ou stalinistas que controlam, separadamente ou juntos, a maioria da classe, não pode haver resposta concreta à questão do poder que não englobe estes partidos: rompam com a burguesia, tomem o poder - para isto, apoiem-se na classe operária organizada como classe, expropiem a burguesia!"

"A estratégia da frente única de classe, cuja expressão mais elevada é o governo operário e camponês, governo das organizações operárias se apoiando na classe operária organizada como classe, opõe-se à política dos aparelhos reformistas e stalinistas."

A luta pela reconstrução da IV Internacional é inconcebível sem um combate inaplacável contra todas as direções, todas as correntes inimigas desta reconstrução, porque elas se opõem ao papel dirigente do proletariado, isto é, ao objetivo da ditadura do proletariado: o stalinismo, o reformismo, o pablismo, o esquerdismo decomposto e as outras expressões políticas da pequena-burguesia, assim como o castrismo.

As organizações trotsquistas reunidas na pré-conferência mantêm integralmente a análise que Lenin fez do reformismo e a que Trotsky deu do stalinismo. Os aparelhos reformistas e stalinistas são, tanto um quanto o outro, aparelhos contra-revolucionários passados definitivamente para o lado da ordem burguesa, orgânicamente ligados à manutenção da dominação imperialista.

"Tenentes operários" da classe dominante, as direções burocráticas dos partidos social-democratas não variaram em nada sua política de colaboração de classes e, em cada ocasião, sob as mais variadas formas, voam em socorro de sua burguesia.

Mas o controle que a social-democracia exerce ainda sobre setores decisivos da classe operária mundial não pode ser explicado sem se levar em conta o papel jogado pelo stalinismo, a partir da degenerescência do estado operário isolado na URSS e da destruição da Internacional Comunista como instrumento de luta da classe operária internacional.

O stalinismo assumiu, internacionalmente, o papel de principal "baluarte social" da ordem burguesa.

A burocracia do Kremlin e o aparelho stalinista internacional demonstraram, pela capitulação sem combate em 1933 na Alemanha, que tinham definitivamente passado para o lado da ordem burguesa.

É por conta de sua subordinação à burocracia do Kremlin que os aparelhos dos PC praticam uma constante política de colaboração com suas próprias burguesias.

A burocracia stalinista não têm uma "dupla natureza" como pretendam os revisionistas pablistas para capitularem diante dela: ela é o órgão burguês no seio do movimento operário, "casta incontrollada, estranha ao socialismo" (A Revolução Traída). É o caráter fundamentalmente 'contra-revolucionário (burguês) desta burocracia que se exprime na política da "coexistência pacífica", de apôio cada vez mais aberto ao imperialismo frente à ameaça direta que representa para ela o ascenso político da classe operária na URSS e na Europa de Leste, política que suas agências, os partidos stalinistas, encarregam-se de repercutir em cada país.

As organizações trotsquistas reunidas na pré-Conferência rejeitam formalmente toda concessão à concepção segundo a qual os aparelhos contra-revolucionários poderiam, em função das "condições objetivas", se transformarem em instrumentos da revolução proletária.

A luta pela construção de partidos revolucionários, pela reconstrução da IV Internacional, é inseparável da luta pela destruição dos aparelhos burgueses.

"A orientação das massas é determinada, seja pelas condições objetivas do capitalismo em apogeu; seja pela política de traição das velhas organizações operárias. Dêstes dois fatores, o fator decisivo é indubitavelmente o primeiro: as leis da história são mais poderosas do que os aparelhos burocráticos. Seja qual for a diversidade dos métodos dos social-traidores - da legislação "social" de Leon Blum às falsificações judiciárias de Stalin - eles não conseguirão quebrar a vontade revolucionária do proletariado. Seus esforços despercebidos para imobilizar a roda da história demonstrarão cada vez mais às massas que a crise da direção do proletariado, que tornou-se a crise da civilização humana, só pode ser resolvida pela IV Internacional".

Desde então, os métodos dos "social-traidores" diversificaram-se mais ainda frente à "orientação das massas". Mas é o "fator decisivo", esclarecido pelo Programa de Transição que permanece o guia da atividade dos revolucionários. É a isto que os revisionistas liquidadores, renegados da IV Internacional voltaram as costas, reconduzindo as leis da história às leis ditadas pelos aparelhos, e considerando estes aparelhos como sendo os instrumentos da solução da crise da civilização humana, esvaziando deste modo de todo conteúdo objetivo, a luta pela construção da IV Internacional, como direção da luta revolucionária do proletariado mundial.

O revisionismo liquidador da IV Internacional, que se desenvolveu primeiramente em suas fileiras, em tórno de uma direção falida, constitui uma corrente inimiga da IV Internacional e de seu programa. Afastar esta corrente estrangeira à revolução proletária das organizações da IV Internacional é um elemento necessário da luta por sua reconstrução como organização mundialmente centralizada sôbre a base do Programa de Transição.

Seja quais fôrem suas metamorfoses, seja quais fôrem os substitutos sucessivos que descobriu o revisionismo liquidador, o denominador comum de tódas as variações táticas permaneceu constante: a renúncia do papel revolucionário do proletariado. Daí decorre o caráter de "defensores de flanco" dos aparelhos que jogou e joga em cada etapa o pablismo, sob a máscara fraudulenta da IV Internacional.

Combater o pablismo, extirpá-lo das organizações da IV Internacional, destruir politicamente o centro revisionista liquidador que constitui o S. U., faz parte integrante da luta contra a política reacionária dos aparelhos.

No período que se iniciou em 1968, vimos o pablismo servir de apóio, de pedra angular mesmo, nas manifestações do esquerdismo pequeno-burguês. Não existe aí nenhum paradoxo, o pablismo permanecia fiel a sua natureza. O esquerdismo, tal como êle foi definido e combatido por Lenine, é uma corrente oposta ao bolchevismo mas que se situa no quadro do movimento operário e cuja existência e desenvolvimento é o preço pago pela dominação do oportunismo no movimento operário. O esquerdismo, tal como êle existia no seio da Internacional Comunista, referia-se à ditadura do proletariado.

As analogias de forma não devem camuflar as diferenças de conteúdo. O esquerdismo decomposto, tal como êle se desenvolveu no período atual, tem um conteúdo de classe diferente. Êle exprime o ódio da pequena burguesia tresloucada, dentro de um quadro oposto ao movimento operário e a suas organizações, isto é, oposto ao movimento organizado da classe operária por sua emancipação.

O esquerdismo decomposto, que o pablismo nutriu em cada etapa e do qual êle se nutriu conjunturalmente para desenvolver sua influência na pequena burguesia, deve ser implacavelmente combatido no curso da luta pela reconstrução da IV Internacional.

Da mesma forma deve ser combatida tódas as tendências de expressão autônomas da pequena burguesia opostas à direção e à hegemonia do proletariado, que, nesta medida — pois apenas existem duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado — só podem, em última análise, exprimir historicamente os interesses da classe burguesa.

Combatido também deve ser o castrismo como corrente política que não se reduz apenas à teoria do guerrilheirismo (foco), mas que constitui uma corrente que pretende recolocar entre as mãos de equipes políticas da pequena burguesia a regulamentação das questões que saem da própria revolução proletária, quer dizer, da construção de uma direção revolucionária do proletariado, e que por isto mesmo constitui um obstáculo à construção desta direção.

Pelo fato mesmo que a caracterização clara da direção de Castro e de seu papel é uma questão vital para a construção dos partidos trotsquistas na América Latina, ela torna-se uma questão vital na reconstrução da IV Internacional.

É por isto que a discussão sobre o castrismo deve-se prosseguir da mesma maneira que sobre o Estado Cubano e o caráter do governo de Castro.

A 2a. sessão da pré-Conferência estima que a discussão deve-se abrir entre as organizações participantes e no interior das mesmas, sobre as seguintes questões:

- 1 - O combate pela ditadura do proletariado na América Latina em relação com o desenvolvimento da luta de classes e a questão mundial.
- 2 - A palavra de ordem da Constituinte da Palestina como transição da luta pela república soviética da Palestina dentro do quadro dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Próximo unificando o combate dos trabalhadores judeus e dos trabalhadores árabes da Palestina.
- 3 - A questão nacional na Irlanda.
- 4 - A questão nacional no Quebec.
- 5 - Os novos desenvolvimentos da revolução política na URSS e nos países da Europa de Leste.
- 6 - A unidade mundial da luta de classes no período da iminência da Revolução através do desenvolvimento da crise revolucionária nos países capitalistas avançados, ascenso da revolução política nos países onde o Capital foi expropriado e o desenvolvimento da revolução proletária nos países atrasados.

As organizações participantes à 2a. sessão da pré-Conferência, convidam todas as organizações que afirmam combater sobre o programa da IV Internacional à discussão, que elas declaram aberta.

* * *

Nota 1: Os grifos e sub-títulos são de OUTUBRO.

Nota 2: Participaram dos trabalhos da segunda sessão da pré-conferência os seguintes grupos e organizações:

Organisation Communiste Internationaliste-OCI	(França)
Liga dos Revolucionários Socialistas-LSRH	(Hungria)
Liga Obrera Marxista-LOM	(México)
Internationale Arbeiter Korrespondenz-IAK	(Alemanha)
Grupo "Avant-Garde	(Israel)
Grupo Marxista Africano	
Grupo Outubro	(Brasil)
Partido Obrero Revolucionario-POR	(Bolivia)
Politica Obrera-PO	(Argentina)
Organización Marxista Revolucionaria-OMR	(Chile)

Comitê de organização dos comunistas
(trotsquistas) da Europa do Leste:
Walka Klass (Polônia)
Proletarska Vangarda (Yugoslávia)
Proletar (Tchecoslováquia)
Partido Obrero Revolucionario Marxista-PORM (Peru)
Militantes trotsquistas venezuelanos
Célula trotsquista (Itália)
Grupo de militantes trotsquistas portugueses
League for a Workers Republic (Irlanda)
Labor Action Committee (Canada)
Organización Trotsquista-OT (Espanha)

Nota 3: Os dois primeiros itens da Questao Nacional sofreram um voto em separado.

LEIA E DIVULGE "O U T U B R O"

Enderêço para correspondência:

Gérard Bloch
103, rue des Hirondelles
92- ORSAY - França

* * * * *

"OUTUBRO" encontra-se à venda nas seguintes livrarias:

Na França:

SELIO
87, rue du Faubourg St.-Denis
PARIS 10

LA JOIE DE LIRE - Maspéro

Na Itália:

Livraria Feltrinelli
Milão e Roma

No Chile:

PLA - Prensa Latino-Americana
Santiago

Números atrasados podem ser encontrados na livraria SELIO, 87 rue du Faubourg
St.-Denis - PARIS 10

